

São Paulo



MIGUEL MATTEO
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

São Paulo

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira e Mayara Fernandes

Organizador: Miguel Matteo

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S239 São Paulo 2000-2013 / organizador Miguel Matteo. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
128 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-254-8

1. São Paulo - Política. 2. São Paulo - Economia. 3. São Paulo - Investimentos públicos. 4. São Paulo - Aspectos sociais. 5. São Paulo - Administração pública. 6. Mercado de trabalho. 7. Educação. 8. Saúde. 9. São Paulo - Aspectos ambientais. I. Matteo, Miguel. II. Série.

CDU 32(815.6)

CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5** APRESENTAÇÃO
- 9** OS LADOS DA MESMA MOEDA
- 11** ASPECTOS HISTÓRICOS
- 17** ASPECTOS DEMOGRÁFICOS
- 47** MERCADO DE TRABALHO
- 53** ASPECTOS SOCIAIS
- 75** ASPECTOS AMBIENTAIS
- 79** ASPECTOS REGIONAIS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

SÃO PAULO 2000-2013

MIGUEL MATTEO
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

OS LADOS DA MESMA MOEDA

O bandeirante sempre foi visto como um bravo intrépido do interior brasileiro que integrou o Centro-Oeste do país e mapeou diversas riquezas minerais. Ou então, foi visto como um aventureiro irresponsável, caçador de índios para trabalho escravo (ou quando isso não fosse possível, para trucidá-los) e criminoso ambiental.

O constitucionalista de 1932 era ou herói da democracia, que queria uma constituição emanada dos desejos do povo, contra a ditadura imposta ao país pela revolução de 1930, ou parte da massa de manobra das oligarquias paulistas apeadas do poder em 1930, que tentavam um contragolpe de Estado.

De certo ponto de vista, São Paulo é um estado brasileiro que sempre se fez sozinho, sem ajuda federal (ao contrário, seu governo sempre arrecadou o mais que pôde e não retornou à população senão migalhas), e mesmo assim construiu uma economia poderosa, que carrega o país nas costas. De outro, é um estado que sempre contou com o apoio da União – que já desvalorizou a moeda para que São Paulo pudesse exportar mais café (ou estocá-lo à espera de uma melhora nos preços) –, tendo recebido incontáveis recursos federais à época de sua industrialização pesada e que ainda hoje recebe vultosos investimentos, sobretudo em sua infraestrutura.

Cada moeda tem dois lados; mas são lados que não se distinguem.

Assim são os dados expostos neste trabalho: sua interpretação variará de acordo com o lado da moeda que será privilegiado. Da mesma forma

como os fatos históricos, os dados são lidos, e cada leitura depende do viés ideológico de quem a faz, de sua bagagem cultural, de sua formação profissional e política.

As visões que serão apresentadas nas várias páginas que se seguem procuraram, sempre que possível, olhar para os dois lados da moeda, embora com as limitações culturais, sociais, ideológicas, profissionais e políticas de seus autores. As análises se pautaram por informações obtidas em fontes de dados absolutamente seguras, que incluíram o IBGE, o Ministério da Saúde (Data-sus), o Ministério da Educação (Simec) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (sobretudo o Sistema Alice), entre outros.

Mas a principal fonte de dados deste trabalho foi a página da internet da Fundação Seade, na qual, com um pouco de paciência, pode-se garimpar todas as informações básicas para que se faça um retrato seguro do estado de São Paulo, suas regiões e municípios. Trata-se de uma instituição secular (suas origens remontam ao Departamento de Estatística do Estado), existindo como fundação desde 1978.

É da Fundação Seade que provém a maior parte dos dados (seguros) utilizados nas análises que seguem, e são preocupantes para quem busca o conhecimento da realidade paulista (qualquer que seja o lado da moeda, aliás) as tentativas do atual governo estadual de fundi-la com outras duas, igualmente importantes, com o claro sentido de desmobilizá-las. Os dados, por vezes, são incômodos para os governantes de plantão, ainda mais quando eles não possuem o hábito de interpretá-los.

Este trabalho está dividido em seis partes: na primeira, são levantados os aspectos históricos da formação de São Paulo; na segunda, são analisados os aspectos demográficos do estado. Na terceira parte, é a vez dos aspectos econômicos, subdivididos, por sua vez, em análise dos investimentos e das finanças estaduais.

Na quarta parte se encontra uma análise do mercado de trabalho paulista, na quinta se encontram os aspectos sociais (educação, saúde, segurança, programas sociais) e a sexta traz uma análise regional, na qual se encontram as principais informações das quinze Regiões Administrativas (e metropolitanas) do estado.

Não se pretende aqui fazer uma enciclopédia sobre o estado de São Paulo, mas fornecer os insumos básicos para quem se disponha a pensar em políticas públicas para o estado. Trata-se de um ponto de partida, não de chegada.

ASPECTOS HISTÓRICOS

É muito difícil falar sobre a evolução da sociedade paulista (sua cultura, economia, características sociais) sem que se refira ao intenso processo de industrialização ocorrido a partir do início do século XX. No entanto, é mais difícil ainda desvincular esse processo da atividade agropecuária do estado, desde a lavoura de café até as atuais produções de cana-de-açúcar e laranja.

Porque São Paulo é exatamente isso: uma sociedade complexa, em que as atividades econômicas são profundamente interligadas e fundamentadas num processo histórico que as distingue e insere, simultaneamente, no desenvolvimento brasileiro.

No centro desse processo está a cidade de São Paulo, que passa de modesta capital de província, distante dos centros econômicos e de poder, à maior metrópole da América do Sul, em menos de 150 anos. A cidade, que começa com 14 habitantes, na data de sua fundação (1554), passa a ter 2.026 moradores em 1776 e atinge, em 1872, apenas 26 mil habitantes. Daí em diante, no entanto, o crescimento é vertiginoso: 60 mil habitantes em 1890, 240 mil no final do século e 580 mil em 1920. Hoje, com 11 milhões de habitantes, possui cerca de 25% da população estadual, e sua região metropolitana, cerca de 50%.

O grande impulso para esse crescimento foi, num primeiro momento, a produção de café, que foi fundamentada numa estrutura capitalista à época moderna, não mais baseada na mão de obra escrava. Com isso, os cafeicultores tinham que, além de plantar e colher o café, se preocupar com seu transporte,

possuir instituições financeiras, informar-se sobre o preço do café nos mercados internacionais e, ainda, prover de salário a mão de obra imigrante, que veio incrementar sua população.

Estavam, pois, lançadas as bases para a nascente indústria paulista: além do capital acumulado pela atividade cafeeira, a vinda de imigrantes europeus, assalariados, provinha, além de mercado consumidor, importantes técnicas industriais, não disponíveis anteriormente no Brasil. Assim, a acumulação do capital, as condições técnicas, a existência de mão de obra e uma rede urbana estruturada a partir da economia cafeeira forneceram os elementos indispensáveis ao processo de industrialização de São Paulo.

Forma-se, então, uma rede de cidades com funções bem definidas, favorecendo a expansão de bancos, escritórios, comércio atacadista, comércio de exportação e de importação, e ampliação da burocracia estatal. Estruturadas pela rede ferroviária, que ligava as regiões produtoras à cidade de São Paulo, e daí para o porto de Santos, essas atividades promoveram o desenvolvimento de outras tipicamente urbanas, como comércio varejista, atividades imobiliárias, transportes urbanos, comunicação, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos etc.

Já durante a Primeira Guerra Mundial, tempo em que as importações e exportações encontravam sérias dificuldades, as bases da industrialização já estavam lançadas: se em 1907 a indústria paulista representava 16% do total do país, em 1914 atingiu 30,7%, passando a um terço da produção nacional em 1920.

A partir da crise de 1929, quando se verificou a vulnerabilidade de uma economia dependente da exportação de um único produto (o café), a indústria passou a ser o novo padrão de acumulação de capital. Embora ainda restringida (pelas fragilidades das bases técnicas e financeiras), a indústria paulista se expande de forma superior à média brasileira: já em 1939 possuía 41% da produção brasileira, e chegou a 52%, em 1955.

Essa expansão ocorreu articulando dois processos de utilização de capital: o nacional foi empregado na indústria leve (e também para máquinas agrícolas), enquanto o capital estrangeiro se dirigiu às indústrias de material de transporte, cimento e química. Enquanto isso, a ação estatal se dirigiu à indústria de base, como a extrativa mineral, a mecânica pesada e a siderurgia.

O processo de industrialização em São Paulo foi de tal intensidade que essa atividade, urbana por excelência, fez que a taxa de urbanização do estado ficasse, em 1950, em mais de 50%, enquanto no Brasil ela era de pouco mais de um terço. Esse incremento na urbanização provocou um aumento na oferta de serviços, e a demanda por alimentos e matérias-primas intensificava a atividade agropecuária.

Já a segunda metade da década de 1950 vem apresentar mais uma mudança do caráter da industrialização paulista: o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek visava promover a indústria pesada no Brasil, associada a capitais externos. A localização dessas empresas (sobretudo as do ramo automobilístico) se deu prioritariamente onde os seus retornos fossem mais rápidos, onde houvesse mão de obra especializada e infraestrutura adequada. Com isso, a concentração industrial em São Paulo aumentou ainda mais: 56% em 1959, e 58% em 1970.

O período do “milagre econômico”, durante a ditadura militar, representou um novo salto tecnológico na indústria e um avanço da internacionalização da economia brasileira. Assim, a agricultura sofreu um acentuado processo de modernização, suportado por uma base técnica industrial em desenvolvimento. O mercado internacional, por sua vez, abriu-se às exportações de soja, carnes e sucos de frutas, entre outros. Isso fez com que se ampliassem as relações técnicas entre a indústria e a agricultura. Cresceram também as exportações de produtos industriais intensivos em mão de obra, como tecidos, calçados, alimentos e vestuário; ao longo da década de 1970, a essas exportações agregaram-se as de máquinas e equipamentos e de automóveis.

A partir de meados dos anos 1970, em especial com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ocorrem dois movimentos de localização das atividades produtivas: de um lado, fortes investimentos estatais se localizam fora do estado de São Paulo, ou, ainda que dentro dele, ficam fora da Região Metropolitana.

No caso do estado de São Paulo, a política de exportação fortaleceu os complexos de cana (com o incremento produtivo propiciado pelo Pró-álcool), laranja e carne; além disso, políticas de investimento do setor produtivo estatal (refinarias de Paulínia e São José dos Campos e complexo industrial de Cubatão) e a implantação de instituições de pesquisa associadas a empreendimentos produtivos (Unicamp e ITA) levaram vários complexos industriais a essas regiões.

O II PND tinha entre seus objetivos esvaziar o poder político de São Paulo, através da diminuição de seu poderio econômico. Foram implantados projetos de ferro e bauxita no Pará, cobre na Bahia, fosfato em Minas Gerais, potássio em Sergipe, petróleo e gás natural no Nordeste e no litoral fluminense, sal no Nordeste, siderurgia no Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, cloroquímica em Alagoas e Sergipe, papel e celulose e cimento no Nordeste e Espírito Santo e diversas hidroelétricas, como Itaipu, Paulo Afonso IV, Xingó e Tucuruí.

Foram feitos pesados investimentos para a implantação da Zona Franca de Manaus e do complexo Carajás, com a ferrovia ligando a extração do minério, no Sul do Pará, até o porto de Itaquí, em São Luís, na região Norte. Na

Bahia foi criado o polo petroquímico de Camaçari e a geração de incentivos fiscais específicos para a região Nordeste. No Sul do país, instalou-se o polo petroquímico de Triunfo e foi expandida a indústria agroalimentar, a mesma que ocorreu à região Centro-Oeste, com a introdução do cultivo da soja. A indústria de transformação paulista, que atingia 58,1% do total nacional, em 1970, reduziu para 51,9% em 1985.

Nos anos 1980 e início dos 1990, a política econômica voltou seus esforços à tentativa de controlar (inevitavelmente sem sucesso) a inflação galopante, e a atividade econômica não mais repetiu os índices expressivos de crescimento das décadas anteriores. Com isso, a indústria paulista, mais integrada e voltada aos mercados nacionais, se viu impedida de crescer, e a participação de São Paulo começa, então, a diminuir.

A abertura descontrolada ao capital externo, nos anos 1990, promove uma reestruturação produtiva de grande porte na indústria brasileira, em geral, e na paulista, em particular. Novas formas de produção, introdução de inovações tecnológicas, terceirização crescente de atividades não produtivas (e, posteriormente, até das produtivas), abertura de novas plantas, menores e mais modernas, foram alguns dos itens que as indústrias adotaram para fazer frente à concorrência de produtos externos.

Começa uma nova fase da economia paulista, com crescimento acentuado do setor terciário e constante diminuição do secundário; ao mesmo tempo, a participação de São Paulo no Valor da Transformação Industrial (VTI), que já fora de quase 60%, atinge 35,6%, em 2011. Da mesma forma, a Região Metropolitana, que detinha 74% do VTI em 1960, teve diminuída sua participação constantemente, alcançando a marca de 46,8% em 2010.

Ocorrem dois fenômenos simultâneos, um de ordem econômica e outro de ordem espacial. Primeiro, há um vazamento de Valor Adicionado do setor industrial para o setor de serviços, havendo dificuldade metodológica de identificar com clareza a qual setor pertence qual atividade, já que há forte sobreposição entre os setores: muitas das atividades dos serviços dependem, quase unicamente, de seu contratante, uma empresa industrial. Da mesma forma, muitos serviços vendidos de uma indústria a outra não são necessariamente contabilizados como sendo do setor terciário.

O segundo fenômeno é o surgimento de um conjunto de regiões altamente integradas do ponto de vista da atividade produtiva: é o caso da Região Metropolitana de São Paulo, que se integra com as Regiões Metropolitanas de seu entorno imediato: Baixada Santista, Vale do Paraíba e Campinas. Se agregarmos a este espaço a Região de Governo de Sorocaba, teremos uma participação de 90% da produção industrial de São Paulo.

Fora desse círculo (que chega a aproximadamente 150 km da capital), as atividades industriais também existem e são importantes, mas ligadas à atividade agropecuária, como nos casos dos complexos da laranja e da cana-de-açúcar.

Assim como na transição da agricultura do café para a indústria a atividade agrícola não só não foi abandonada, mas se expandiu para várias outras culturas, a transição da indústria para o setor de serviços não abandona a atividade industrial, muito pelo contrário. E aí reside a grande virtude da dinâmica da economia paulista: a de agregar novos setores e espaços produtivos sem abandonar os precedentes.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A principal característica da demografia paulista no último período intercensitário é a diminuição expressiva das taxas de crescimento populacional. A população de São Paulo cresce pouco (seja no crescimento vegetativo como no fluxo migratório), vive mais e não é mais uma população basicamente jovem.

O estado (como, aliás, o Brasil) vive um momento que é conhecido como “bônus demográfico”, no qual as parcelas jovens da população são muito pequenas em relação ao total e as parcelas de idosos ainda não são altas, fazendo que a população em idade ativa –em grande parte, produtiva – seja a maioria e não tenha que dispender esforços em demasia para o sustento das faixas na extremidade do espectro demográfico.

Tabela 1

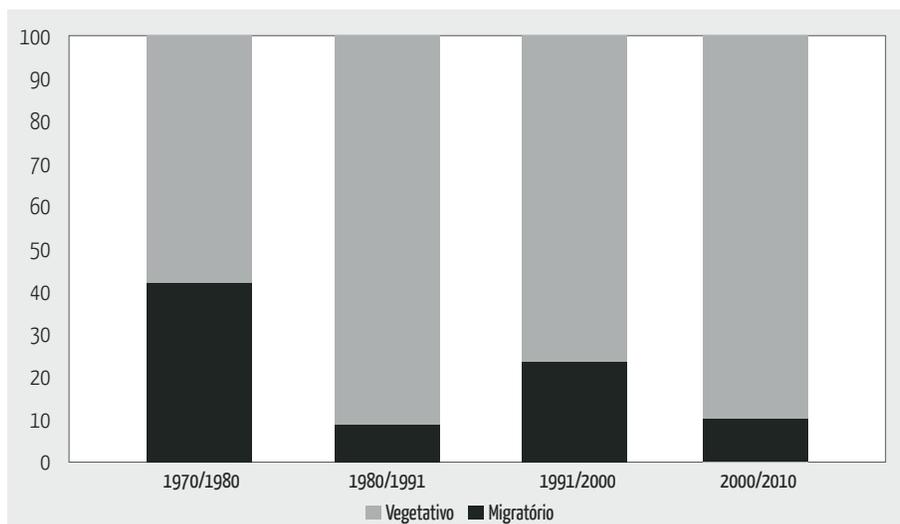
São Paulo – População e crescimento, por componentes
1970-2010

Ano	População	Crescimento anual (nº absolutos)	Saldo vegetativo anual	Saldo migratório anual	Componente		Taxa crescimento anual (%)
					Vegetativo	Migratório	
1970	17.670.013	728.323	420.006	308.317	57,67	42,33	3,51
1980	24.553.238	589.367	536.034	53.333	90,95	9,05	2,12
1991	31.436.273	615.345	467.902	147.443	76,04	23,96	1,82
2000	36.974.378	424.931	377.666	47.265	88,88	11,12	1,09
2010	41.223.683						

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Gráfico 1

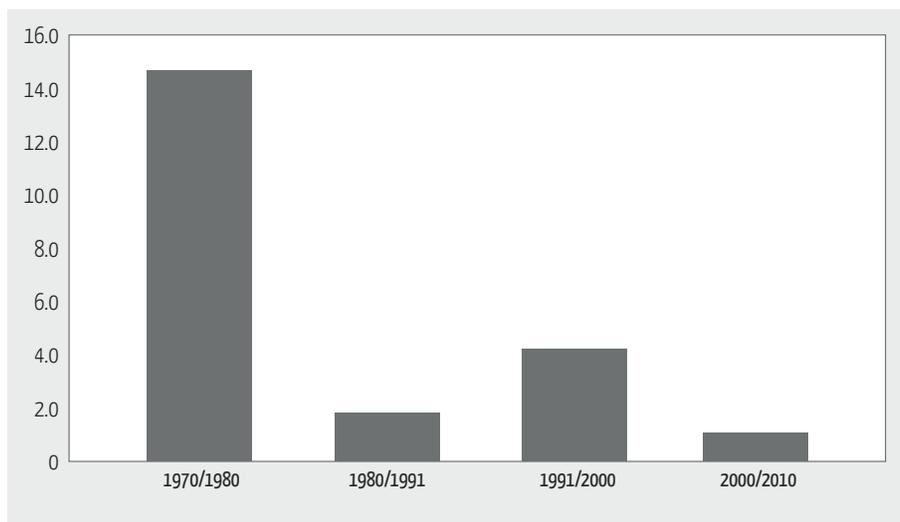
São Paulo – Participação dos componentes vegetativo e migratório no crescimento populacional (em %) 1970-2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 2

São Paulo – Taxa líquida de migração (por 1.000 habitantes) 1970-2010



Fonte: Fundação Seade.

Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento populacional de São Paulo foi de 1,09% ao ano, inferior à média brasileira, que foi de 1,17%, alcançando a marca de 41,2 milhões de habitantes. É interessante notar que, se nos anos 1970 o componente vegetativo representava 42% do crescimento, ele passa a representar, em 2010, apenas 11% (Tabela 1 e Gráficos 1 e 2).

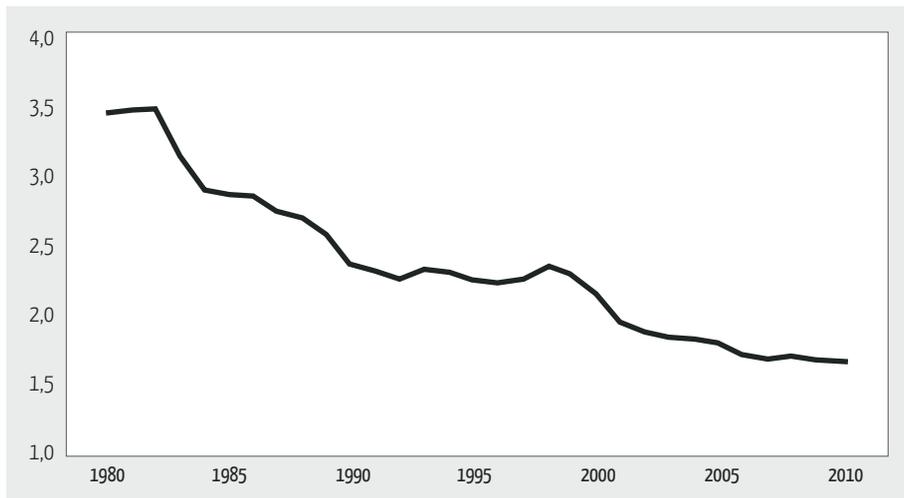
A taxa de fecundidade apresenta uma queda constante, desde o censo de 1980, quando a média de filhos por mulher, em São Paulo, era de 3,5. Trinta anos após, seja pela ampliação do uso de métodos contraceptivos, seja pelas dificuldades econômicas, seja pelo maior grau de instrução da população, essa taxa reduziu-se a pouco mais de 1,5 filho por mulher, no limite da reprodução natural (Gráficos 3 e 4).

O envelhecimento da população é outro fato marcante da evolução demográfica de São Paulo: se em 1980 os homens viviam pouco mais de 60 anos, em média, e as mulheres alcançavam 70, em 2010 a situação se alterou substantivamente: os homens têm esperança de vida ao nascer de mais de 70 anos, enquanto nas mulheres esse índice chega a quase 80 anos.

Isso se dá apesar de o número de mortes por causas externas ainda ser excessivamente alto, embora com tendência a diminuição, entre 2000 e 2010, sobretudo entre a população masculina, que beira a 100 mortes por grupos

Gráfico 3

São Paulo – Taxa de fecundidade total (1)
1980-2010

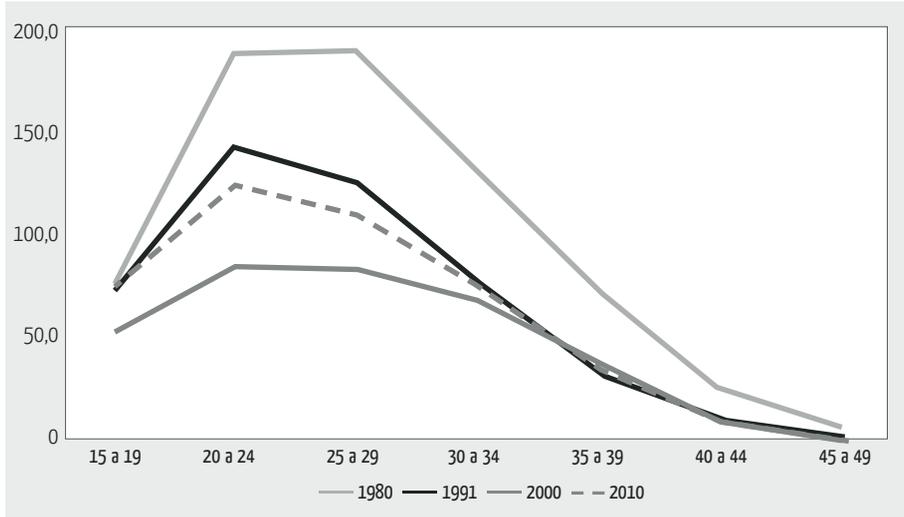


Fonte: Fundação Seade.

1. Número médio de filhos por mulher.

Gráfico 4

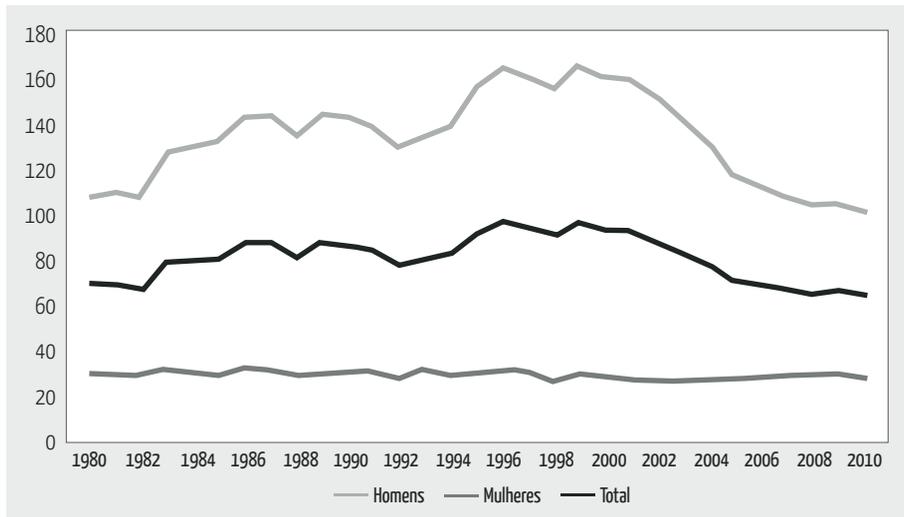
São Paulo – Taxa de fecundidade por idade, por mil mulheres de cada grupo etário
1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 5

São Paulo – Taxas de mortalidade por causas externas, por sexo
1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

de 100 mil habitantes. Os acidentes automobilísticos (em especial os com motocicletas) e os homicídios que juntam crime organizado, tráfico de drogas e violência policial ceifam a vida sobretudo de homens jovens (entre 18 e 25 anos), impedindo que a esperança de vida ao nascer aumente ainda mais (Gráficos 5 e 6).

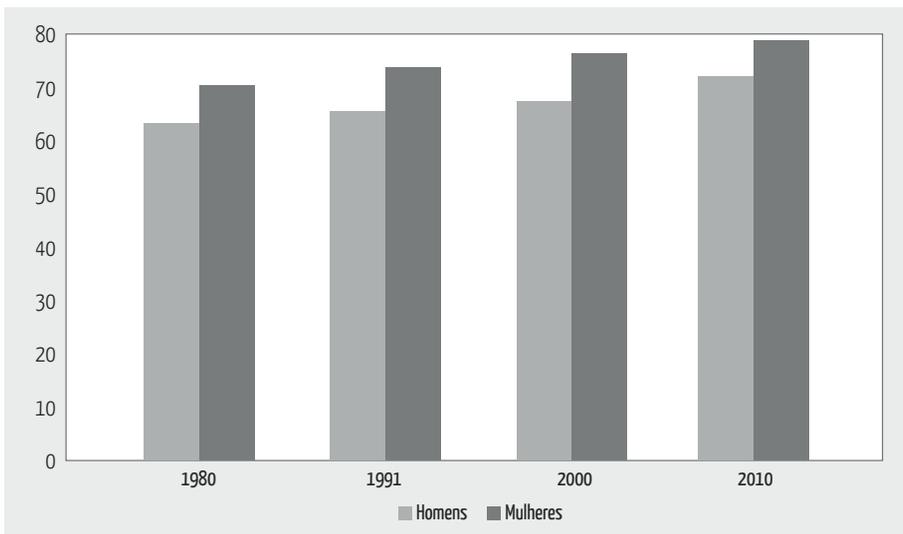
Essas informações permitem elaborar as pirâmides etárias de cada censo demográfico para a população paulista. Por sua evolução, nota-se uma alteração substancial em seu formato, com franca diminuição de sua base (população extremamente jovem) e ampliação dos estratos mais envelhecidos (em especial os de mais de 25 anos), além de expressivo aumento da população muito idosa (Gráfico 7).

O Gráfico 8 (p. 24) mostra a evolução da população por grupos etários, entre 1980 e 2010: a população de 0 a 14 anos, que havia aumentado, nos censos de 1991 e 2000, diminuiu bastante em 2010, com menos de 9 milhões de pessoas, ficando, pela primeira vez, abaixo do estrato de 30 a 44 anos.

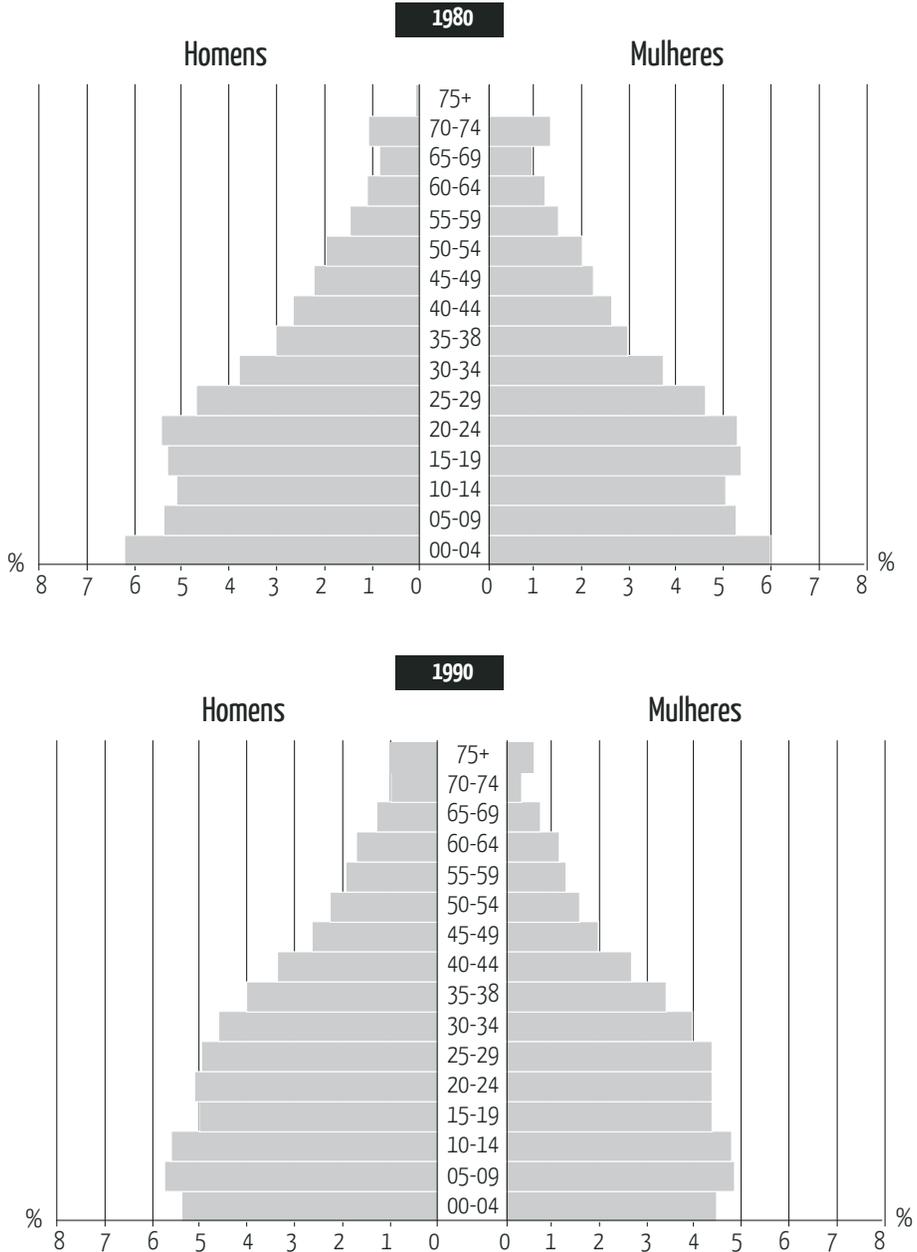
Embora o grupo de 15 a 29 anos ainda seja o majoritário, o de 30 a 44 anos tende a ver sua representação aumentada nos próximos censos, dados a pequena taxa de crescimento populacional, o pequeno saldo migratório e a baixíssima taxa de fecundidade.

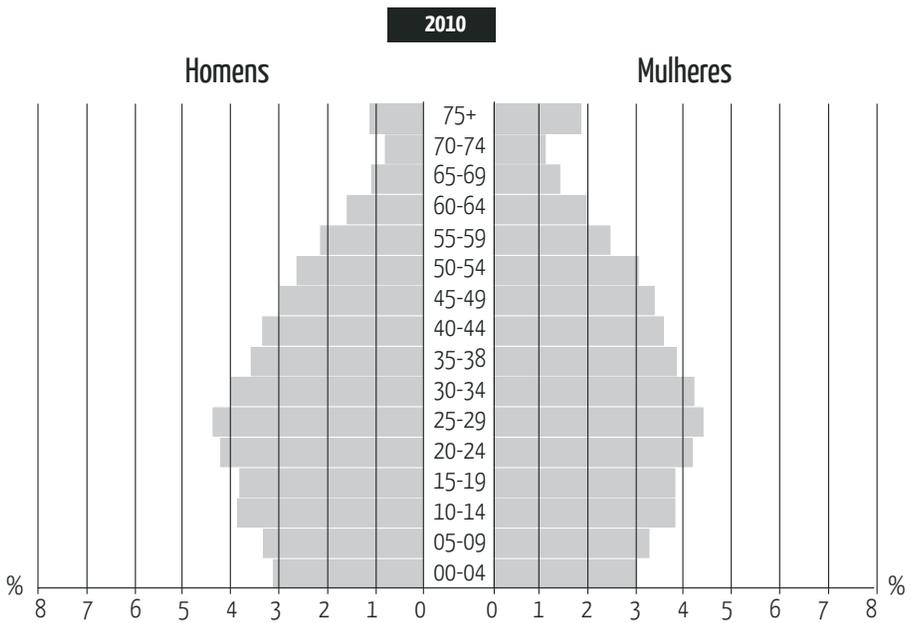
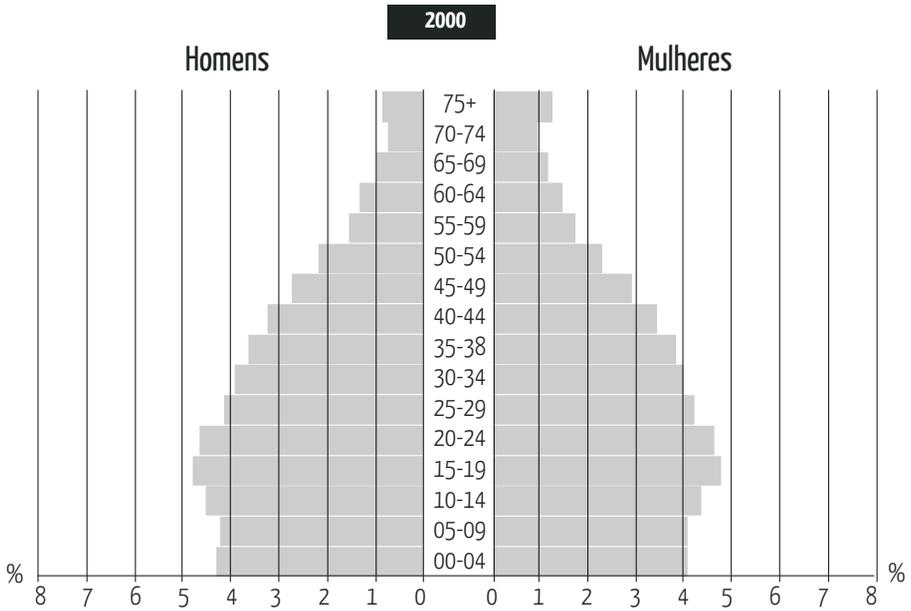
Gráfico 6

São Paulo – Esperança de vida ao nascer, segundo sexo (em anos)
1980-2010



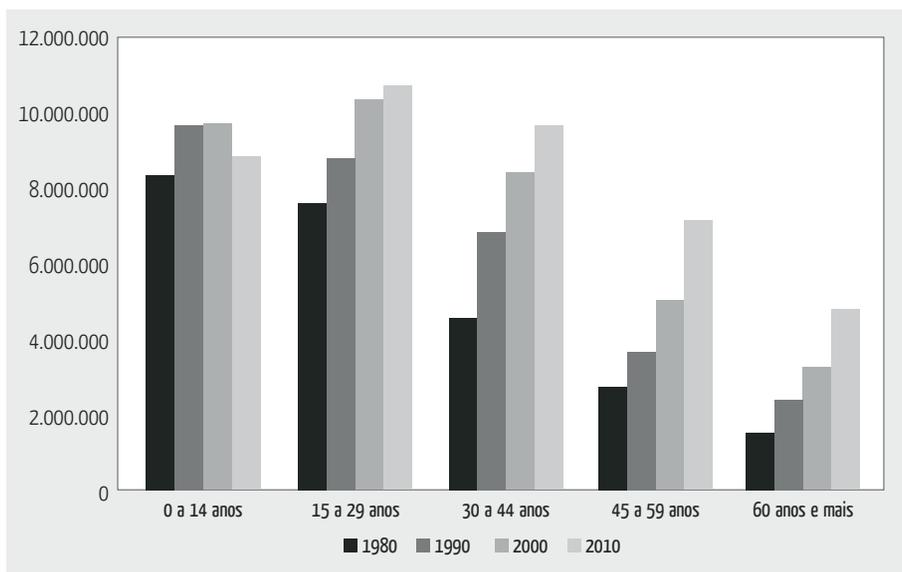
Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 7São Paulo – Pirâmides etárias da população, por sexo
1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 8

São Paulo – Esperança de vida ao nascer, segundo sexo (em anos)
1980-2010

Fonte: Fundação Seade.

É ainda notável o crescimento da faixa de mais de 60 anos, que praticamente triplica a sua população nos últimos 30 anos. Essa mudança no perfil etário da população paulista deve ser observada com muita atenção para a elaboração de políticas públicas de caráter universal, como saúde, educação e assistência social, por exemplo.

No caso da educação, por exemplo, não haverá maiores pressões por mais vagas no ensino fundamental (a não ser em locais isolados, onde ainda pode ocorrer crescimento expressivo da população), mas essa pressão se dirigirá às creches e à educação infantil, por um lado e, por outro, ao ensino médio. Como não haverá necessidade de novas vagas, a educação deve seguir o caminho de melhorar a sua qualidade, como, por exemplo, instituindo o horário integral.

Na saúde, deverão ser incrementadas as ações sobre doenças típicas de idades maduras, como neoplasias, mal de Parkinson e Alzheimer, que são pouco cobertas pela rede pública. Da mesma forma, os padrões de assistência social devem voltar-se para a assistência à terceira idade, para os casos em que as pessoas já não consigam manter-se sozinhas.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Quando se observa o comportamento da economia paulista em relação à economia brasileira, a primeira coisa que se percebe é a constante diminuição da participação da primeira em relação ao total nacional: de fato, de uma participação de 36% no início dos anos 2000, chega-se a 2011 com uma participação de 33,8% (Gráfico 9).

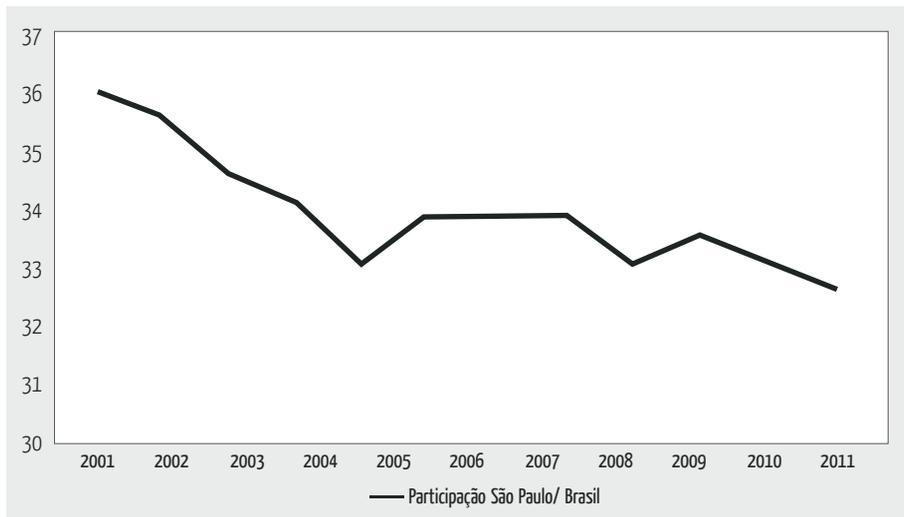
Olhando-se mais para trás, verifica-se que essa participação vem caindo há mais tempo, pois em 1988 ela era de 38,1%. Após certa variabilidade, a partir de 1995 a queda da participação de São Paulo no Brasil é constantemente decrescente, até 2011 (Gráfico 10).

Um dos motivos dessa constante perda de participação é o crescimento de outros estados do país, notadamente aqueles que aumentaram sua participação no produto industrial, seja pelo aumento da produção, seja pelo aumento dos preços relativos, sobretudo os das *commodities*.

Enquanto Paraná (metalmecânica), Goiás (alimentos) e Santa Catarina (eletromecânica, têxtil e alimentos) ganharam participação pelo aumento de suas produções e novos investimentos, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará ganharam principalmente pelo aumento dos preços relativos do petróleo e do minério de ferro.

Gráfico 9

Participação do PIB de São Paulo no PIB do Brasil - Brasil e estado de São Paulo 2000-2011



Fonte: IBGE. Contas Regionais, 2000-2012.

Gráfico 10**Participação do PIB de São Paulo no PIB do Brasil - Brasil e estado de São Paulo
1986-2000**

Fonte: IBGE. Contas Regionais, 1986-2000.

O que parece estar mudando, no que se refere à economia paulista, é que seu crescimento não se dá mais à revelia do crescimento brasileiro: se analisarmos suas taxas de crescimento e as nacionais, no período 1986-2000, verificamos, até 1995, um crescimento da economia paulista com maiores amplitudes, sendo que, pelo menos em 1990 e 1991, as curvas tiveram sentido contrário.

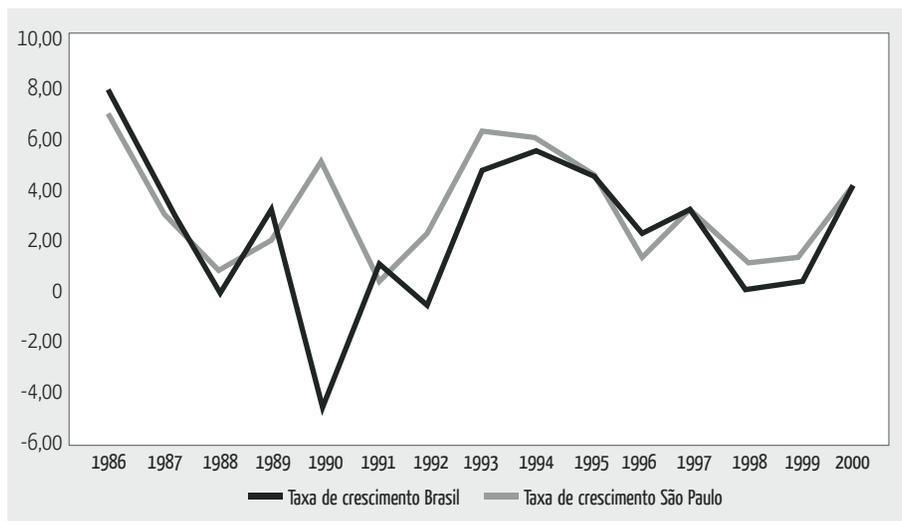
Aparentemente, as maiores amplitudes da economia paulista diziam respeito ao seu nível de integração: quando a economia brasileira dava sinais de prosperidade, o crescimento da economia paulista era maior, e se dava antes; inversamente, quando se entrava em períodos de crise, a queda da economia paulista era maior e ocorria também mais cedo (Gráfico 11).

Quando se observam as taxas de crescimento a partir de 1994, nota-se certa convergência entre as taxas de crescimento de São Paulo e do Brasil, que se acentua a partir de 2000, até 2011, conforme mostra o Gráfico 12

Ainda se pode observar que há uma tênue aceleração das taxas de São Paulo nos momentos de prosperidade, mas num patamar bastante inferior ao período precedente. O que parece acontecer é que, se antes era a economia paulista a puxar a economia brasileira (e daí a imagem da locomotiva), hoje essa força motriz não se apresenta de forma tão marcante, além de muitas

Gráfico 11

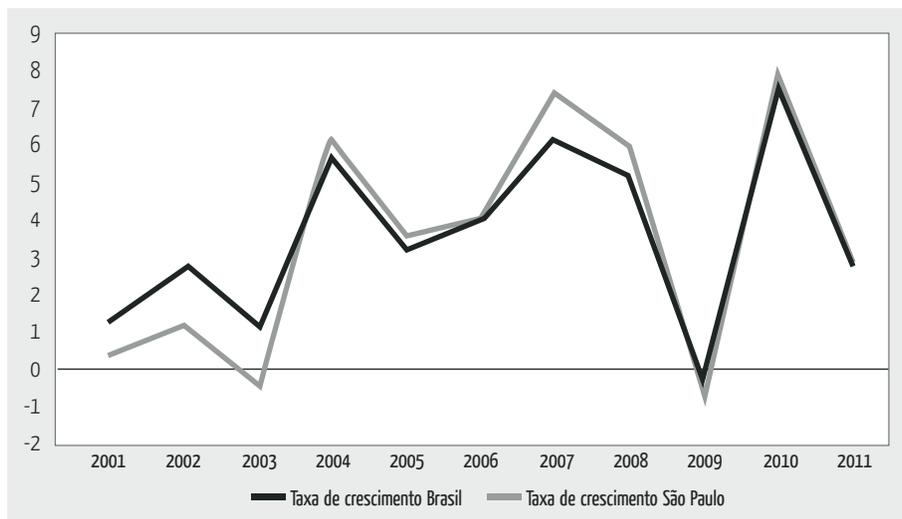
Varição da taxa de crescimento do PIB de São Paulo e do Brasil- Brasil e estado de São Paulo 1986-2000



Fonte: IBGE. Contas Regionais, 1986-2000.

Gráfico 12

Varição da taxa de crescimento do PIB de São Paulo e do Brasil- Brasil e estado de São Paulo 2001-2011



Fonte: IBGE. Contas Regionais, 2000-2011.

vezes depender da força da economia brasileira (agronegócio e demais *commodities*) para poder crescer.

A indústria paulista, embora com perda de participação no valor adicionado total, ainda representava quase 30% do total em 2010, segundo o Gráfico 12.

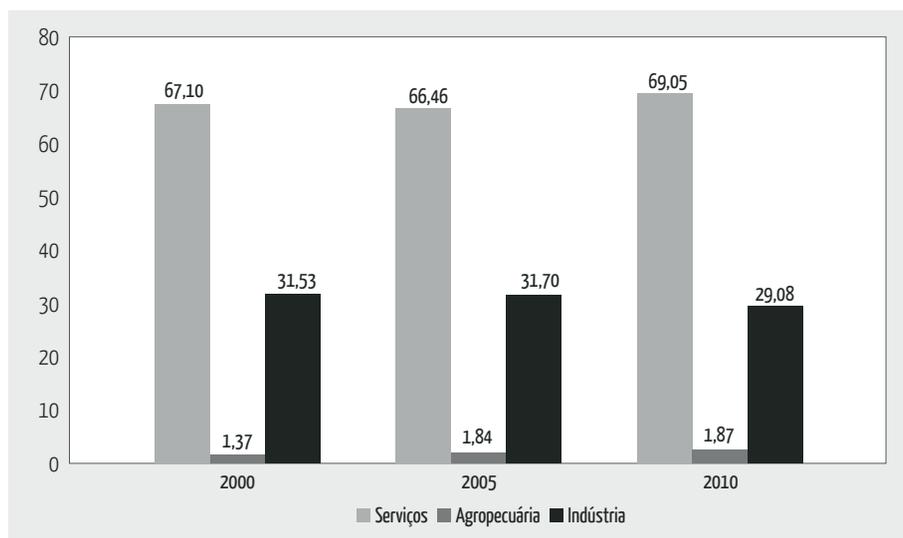
No entanto, o que se nota é uma perda de participação da indústria paulista, seja em relação aos serviços no estado de São Paulo, como em relação à indústria dos demais estados do país, já que em muitos setores industriais há diminuição da participação de São Paulo: a indústria de transformação, que possuía 39,1% do total nacional, em 2000, chega a 2011 com 35,6% do total.

Algumas divisões industriais apresentam queda de participação de forma expressiva: a fabricação de equipamentos de comunicação, informática, produtos eletrônicos e ópticos, que em 2000 respondia por 55,7% do total dessa indústria no Brasil, passa a representar 45,3% em 2011, uma queda de mais de dez pontos percentuais.

A fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias também estão mais distribuídas entre as unidades da federação: a primeira passou de 58,7% a 50,7%,

Gráfico 13

Varição da taxa de crescimento do PIB de São Paulo e do Brasil, por setor de atividade – Brasil e estado de São Paulo
2001-2011



Fonte: Fundação Seade.

entre 2000 e 2011, enquanto a segunda, que possuía 61,1% do total nacional em 2000, passa a representar 52,6% em 2011.

Lembre-se, contudo, que, em 4 das 20 divisões industriais assim classificadas pelo IBGE, a participação de São Paulo, em 2011, ultrapassava os 50%, com destaque para a fabricação de máquinas e equipamentos, com 52,8% do total nacional, e isso tem importância decisiva na formação bruta de capital fixo.

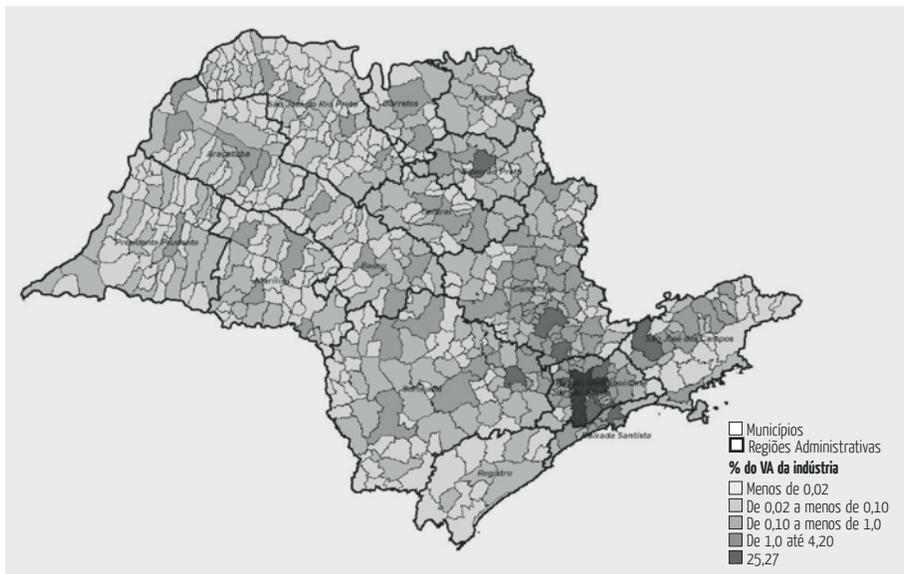
O setor de serviços também apresenta diminuição de participação em relação aos demais estados do país, mas a queda é menor que a da indústria, já que passa de 44,1%, em 2000, a 43%, em 2011.

Curiosamente, em que pese o aumento da renda nas regiões mais pobres do país, sobretudo na primeira década do século XXI, o comércio paulista aumentou a participação no total nacional, passando de 33%, em 2000, para 36,9%, em 2011. O responsável por esse crescimento foi o comércio varejista, que passou de 30,9% para 43%, no mesmo período.

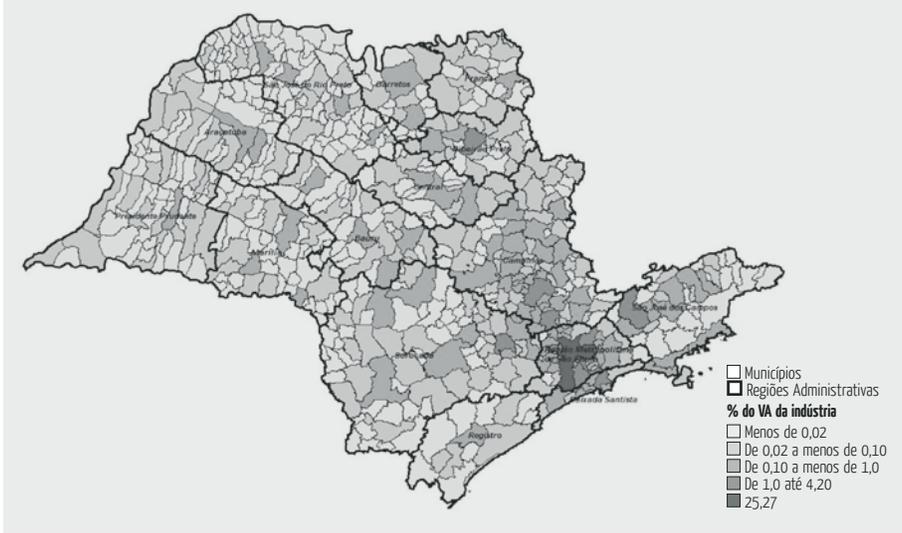
No que se refere à distribuição regional dos setores da economia paulista, verifica-se um grau elevado de concentração da indústria e, sobretudo, dos serviços, na região metropolitana de São Paulo e no seu entorno, e uma dispersão da atividade agropecuária, conforme os mapas 1, 2 e 3, a seguir.

Mapa 1

São Paulo – Distribuição espacial do valor adicionado da indústria 2010



Fonte: Fundação Seade.

Mapa 2**São Paulo – Distribuição espacial do valor adicionado do setor de serviços
2010**

Fonte: Fundação Seade.

Mapa 3**São Paulo – Distribuição espacial do valor adicionado da agropecuária
2010**

Fonte: Fundação Seade.

Outra característica marcante da economia paulista é a sua concentração espacial. Pode-se dividir o estado de São Paulo em quatro anéis, de acordo com sua estrutura produtiva, a partir da capital: num primeiro anel estão a capital do estado e sua região metropolitana, maior centro industrial e, principalmente, de serviços às empresas do país. Um segundo anel, muito integrado ao anterior, que recebeu nas últimas décadas muitas plantas industriais de empresas que continuam com suas sedes na capital, compreende a região de governo de Sorocaba, a região de governo de Jundiaí, a região metropolitana de Campinas, as regiões de governo de São José dos Campos e Taubaté e a região metropolitana da baixada santista.¹

Um terceiro anel, que compreende quase todo o restante do estado é aquele vinculado à agropecuária e à agroindústria, com forte inserção do cultivo da cana-de-açúcar e produção de açúcar e álcool, além de diversas culturas e pecuária (sobretudo criação de aves e produção de ovos). Um último anel pode ser descrito de forma descontínua e compreende as regiões de escassa atividade econômica, ou seja, o Pontal do Paranapanema, as regiões de Itapeva e Itararé, o Vale do Ribeira e as cidades do fundo do Vale do Paraíba.

Em 2000, 50% do PIB paulista estava concentrado em apenas seis municípios (São Paulo, São José dos Campos, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo e Barueri, grupo que atingiu a soma de 52,1%). Para se atingir a quota de 75% do PIB, eram necessários 35 municípios (dos quais apenas dois – Ribeirão Preto e São José do Rio Preto – não fazem parte da região metropolitana de São Paulo e do seu entorno). Para chegar à marca acumulada de 95% do PIB estadual, eram necessários 186 municípios. Como o estado tem 645 municípios, isso significa que 459 municípios de São Paulo dividiam 5% do PIB paulista.

Essa concentração atenua-se de forma muito suave em 2011: são 7 os municípios que concentram 50% do PIB paulista (São Paulo, Guarulhos, Campinas, Osasco, São Bernardo do Campo, Barueri e Santos, que acumulam 51,9% do PIB), enquanto os que acumulam 75% chegam a 41. Nesse grupo, aumentam os municípios que se encontram fora da RMSP e do entorno metropolitano: além de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto passam a pertencer a ele Franca, São Carlos, Rio Claro e Araraquara.

Também há mudanças no último grupo, já que 217 municípios acumulam 95% do PIB estadual, o que significa que 432 deles dividem os 5% restantes.

Em 2010, o município de São Paulo manteve-se como o principal centro econômico do estado e contribuiu com 35,6% do PIB paulista, proporção infe-

1. Veja-se a respeito da regionalização do estado o capítulo final deste trabalho.

rior à registrada em 2000 (37,8%). Guarulhos e Campinas assumiram a segunda e a terceira posições, com 3,0% e 2,9% do total estadual, respectivamente.

Alguns municípios com importantes parques industriais perderam espaço no PIB paulista, tais como São José dos Campos, Santo André, Sorocaba, Paulínia, Mauá e Cubatão. Chama a atenção a queda na participação de São José dos Campos: de 3,2%, em 2000, para 1,9%, em 2010. Esse município, que era o segundo colocado em 2000, passou para a oitava colocação em 2010. Santo André passou da oitava para a décima posição e a sua participação no PIB estadual diminuiu de 1,8% para 1,4% entre 2000 e 2010. Sorocaba também diminuiu a sua participação e passou da 9ª para a 12ª posição no *ranking* estadual.

Essa queda mostra a mudança da atividade econômica no estado, em particular em sua região mais dinâmica, a RMSP e seu entorno, com uma preponderância do setor de serviços, que apresenta, ao contrário do que o senso comum pode imaginar, uma concentração maior ainda. Se em 2011 eram precisos sete municípios para concentrar 50% do PIB estadual, no caso do valor adicionado dos serviços, para ser atingido o mesmo patamar são necessários apenas cinco (São Paulo, Osasco, Guarulhos, Campinas e Barueri).

Igualmente, para se obter um acumulado de 75% do valor adicionado dos serviços, em 2011, foram necessários 35 municípios (contra 41 do PIB total), sendo apenas cinco fora da RMSP e seu entorno. No caso do acumulado de 95%, a concentração é ainda maior, sendo 136 os municípios que acumulam esse percentual (contra 217 para o PIB total), ficando com 5% do PIB os 510 municípios restantes.

Essa distribuição do setor de serviços parece incoerente com sua própria constituição, se ele for considerado preponderantemente dirigido às famílias. O que ocorre, no entanto, é que o setor passou por uma modificação substantiva nos 30 últimos anos, sendo o segmento de serviços prestados às famílias francamente minoritário no total das receitas do setor: de fato, pela Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, em 2011, o segmento de serviço prestado às famílias² possuía 30% do número de empresas, mas elas representavam apenas 8,7% das receitas do setor.

Em contrapartida, os serviços prestados principalmente às empresas são os majoritários no setor: o de comunicação e informação, com 10,8% das empresas, participou com 30,2% das receitas totais; os profissionais, administrativos e complementares, com 31,7% das empresas, apresentou 26,9% das receitas; e o de transportes e correios, com 13% das empresas, tinha 25,2%

² O segmento inclui as atividades de: serviços de alojamento e alimentação, atividades culturais, recreativas e desportivas, serviços pessoais e atividades de ensino continuado.

das receitas. Ou seja, estes três últimos segmentos representam 82% da receita total do setor de serviços em São Paulo.

Houve uma transposição de valor adicionado dos demais setores de atividade (da indústria, em especial) para o setor de serviços, aumentando o segmento de serviços prestados preponderantemente às empresas, em detrimento da participação do segmento de serviços prestados principalmente às famílias, mudando radicalmente a composição do setor.

Como esse setor está espacialmente mais concentrado que os demais, a perda de participação dos municípios mais ligados à atividade industrial aumenta substancialmente: é o caso de Cubatão, São José dos Campos, Santo André e outros. No entanto, em alguns desses municípios, à mesma maneira que para a capital, ocorre transformação semelhante: se Santo André cai da 8ª posição para a 12ª no PIB estadual, ele aparece na 10ª quando se analisa o valor adicionado dos serviços.

Essa mudança faz que alguns municípios participem de forma mais acentuada no PIB do estado, como é o caso de Guarulhos, Osasco e Barueri. O primeiro, pela movimentação de cargas e passageiros de seu aeroporto, e os outros dois pela existência de fortes e grandes empresas de serviços (inclusive financeiros).

Aliás, os serviços financeiros se multiplicaram e se diversificaram, especialmente nos anos 2000, conforme a Tabela 2.

Tabela 2

São Paulo – Dados das instituições financeiras, em R\$ 1.000 (em reais de 2012)
1990, 2000 e 2010

	1990	2000	2010
Instituições Financeiras - Agências Bancárias	4.718	5.179	6.598
Instituições Financeiras - Depósitos Totais	165.142.961	462.393.797	1.864.057.626
Instituições Financeiras - Operações de Crédito	204.617.061	348.054.035	879.585.109

Fonte: Fundação Seade.

Note-se que, entre 1990 e 2000, há um aumento de 9,8% no número de agências bancárias no estado de São Paulo, ao passo que esse aumento na década seguinte é de expressivos 27,4%. Movimentos mais expressivos ainda ocorrem nos depósitos à vista e nas operações de crédito: para os primeiros, o período compreendido entre 1991 e 2000 mostra um aumento de 180% (em valores de 2012), mas triplica no período 2000-2010, no qual mais pessoas tiveram acesso a uma conta bancária, além de benefícios do tipo Bolsa Família serem distribuídos através de cartão bancário.

As operações de crédito comportaram-se de forma semelhante, pois entre 1991 e 2000 tiveram um crescimento (em valores de 2012) de 70%. Mas o período 2000-2010 foi aquele em que as operações de crédito viveram seu auge, com o surgimento de operações como o crédito consignado, que permitiu o acesso de muitas famílias ao crédito. O resultado dessa maior oferta e maior procura fez com que as operações de crédito ao final do período se mostrassem 153% maiores que em seu início.

A agropecuária é o único setor de atividade que tem uma espacialização difusa pelo estado; ao contrário dos setores industrial e de serviços. O município com maior percentual na agropecuária (Itapetininga) responde por apenas 2,5% do total de valor adicionado.

Para se atingir 50% do total do valor adicionado no setor agropecuário de São Paulo, eram necessários 112 municípios, em 2011 (eram 7 para o mesmo percentual da indústria e 5 para os serviços). Para atingir o percentual de 75%, eram necessários 245 municípios e para atingir 95%, 461 municípios.

É justamente nessas regiões de maior intensidade da atividade agropecuária que se encontra a atividade agroindustrial, sobretudo as indústrias alimentícias, de refino de álcool e de papel e celulose.

Essa integração entre os setores primário e secundário se verifica na pauta exportadora do estado, já que dos dez produtos de maior exportação de São Paulo, seis provêm da atividade agropecuária (açúcares de cana, açúcares de beterraba e sacarose, álcool etílico, carnes desossadas de bovinos, sucos de laranja e sucos de laranja congelados), atingindo cerca de 20% do total exportado em valor.

Isso mostra ainda que a pauta exportadora paulista é bastante diversificada, uma vez que os dez principais produtos da pauta representam menos de 30% do valor total das exportações. A Tabela 3 mostra os dez produtos mais exportados de São Paulo, em 2012, e nela se verifica a presença de automóveis, aviões e equipamentos pesados para obras.

A pauta paulista difere da brasileira em duas formas, na pauta em si e nos destinos das exportações: se, para o Brasil, a China aparece como o principal destino das exportações, a Argentina (e o Mercosul) aparece como o principal destino das exportações paulistas. Isso se deve inclusive à pauta exportadora de São Paulo, já que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), 87,1% das exportações paulistas são de produtos manufaturados ou semimanufaturados, enquanto para o Brasil, ainda segundo o MDIC, essa participação é de 51,1%.

A indústria paulista é mais suscetível, portanto, as oscilações do mercado sul-americano, e mesmo aí enfrenta concorrência de preço com a China, em especial devido ao câmbio excessivamente valorizado.

Tabela 3

São Paulo – Principais setores exportadores (em US\$ milhões)
2012

	Valor	Participação (%)
Total	59.350	100,0
Outros açúcares de cana	5.142	8,7
Outros aviões/veículos aéreos, peso >15.000 kg, vazios	3.403	5,7
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sal	2.259	3,8
Álcool etílico n/desnaturado c/teor água <= 1% vol.	1.255	2,1
Automóveis c/motor explosão, 1.500 <cm3 <=3.000, até 6 passageiros	1.252	2,1
Carnes desossadas de bovino, congeladas	1.012	1,7
Outros sucos de laranjas, não-fermentados	866	1,5
Fuel-oil (óleo combustível)	825	1,4
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	814	1,4
Bulldozers e angledozers (equipamento pesado para obras)	749	1,3

Fonte: Fundação Seade, 1ª Análise, nº 3, junho de 2013.

Em resumo, a atividade econômica de São Paulo é rica e diversificada, embora perdendo potência nos últimos 20 anos. Tem potencial para se desenvolver de forma mais intensa, mesmo sem poder contar com os atributos da política econômica nacional, como a política monetária e a taxa de câmbio; pode, e deve, no entanto, desenvolver políticas específicas para setores bem definidos, e uma política tributária adequada ao desenvolvimento.

OS INVESTIMENTOS EM SÃO PAULO

Os investimentos anunciados para o estado de São Paulo, sejam os públicos ou os privados, alcançaram volumes expressivos entre 2011 e 2013, mas tendem a aumentar, ou, no mínimo, manter a concentração espacial da economia paulista.

Nesta década, ao contrário das precedentes, nota-se um expressivo aumento dos investimentos do governo federal no estado de São Paulo, em conjunto com o estado e os municípios.

De fato, entre 2011 e 2013, a União investiu um total de R\$ 144 bilhões no estado de São Paulo, sobretudo em infraestrutura urbana e no programa Minha Casa, Minha Vida. A predominância dos investimentos contidos nos PAC 1 e 2 – cujo montante chega a R\$ 64 bilhões – está no ramo de petróleo e gás, graças aos investimentos da Petrobras nos campos de pré-sal limitrofes à costa paulista.

Na área de mobilidade urbana, em novembro de 2013, o governo federal liberou mais R\$ 50 bilhões, tanto em recursos contidos no Orçamento Ge-

ral da União, como em recursos disponibilizados pelo BNDES. Esses recursos foram destinados principalmente a:

- obras de metrô (R\$ 15,6 bilhões, com 49% de financiamento do BNDES, e os demais 51% como contrapartida do governo do estado) – expansão das linhas 5 e 2 e implantação da linha 12;

- obras no sistema ferroviário de passageiros (R\$ 3,5 bilhões, dos quais 38% do orçamento da União e 32% de recursos privados, sendo os demais divididos entre o BNDES e o governo do estado) – modernização de linhas e estações das linhas 7, 8, 10 e 12 e expansão da linha 9;

- sistema de monotrilhos (R\$ 4,7 bilhões, dos quais 58% de repasses da União e financiamento do BNDES, e 42% de contrapartida estadual) – linhas Ouro e São Bernardo – São Paulo;

- corredores de ônibus (R\$ 7,4 bilhões, dos quais 94% de recursos da União e BNDES, e 6% de contrapartida estadual) – destinados a diversos municípios do estado, sobretudo na RMSF e seu entorno.

Esses investimentos não são importantes somente para oferecer serviços de maior qualidade à população ou fornecer obras de infraestrutura para o setor produtivo, mas servem também para alavancar investimentos privados, sobretudo os da indústria e serviços de São Paulo.

Segundo a Pesquisa de Anúncios de Investimentos do Estado de São Paulo (Piesp), que vem sendo periodicamente realizada há 15 anos pela Fundação Seade, foram identificados, em 2012, um total de US\$ 59,8 bilhões em investimentos anunciados para o estado, o maior montante anual desde 1998, quando se iniciou a pesquisa. Esses valores, impactantes (e que se referem a um período de aplicação que vai, na maior parte dos casos, até 2020),³ representam quase 90% dos investimentos federais em São Paulo, para o triênio 2011-2013.

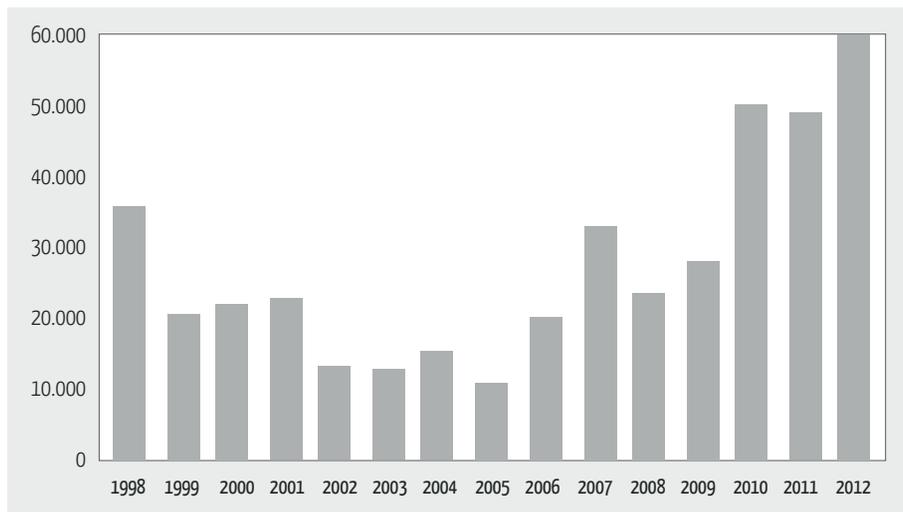
Uma análise sobre esses investimentos mostra que os federais e os privados não estão dissociados, havendo uma saudável complementaridade entre eles. Veja-se que cerca de 66% dos recursos (US\$ 39,3 bilhões) envolveram investimentos em infraestrutura, especialmente na área de transportes.

Dentre esses investimentos, destacaram-se os das concessões do governo federal de dois aeroportos, realizadas pela Infraero em junho de 2012. O consórcio Aeroportos Brasil Viracopos anunciou US\$ 4,7 bilhões para ampliação e modernização do aeroporto internacional de Viracopos, em Campinas; outros US\$ 2,4 bilhões destinam-se a investimentos no aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos, para a construção de um terceiro terminal e do edifício-garagem.

3. As informações sobre o período de duração dos investimentos, segundo a Piesp, da Fundação Seade, mostram que US\$ 37,4 bilhões (62,6% do total) têm previsão de término até 2016 e outros US\$ 7,7 bilhões (12,9%) deverão ser concluídos entre 2017 e 2020. As inversões de longo prazo (10 anos ou mais) somaram US\$ 14,6 bilhões (24,5%), relacionando-se a saneamento básico, aeroportos e frota de aviões.

Gráfico 14

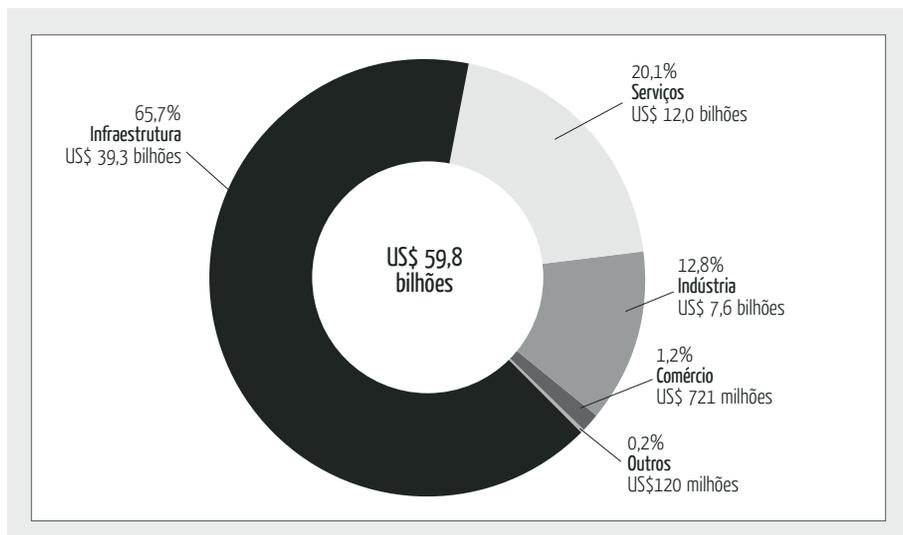
São Paulo – Evolução dos investimentos anunciados (em US\$ milhões)
1998-2012



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp.

Gráfico 15

São Paulo – Distribuição dos investimentos anunciados, por setor de atividade
2012



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp.

A forte demanda por voos nacionais e internacionais, decorrentes do aumento de renda da população, se reflete no movimento de passageiros: ele cresceu 9,3% em Cumbica e 17,0% em Viracopos, passando para 32,8 milhões e 8,9 milhões, respectivamente, entre 2011 e 2012; além disso, esses aeroportos são os líderes em volume de cargas transportadas.

Essa demanda também vem impulsionando a aquisição de aeronaves por empresas aéreas nacionais, como a Gol, que destinou US\$ 6 bilhões para compra de 60 *Boeings* 737 Max, e a Azul, com outros US\$ 975,2 milhões para 21 jatos regionais da Embraer, cujas sedes situam-se, respectivamente, em São Paulo e Barueri.

Como a capacidade instalada dos portos brasileiros se aproxima de seu limite de esgotamento nos próximos anos, e mais de 90% da corrente de comércio exterior passa pelas instalações portuárias, o governo federal, apoiado na Lei dos Portos, reviu todas as concessões de terminais.

A Lei dos Portos (Lei 8.630 de 1993) instituiu a necessidade de licitação das operações portuárias para os serviços prestados a terceiros, conforme previsão constitucional, uma vez que se trata de serviço público. Os contratos de concessão vencidos em 2013, alguns deles nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, estão sujeitos às novas normas.

Dessa forma, bastante elevados foram os recursos destinados à construção de terminais de contêineres e de granéis líquidos no Porto de Santos, o maior da América Latina, que tem registrado sucessivos recordes anuais na movimentação de cargas, totalizando 104,5 milhões de toneladas em 2012.

Os principais empreendimentos envolveram a Empresa Brasileira de Terminais Portuários – Embraport (US\$ 618,3 milhões, que se somam aos US\$ 637,1 milhões anunciados em 2010), e a Brasil Terminal Portuário – BTP, (US\$ 302,2 milhões, além de outros US\$ 685,8 milhões noticiados em 2009).

Outro anúncio de grande porte nas atividades auxiliares dos transportes refere-se aos US\$ 3,3 bilhões da Dersa para construção do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, última etapa do anel perimetral, com 177 km de extensão ao redor de São Paulo, que une as dez principais estradas de acesso ao município, visando reduzir o tráfego de veículos, sobretudo caminhões que atravessam a capital em direção a outras regiões.

Com o aumento do financiamento do governo federal à mobilidade urbana (sobretudo em São Paulo e sua região metropolitana), crescem as inversões de estatais paulistas na malha metroferroviária, como as do Metrô de São Paulo, e as da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, para implantação da linha de veículo leve sobre trilhos (VLT) entre São Vicente e o Porto de Santos, com acesso ao bairro do Valongo, onde está sendo construída

a sede da Petrobras, que centralizará o controle das operações de gás e petróleo na Bacia de Santos (US\$ 497,6 milhões).

Os maiores montantes nas telecomunicações provêm da operadora Oi – US\$ 2,1 bilhões para ampliação dos serviços de telefonia móvel no estado de São Paulo e US\$ 246,6 milhões para implantação de rede 4G para transmissão de voz e dados. O acirramento da concorrência vem exigindo das concessionárias do setor investimentos contínuos na infraestrutura física e em novas tecnologias e serviços.

Na área de energia, as inversões de maior vulto foram: US\$ 349,2 milhões da Comgás, para expandir a rede de gás natural na macrometrópole paulista; US\$ 313,2 milhões da distribuidora Elektro, para ampliar a rede elétrica nos 223 municípios em que atua; e US\$ 251,8 milhões da Araraquara Transmissora de Energia, para construção da subestação Araraquara 2, a maior do país, que nessa primeira etapa foi conectada às subestações da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP e de Furnas, estando em andamento a linha de transmissão entre Araraquara e o complexo hidroelétrico do Rio Madeira, em Porto Velho (RO), para fornecer energia a todas as regiões brasileiras.

No setor de serviços, que representou 20% do total dos investimentos do ano (US\$ 12 bilhões), o destaque ficou para as atividades imobiliárias, os serviços financeiros e os de informação. Novamente, aqui, a distribuição de renda, o aumento dos rendimentos do trabalho e o aumento das operações de crédito fizeram a diferença.

As atividades imobiliárias tiveram anúncios da ordem de US\$ 4,3 bilhões, especialmente para construção ou ampliação de shopping centers, alguns deles incluindo hotéis, edifícios residenciais e comerciais; destacam-se, ainda, os condomínios industriais e logísticos em municípios da RMSP e das regiões de Campinas e Sorocaba.

Os serviços financeiros destacam-se pelos US\$ 4 bilhões do Itaú Unibanco, cuja sede localiza-se em São Paulo, para investimentos em modernização na prestação de serviços bancários. Essa instituição financeira também noticiou a maior inversão no segmento de serviços de informação – US\$ 1,2 bilhão para construção de centro tecnológico em Mogi Mirim, com dois data-centers, um deles de reserva.

Outros US\$ 404,2 milhões envolvem a inauguração do *data center* da Vivo, em Santana de Parnaíba, a expansão da rede de fibra ótica da Ascenty, entre São Paulo e Campinas, com a construção de dois *data centers*, em Campinas e Santo André, e a ampliação do *data center* do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, em São Paulo. As centrais de dados estão se

proliferando em municípios da RMSP e da região de Campinas para armazenar informações das próprias empresas ou de terceiros, além de disponibilizar novos serviços, como a computação em nuvem.

Em alojamento (US\$ 756,2 milhões), os principais anúncios foram a ampliação do The Royal Palm Plaza Hotels & Resorts, em Campinas, com centro de convenções, hotéis, torres comerciais e *mall*, a construção do novo hotel Ca'd'Oro, um complexo multiuso na capital paulista, que envolveu parceria entre a Brookfield e os proprietários do antigo estabelecimento, e a implantação do Blue Tree Hotels, em Barueri.

Entre os investimentos destinados à saúde (US\$ 354,3 milhões), sobressai o anúncio do Hospital Sírio-Libanês, relativo à construção de três prédios ao lado da matriz, localizada no bairro paulistano da Bela Vista. O crescimento do mercado também vem estimulando outras empresas do setor a aplicar recursos em estabelecimentos hospitalares, clínicas e equipamentos mais modernos e complexos.

Em aluguéis não imobiliários, com US\$ 320,8 milhões, o principal empreendimento foi a compra de 19 mil veículos para locação, pela Arval, empresa do grupo francês BNP Paribas, especializada em frotas corporativas e com sede em São Paulo.

Os destaques na educação (US\$ 233,8 milhões) foram empreendimentos anunciados por entidades do Sistema S, vinculadas ao setor produtivo e sem fins lucrativos, como a construção de centros educacionais do Serviço Social do Comércio – Sesc, em Sorocaba, e do Serviço Social da Indústria – Sesi, em Santos, além das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, em São José dos Campos, Santos e Guarulhos.

Os investimentos da indústria tiveram participação de 13% (US\$ 7,6 bilhões), e as principais inversões foram lideradas pelo ramo automotivo, vindo, a seguir, os de metalurgia e de papel e celulose, que também registraram montantes superiores a US\$ 1 bilhão. Novamente, aqui, verifica-se a integração entre os investimentos público e privado, já que muitos programas federais (como os de ônibus escolares e os de caminhões e equipamentos de terraplenagem doados às prefeituras) adquirem os equipamentos de fábricas localizadas no Brasil (e, muitas delas, em São Paulo).

Das vinte divisões industriais com anúncios de investimentos em 2012, nove registraram montantes acima de US\$ 100 milhões, três deles superiores a US\$ 1 bilhão. Os investimentos foram liderados pelo setor automotivo, que continua com bom desempenho, principalmente graças aos incentivos fiscais do governo, condicionados a conteúdo nacional e inovação, e pela oferta de crédito a juros baixos, além de compras governamentais.

Os maiores valores foram anunciados pela montadora Honda, para ampliação da unidade de Sumaré, e pela Toyota, para construção da fábrica de motores em Porto Feliz, além da expansão da planta da General Motors, em São José dos Campos, e da fábrica de caminhões Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo.

A metalurgia destacou-se, sobretudo, pelo montante de US\$ 1,3 bilhão anunciado pela Usiminas para instalar o novo laminador de tiras a quente em sua usina de Cubatão, visando disponibilizar produtos de maior valor agregado, especialmente para as indústrias de óleo e gás, automotiva, máquinas e equipamentos e construção civil.

A siderúrgica fabricará bobinas de aço para a Tenaris, que fornece tubos de aço para construção do etanolduto Ribeirão Preto-Uberaba (MG). Outros anúncios expressivos envolveram o aumento da capacidade de produção da unidade de artefatos de alumínio (em especial, latas de bebidas) da Novelis, em Pindamonhangaba, e a expansão da fábrica de condutores e ligas de cobre da Termomecânica, em São Bernardo do Campo.

A divisão de papel e celulose teve expressivo investimento de US\$ 1,2 bilhão da Lwarcell, empresa do grupo Lwart, para ampliação do complexo fabril de celulose, em Lençóis Paulista, e para expansão de suas florestas plantadas de eucalipto. A celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, proveniente de plantios renováveis, ganha importância cada vez maior no mercado interno e no exterior, para produção de papel para diversos fins, especialmente embalagens.

A região de São José dos Campos continua atraindo empresas nacionais e estrangeiras da área de defesa e segurança, interessadas em fornecer equipamentos para as Forças Armadas brasileiras, em movimento iniciado ainda nos anos 1970, com a instalação, pelo governo federal, do complexo aeroespacial (Avibrás, Embraer e ITA) e militar (Imbel).

A produção ferroviária também destaca-se nesse segmento industrial, especialmente pela construção da fábrica de vagões e semirreboques canavieiros da Randon, em Araraquara.

Os destaques de outros ramos que também totalizaram valores elevados foram: máquinas e equipamentos (US\$ 374,5 milhões) – a nova planta de escavadeiras e retroescavadeiras da britânica JCB, em Sorocaba; borracha e plástico (US\$ 251,6 milhões) – ampliação da capacidade produtiva da fábrica de pneus Goodyear, em Americana; produtos químicos (US\$ 227,4 milhões) – instalação de centro de desenvolvimento de novos produtos na unidade da PPG em Sumaré, onde são fabricadas as tintas Renner; e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (US\$ 189,6 milhões) – construção da fábrica da Hitachi Data System, em Hortolândia, para produzir sistemas de armazenamento de dados.

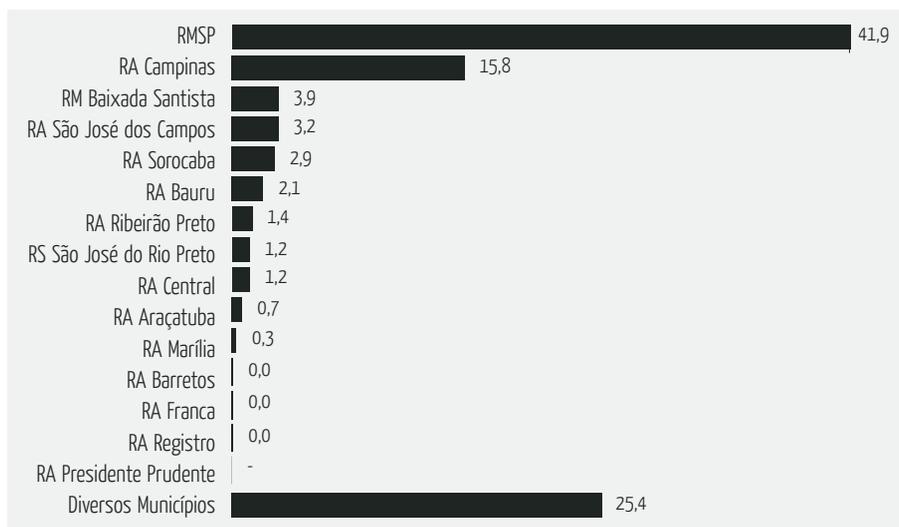
Do ponto de vista da distribuição espacial dos investimentos privados anunciados, mais de 2/3 se concentraram na região metropolitana de São Paulo e na região administrativa de Campinas (68% do total). Se forem agregadas a esse total as regiões que compõem a macrometrópole paulista, o acumulado chega a 80%. Ressalte-se que há uma certa dificuldade de regionalizar alguns investimentos (estradas, extração de petróleo, agências bancárias, por exemplo), que a Fundação Seade acomoda sob a rubrica “diversos municípios”.

Da mesma forma, regionalizar os investimentos federais é tarefa difícil, pelos mesmos motivos, mas deve-se ressaltar que a maior parte deles se localiza nas grandes cidades (investimentos em metrô, ferrovias, corredores de ônibus e aeroportos se localizam na RMSP e em seu entorno imediato).

Interessante notar que a RMSP concentrou, sozinha, cerca de 60% dos investimentos privados anunciados relativos ao setor de serviços, enquanto a indústria privilegiou a região de Campinas (24%).

Gráfico 16

Distribuição dos investimentos anunciados, por região – Regiões Administrativas do estado (em %) 2012



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp.

FINANÇAS ESTADUAIS⁴

No que concerne às receitas estaduais, São Paulo tem sua maior parcela derivada de recursos provenientes da receita tributária (80% das receitas

4. Dados extraídos de www.comparabrazil.fnp.org.br.

correntes); dessas, 96% provêm de impostos, o que mostra a importância do ICMS para os cofres estaduais e provoca a oposição dos deputados paulistas frente à alteração desse imposto em direção a um de tipo IVA, cobrado no local de consumo, e não no da produção.

As transferências correntes representam apenas 9,2% do total de receitas, das quais as transferências governamentais representam quase a totalidade. É o estado com a menor proporção de transferências em relação à receita corrente. O Espírito Santo, um dos que têm menor proporção, apresenta um valor de 18% de transferências em relação às receitas correntes, enquanto Minas Gerais tem 21%, Paraná, 26%, Mato Grosso, 28%, Bahia, 36% e Acre, 72%, para citar alguns estados.

Chama a atenção, dentro do item “Receitas de Capital”, a receita proveniente de alienação de bens: enquanto em 2011 essa receita representava 3,4% do total de receitas de capital, e em 2008, 22%, nos anos de 2009, 2010 e 2012 ela atingia impressionantes 59%, 61% e 54% do total, respectivamente.

Esses dados podem indicar que o governo do estado prefere alienar seus bens a geri-los de forma a desenvolver políticas públicas com seu uso adequado.

Tabela 4

Receitas do estado de São Paulo (em Reais correntes)
2008-2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Receita total	109.626.161.856	119.078.163.307	135.609.779.779	142.328.542.947	154.563.068.934
Receitas correntes	107.688.074.195	113.618.045.092	131.045.311.419	140.892.162.813	152.648.274.970
Receita Tributária	85.749.011.588	89.345.606.352	103.211.772.288	113.450.949.177	121.781.362.214
Impostos	82.699.423.843	86.063.335.803	99.889.092.135	109.831.733.170	117.957.673.534
Taxas	3.049.585.310	3.282.268.407	3.322.678.866	3.619.211.957	3.823.679.990
Contribuição de Melhoria	2.434	2.142	1.287	4.050	8.690
Receita de Contribuições	2.959.097.167	3.163.963.044	3.379.993.469	3.759.444.272	4.393.179.087
Contribuições Sociais	2.959.097.167	3.163.963.044	3.379.993.469	3.759.444.272	4.393.179.087
Contribuições Econômicas	0	0	0	0	0
Receita Patrimonial	3.728.450.214	5.529.156.774	6.461.510.197	4.201.184.705	5.604.671.280
Receita Agropecuária	20.608.769	19.998.221	20.552.892	25.090.691	22.815.216
Receita Industrial	154.349.680	151.501.004	167.781.518	166.536.595	182.165.603
Receita de Serviços	1.839.842.035	1.860.047.039	2.250.906.069	2.578.568.052	2.506.763.075
Transferências Correntes	9.908.845.901	10.250.995.809	11.626.773.409	12.210.089.488	12.899.894.870
Transferências Intergovernamentais	9.766.753.278	10.079.905.383	11.432.584.443	11.994.942.371	12.664.773.411
Transferências de Convênios	123.452.005	164.541.446	147.059.747	179.956.185	220.967.636
Outras Receitas Correntes	3.327.868.842	3.296.776.849	3.926.021.577	4.500.299.833	5.257.423.626

continua

SÃO PAULO
2000-2013

	2008	2009	2010	2011	2012
Multas e Juros de Mora	1.443.027.388	1.396.199.020	1.738.823.448	2.171.619.408	2.279.521.490
Indenizações e Restituições	607.108.927	762.126.611	1.028.535.397	867.561.758	1.273.791.610
Receita da Dívida Ativa	160.681.627	228.842.237	303.912.645	515.596.618	727.169.367
Receitas Correntes Diversas	1.117.050.899	909.608.982	854.750.087	945.522.049	976.941.159
Receitas de capital	1.938.087.660	5.460.118.215	4.564.468.360	1.436.380.134	1.914.793.964
Operações de Crédito	938.636.705	1.957.302.771	1.587.822.603	1.196.759.419	790.014.014
Operações de Crédito Internas	429.671.187	1.091.503.015	335.278.215	111.083.947	321.177.107
Operações de Crédito Externas	508.965.518	865.799.756	1.252.544.388	1.085.675.472	468.836.906
Alienação de Bens	421.598.635	3.235.017.822	2.800.772.862	49.467.584	1.026.105.332
Amortização de Empréstimos	5.481.588	3.666.980	5.884.025	5.030.571	12.408.691
Transferências de Capital	157.701.775	179.276.087	135.506.130	129.256.780	62.828.189
Transferências Intergovernamentais	0	0	5.300.229	125.007	0
Transferências de Convênios	154.484.183	176.792.479	128.335.999	126.512.214	61.233.274
Outras Receitas de Capital	414.668.958	84.854.554	34.482.740	55.865.780	23.437.738

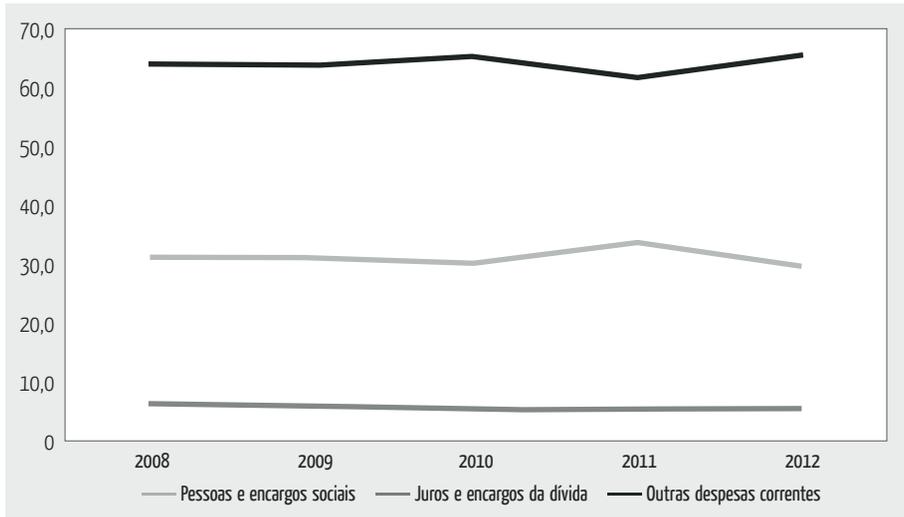
Fonte: www.comparabrasil.fnp.org.br/.

No que se refere às despesas, aquelas correntes representam de 85% a 89% do total, cabendo o restante às despesas de capital. Dentre as despesas correntes, o maior peso é de “outras despesas correntes”, seguida de “despesas com pessoal” e “juros e encargos da dívida”. Veja-se a respeito o Gráfico 17 a seguir. Percebe-se certa estabilidade nas despesas, mas em 2012 há uma expressiva redução na participação das despesas com pessoal, e respectivo aumento das “outras despesas correntes”.

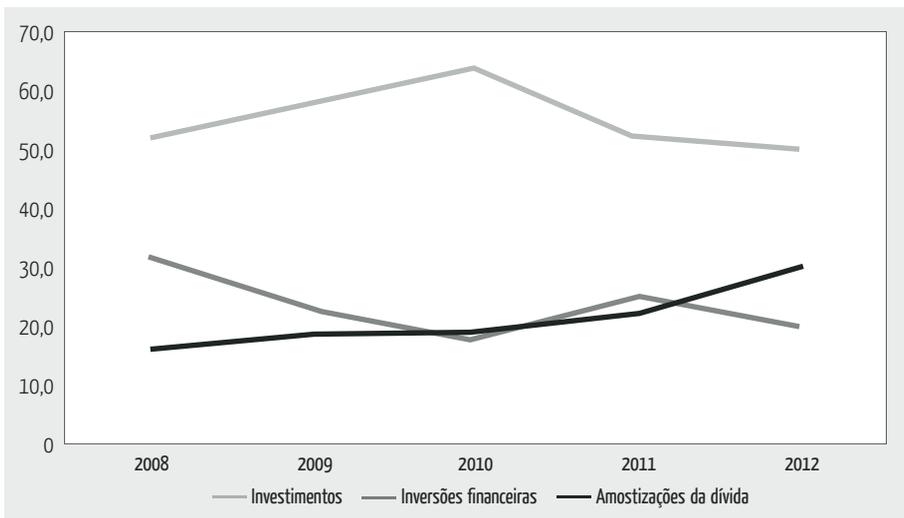
No caso das despesas de capital, cerca de metade do total é de investimentos, seguida de inversões financeiras e amortização da dívida. Ao contrário das despesas correntes, as de capital apresentam-se de forma mais variável, conforme se observa no Gráfico 18.

Verifica-se, desde 2010, uma queda no volume de investimentos, e um equivalente aumento das amortizações da dívida. Essa diminuição de investimentos por parte do governo do estado é preocupante, dadas a integração dos gastos governamentais e a produção privada, conforme verificado anteriormente.

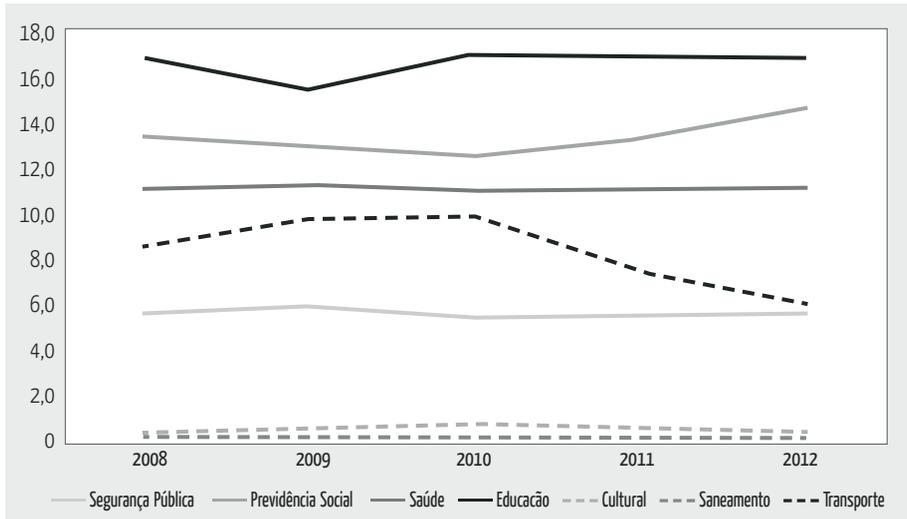
Quando se abrem as despesas correntes por função, verifica-se uma certa estabilidade na proporção das principais funções em relação ao total, mas nota-se, também, uma expressiva diminuição dos investimentos em transportes entre 2010 e 2012, o que pode ter iniciado a insatisfação da população com o transporte oferecido (em especial o metrô, outrora um exemplo de conforto e credibilidade), *vis-a-vis* o seu preço. O Gráfico 19 mostra a proporção dos gastos com as principais funções:

Gráfico 17**São Paulo – Distribuição das despesas
2008-2012**

Fonte: www.comparabrasil.fnp.org.br/

Gráfico 18**São Paulo – Distribuição das despesas de capital
2008-2012**

Fonte: www.comparabrasil.fnp.org.br/

Gráfico 19**São Paulo – Distribuição das despesas por suas principais funções
2008-2012**

Fonte: www.comparabrasil.fnp.org.br/

Uma preocupação adicional refere-se aos gastos com a função saneamento, mantidos muito próximos de zero, ao longo de todo o período analisado.

MERCADO DE TRABALHO

São Paulo contava, em 2012, com 13,7 milhões de trabalhadores formais, segundo dados do Ministério do Trabalho. Se, entre 1991 e 2000, o emprego aumentou 5,5%, entre 2000 e 2012 o aumento foi expressivo, uma vez que o crescimento da massa trabalhadora formal foi de 71,2%.

O crescimento da economia, a formalização de muitas empresas, via simplificação de tributos (o Simples, por exemplo) e a consequente formalização de postos de trabalho outrora informais foram parte importante desse crescimento.

A informalidade, característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, vem sofrendo intensas reduções ao longo das últimas décadas, com maior expressividade nos anos 2000. Em São Paulo (RMSP), onde a informalidade, em geral, possui um papel menor que nas demais regiões do país, ela representava 44,4% do total de ocupados, em 2009, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED, convênio Seade/Dieese), incluindo-se aí os autônomos, os empregos domésticos, os assalariados sem carteira e outras formas de contratação.⁵ Esse número, em 2013, já era de 39,1%, continuando seu ritmo decrescente.

Quanto ao setor de atividade, os serviços são os maiores empregadores no estado de São Paulo, com 52% dos empregos formais, em 2012 (eram 42% em 1991), seguidos pela indústria, com 20%, e o comércio, com 19%.

5. Incluem-se aí os empregadores, donos de negócios, profissionais liberais, trabalhadores familiares sem renda salarial etc.

Ressalte-se a sensível diminuição dos empregos formais industriais, ao longo do tempo, já que eles representavam 32% dos empregos formais em 1991. Note-se, contudo, que em 2000 a indústria representava apenas 24% do total, passando a 21% em 2010.

Isso pode significar que, passado o ajuste das empresas industriais, depois da abertura comercial posterior ao governo Collor e à manutenção artificial do câmbio durante o governo FHC, as indústrias já passaram por ajustes como terceirização de atividades que não fazem parte de seu *core* produtivo e incremento de automação de seus processos.

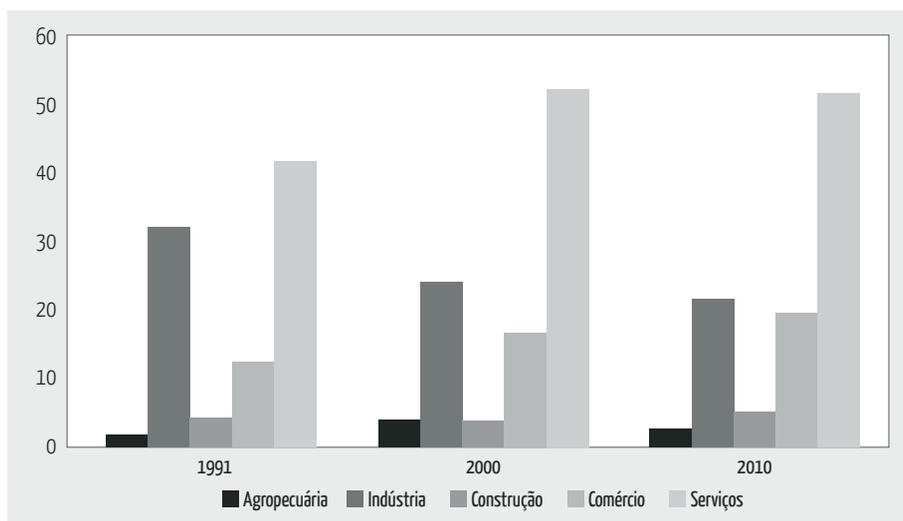
É possível imaginar uma certa estabilidade dos empregos industriais. Vale lembrar que, mesmo com todos esses ajustes ocorridos sobretudo nos anos 1990, os empregos industriais paulistas, entre 1991 e 2012, tiveram um incremento da ordem de 15%.

Quanto ao gênero, é expressivo o aumento das mulheres na ocupação formal, no estado de São Paulo: de 37,9% do total de trabalhadores, em 2000, elas representavam 42,9% do total em 2012, como pode ser visualizado no Gráfico 21.

Quanto à faixa etária, verifica-se pelo Gráfico 22 que quase 80% dos trabalhadores situam-se na faixa etária de 25 a 59 anos.

Gráfico 20

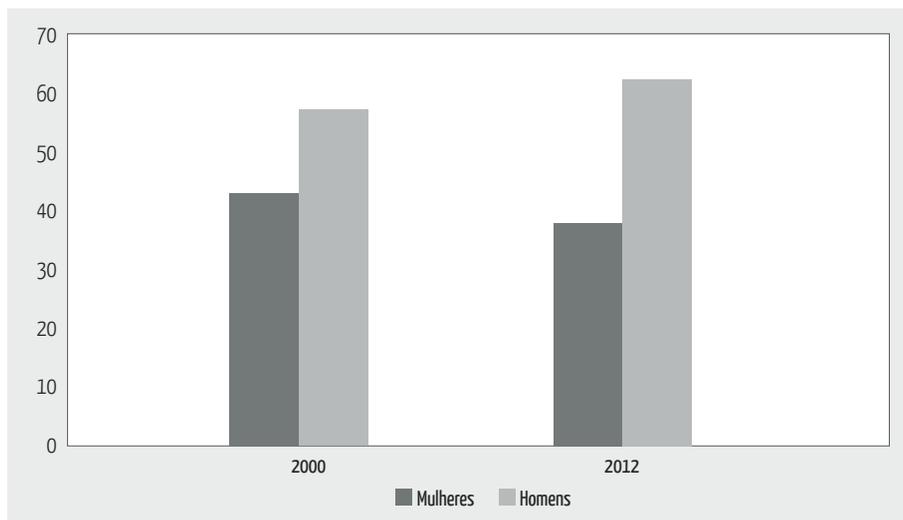
São Paulo – Distribuição dos empregos formais, por setor de atividade
1991, 2000 e 2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 21

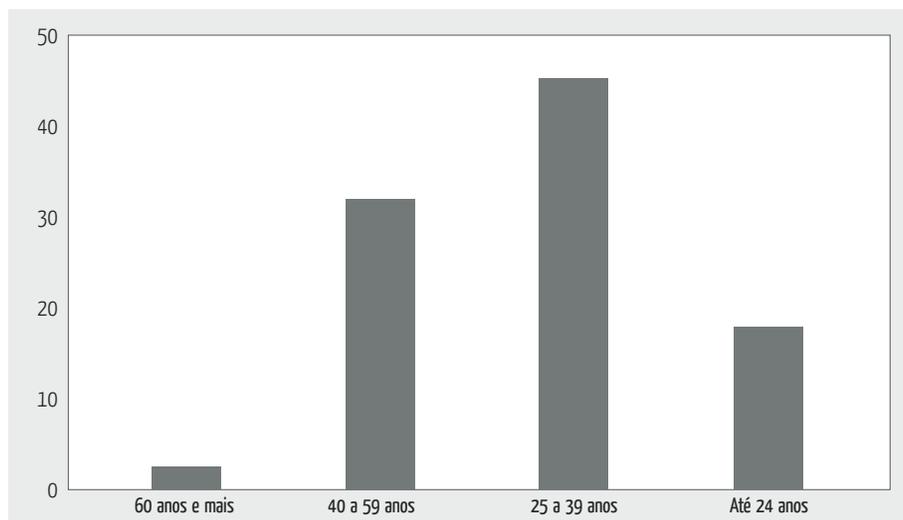
São Paulo – Distribuição dos empregos formais, por gênero
2000 e 2012



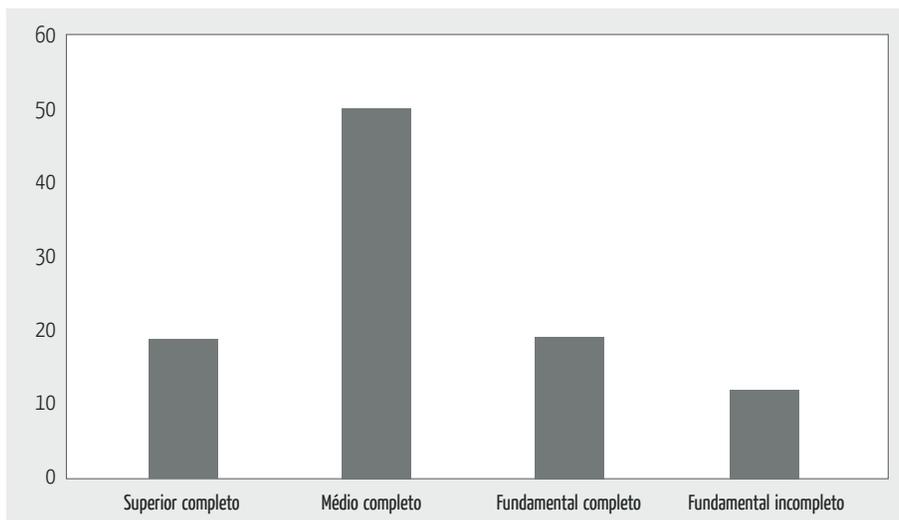
Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 22

São Paulo – Distribuição dos empregos formais, por faixa etária
1991, 2000 e 2010



Fonte: Fundação Seade.

Gráfico 23**São Paulo – Distribuição dos empregos formais, por grau de instrução
1991, 2000 e 2010**

Fonte: Fundação Seade.

Quanto à escolaridade, verifica-se que, em 2012, poucas pessoas se apresentam com o ensino fundamental incompleto, cuja porcentagem é inclusive inferior à do ensino superior completo (12% e 18,8%, respectivamente). A maior parte dos ocupados possui ensino médio completo, mostrando uma evolução nos padrões educacionais para o emprego formal (Gráfico 23).

O rendimento médio dos ocupados formais de São Paulo, em 2012, era de R\$ 2.329,86, com grande variabilidade segundo o setor, sendo o menor o auferido pelos trabalhadores da agropecuária, com R\$ 1.412,49, ou apenas 61% da média. Acima da média estão os ocupados na indústria (118%) e nos serviços (105%). O dado dos serviços mostra como vem se diversificando o setor, pagando maiores salários em virtude da sua composição, com serviços de informática, os prestados às empresas (sobretudo os técnicos) e os de telecomunicações.

Ressaltem-se os baixos índices da taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo: em 2013, ela atingiu 10,4%, o menor índice desde 1995, sendo o desemprego aberto de 8,4%, somente maior que os 8,3% alcançados em 2011. Deve-se atentar ao fato de que, em 2003, a taxa de desemprego para esta mesma região atingiu 20%, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Seade/Dieese.

Em 2013, por sua vez, essa taxa continuou em processo de diminuição, atingindo, em dezembro daquele ano a marca de 9,3%, em consonância com a tendência dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, ainda que os valores absolutos sejam divergentes.

ASPECTOS SOCIAIS

A MARCA DA DESIGUALDADE

No contexto nacional, é comum a imagem de São Paulo ser retratada como uma ilha de prosperidade, de onde a miséria foi abolida. Embora haja, na realidade, ilhas de excelência no universo paulista, essa fotografia revela-se uma ilusão: é a marca da desigualdade que mostra o quanto este estado faz parte do Brasil; nele se destaca apenas por ser mais rico que os demais estados, porém possui as mesmas faces de desigualdade.

Em São Paulo a desigualdade de renda aumentou significativamente mais do que a média brasileira ao longo dos anos 1990, enquanto sua redução, na última década (em que a queda da desigualdade, no Brasil, foi significativa), foi, ao contrário, menor que a média do país.

O Índice de Gini (medida internacional de desigualdade) referente ao rendimento real mensal domiciliar *per capita* no Brasil, em 2010, era consideravelmente menor que em 1991, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD/Ipea).

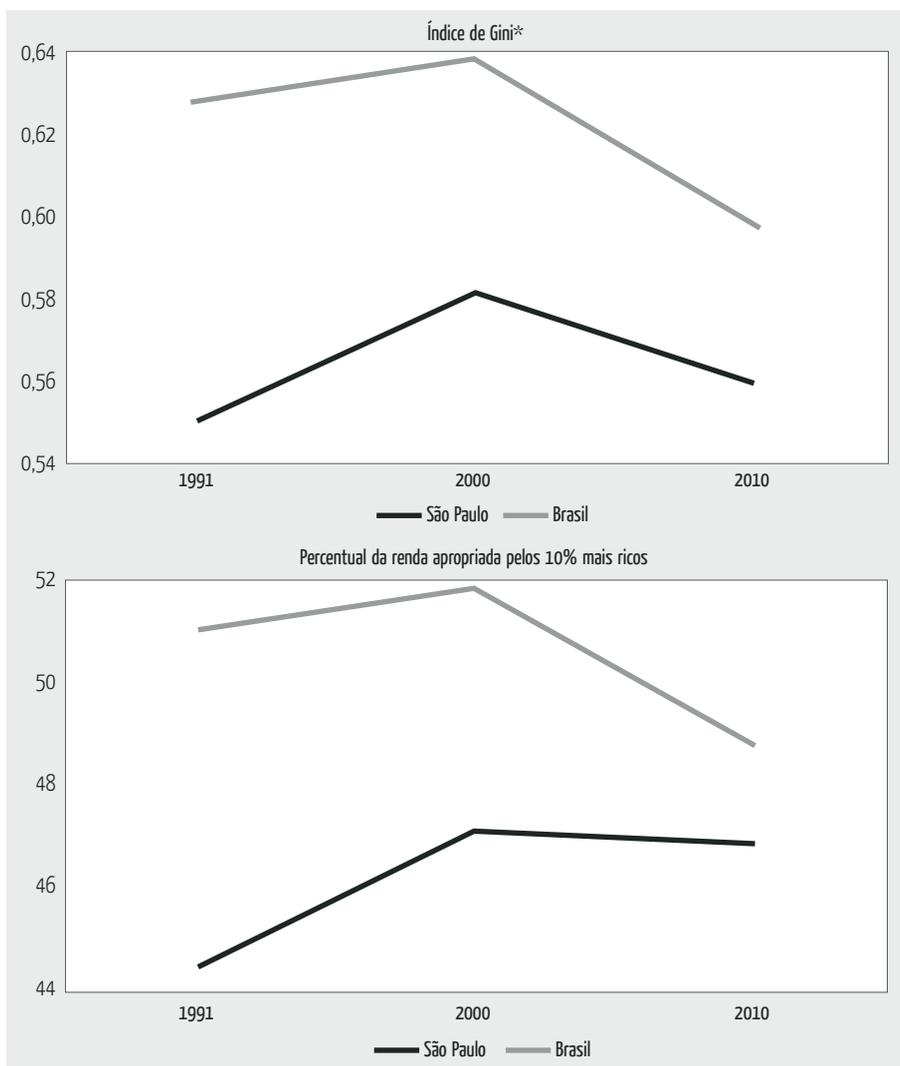
O Gráfico 24 revela que o índice em São Paulo, após se elevar entre 1991 e 2000, se reduz a partir daí num ritmo bem menor que no Brasil e, em 2010, mostrava-se ainda acima do verificado quase vinte anos antes.

O mesmo ocorre quanto ao percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população: no Brasil, ao longo dos anos 1990, houve elevação da parcela apropriada por essa faixa, sendo que na última década se verificou

queda substancial. Em São Paulo, porém, apesar do crescimento mais acentuado que o nacional, o percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos permaneceu quase que estável nos últimos dez anos, e bem acima do verificado em 1991.

Gráfico 24

São Paulo e Brasil – Índice de Gini e percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos 1991-2010



Fonte: Fundação Seade. *Referente ao rendimento real mensal domiciliar *per capita*.

A Fundação Seade desenvolveu dois indicadores sintéticos municipais para medir as condições de vida da população paulista, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), este último com abrangência intramunicipal.

O primeiro, desenvolvido desde o ano 2000, classifica os municípios de São Paulo através do cruzamento de três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade. Cada uma das dimensões reflete uma cesta de indicadores, que caracterizam a respectiva dimensão, e uma análise fatorial divide os municípios em cinco grupos, a saber:

- Grupo 1 – municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais;

- Grupo 2 – municípios com bom nível de riqueza, mas com indicadores sociais abaixo da média;

- Grupo 3 – municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores de longevidade e escolaridade;

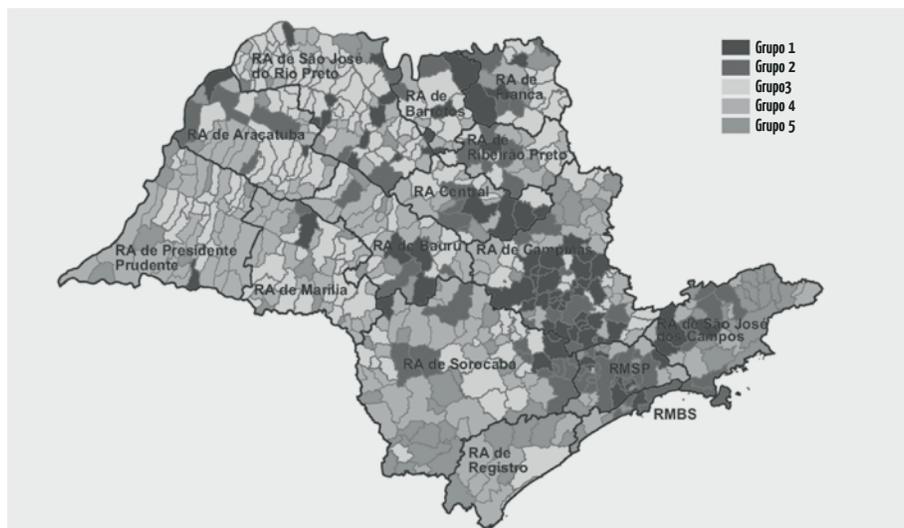
- Grupo 4 – municípios com baixa riqueza e indicadores intermediários de longevidade e escolaridade;

- Grupo 5 – municípios com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade.

A distribuição dos grupos no estado está representada no Mapa 4.

Mapa 4

Municípios do estado de São Paulo, segundo Grupos do IPRS 2010



Fonte: Fundação Seade. IPRS 2010.

Tabela 5

São Paulo – Número de municípios, população e percentual da população, por grupo do IPRS 2010

Grupo	Nº de municípios	População (em milhões de habitantes)
1	78	9,8
2	75	20,5
3	195	4,6
4	199	3,7
5	98	2,5

Fonte: Fundação Seade. IPRS 2010.

Os municípios melhores classificados somam a maior parcela da população paulista (quase $\frac{3}{4}$ da população), mas representam apenas 23,7% do total dos municípios. Isso significa que os municípios com melhor classificação são os maiores municípios do estado, localizados principalmente na macrometrópole e nos principais centros regionais de São Paulo.

Os dados do IPVS, no entanto, por serem intramunicipais (são baseados nos setores censitários do IBGE), mostram que, mesmo nos municípios enquadrados como Grupo 1, existem profundas desigualdades, por vezes mais acentuadas que nos municípios mais pobres.

Da mesma forma que no IPRS, neste indicador sintético foram consideradas duas dimensões, a socioeconômica e a demográfica. Na dimensão socioeconômica foram analisados a renda domiciliar *per capita*, o rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, a porcentagem de domicílios com renda domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo, a porcentagem de domicílios com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo e a porcentagem de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas.

Na dimensão demográfica foram analisados o percentual de pessoas com 10 a 29 anos responsáveis pelos domicílios, a porcentagem de mulheres com 10 a 29 anos responsáveis pelos domicílios, a idade média das pessoas responsáveis pelo domicílio e a porcentagem de crianças de 0 a 5 anos.

De posse dessas informações, os setores censitários foram divididos em sete grupos, de acordo com a vulnerabilidade:

- No Grupo 1 estão os setores censitários com baixíssima vulnerabilidade: eles representam 2,5 milhões de pessoas;
- No Grupo 2 estão os de vulnerabilidade muito baixa, que representam 16,3 milhões de pessoas;
- No Grupo 3 estão os de vulnerabilidade baixa, com 7,3 milhões de pessoas;

- No Grupo 4 estão os setores censitários de vulnerabilidade média, somando 7,8 milhões de pessoas;
- No Grupo 5 estão os de vulnerabilidade alta (setores censitários urbanos), que representam 4,5 milhões de pessoas;
- No Grupo 6 estão aqueles de vulnerabilidade muito alta (de aglomerados subnormais urbanos), com 1,8 milhão de pessoas;
- No Grupo 7 estão os de vulnerabilidade alta (nos setores censitários rurais), somando 400 mil pessoas.

Ou seja, são 14,5 milhões de pessoas (ou 35% da população do estado) vivendo em condições de vulnerabilidade média ou alta. O que chama a atenção é a distribuição espacial dessa população com algum tipo de vulnerabilidade, já que ela se encontra nos maiores municípios do estado, que são os que concentram a maior parcela do PIB.

A desigualdade cresce à medida em que cresce a riqueza da região: na RMSP, por exemplo, encontra-se o maior contingente de população com baixa ou nenhuma vulnerabilidade do estado (1,7 milhão de pessoas), mas também o maior contingente de pessoas na situação extremamente oposta, ou seja, com alta ou muito alta vulnerabilidade (3,9 milhões de habitantes). Ou seja, em áreas nobres do estado, há mais que o dobro de pessoas vivendo em situações de alta vulnerabilidade do que de pessoas em situação de baixa ou nenhuma vulnerabilidade.

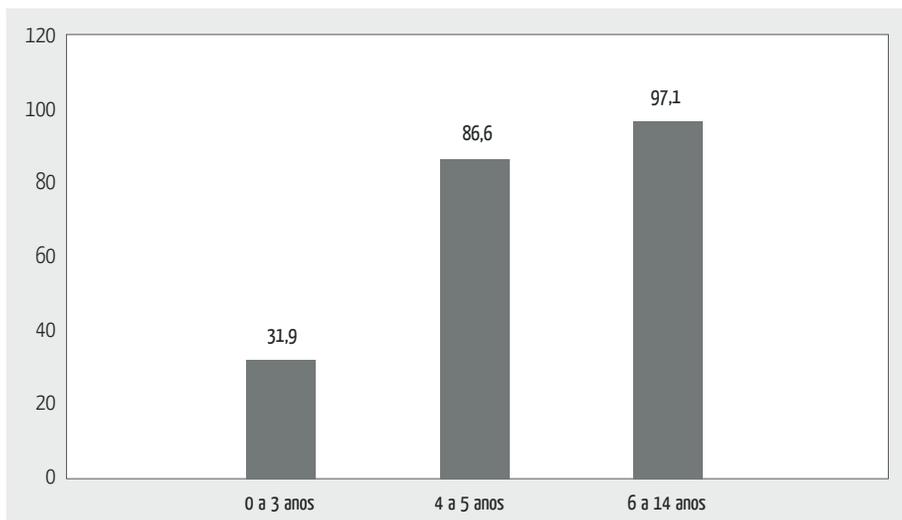
Quando se analisam os dados do município de São Paulo, verifica-se que 70% de sua população vivia, em 2010, em situação de baixíssima, muito baixa ou baixa vulnerabilidade social, concentrando 85% da população da RMSP nessas condições. Já os 7,5% da população da capital que viviam em situação de alta vulnerabilidade representam 60% da população metropolitana nessa condição.

Quando se analisam os dados especializados, nota-se que, tanto no município de São Paulo como nos demais municípios de sua região metropolitana, as áreas de maior vulnerabilidade se encontram nos seus limites. A população mais vulnerável vai sendo empurrada para as franjas urbanas, convivendo com padrões ínfimos de urbanidade.

EDUCAÇÃO

Conforme dados do último Censo Demográfico, no estado, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 4,1%. Na área urbana, a taxa era de 3,9% e na zona rural, 8,3%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,7%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do estado, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no Gráfico 25.

Gráfico 25**São Paulo – Percentual de crianças atendidas na rede educacional, por faixa etária 2010**

Fonte: Ministério da Educação – MEC.

Há, claramente, uma carência na fase pré-escolar, com maior pressão sobre a educação de crianças na faixa de 0 a 3 anos (creches). É certo que as pequenas taxas de crescimento populacional tendem a exercer menor pressão para essa faixa etária, mas os níveis de atendimento ainda são extremamente baixos, o que significa que a prioridade deve se concentrar nessa faixa.

Para tanto, deve-se pensar em como proceder a acordos interfederativos (uma vez que a educação pré-escolar e a fundamental são atribuições da esfera municipal), para que mais convênios sejam realizados. Há uma série de investimentos federais para a construção de creches, que, a partir de 2013, também incluem as despesas com seu custeio, restando uma maior participação do governo estadual.

Além dos dados situacionais de percentual de atendimento escolar do ano de 2010, foram calculadas, também, metas de atendimento para os próximos anos. A Tabela 6 apresenta essas metas.

Observe-se que, apesar da pressão já existente sobre as matrículas em creches, a meta para 2020 ainda é de pouco mais da metade da demanda existente, enquanto para o ensino infantil e fundamental a meta é praticamente o universo de crianças na idade.

De fato, se observarmos o Gráfico 26, que mostra a evolução das notas na quarta e oitava séries do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, as

Tabela 6

São Paulo – Metas de atendimento de crianças na rede educacional (em %)
2012-2020

	2012	2014	2016	2018	2020
0 a 3 anos	36,8	42,0	47,4	52,9	58,3
4 a 5 anos	94,1	97,5	99,0	99,0	99,0
6 a 14 anos	97,6	98,1	98,5	98,8	99,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC.

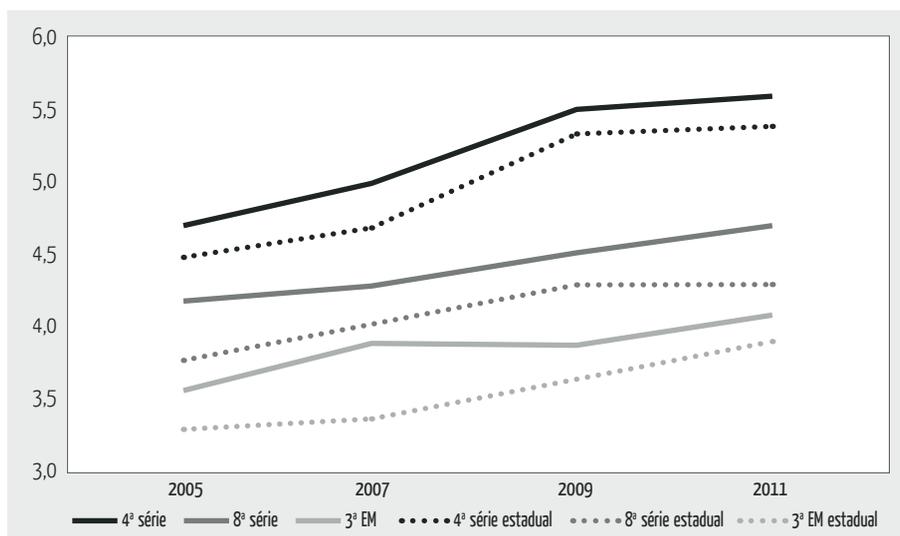
metas foram devidamente alcançadas, e até superadas. Deve-se notar, entretanto, que elas são, em valores absolutos, extremamente baixas; as metas foram alcançadas em vista dos baixos valores que elas assumiam antes do seu estabelecimento.

Deve-se notar, no entanto, que, a partir de 2001, há uma tendência à diminuição do ritmo de crescimento das notas, o que é preocupante, e pode sugerir que nos próximos anos as metas não sejam alcançadas.

Deve-se também notar que, quando se analisam exclusivamente as notas da rede estadual, elas se situam em patamares inferiores às do total, notadamente as notas da oitava série/ nono ano do fundamental e da terceira série do ensino médio.

Gráfico 26

São Paulo – Notas do SAEB, por série e por tipo de vínculo escolar
2005-2011



Fonte: Ministério da Educação – MEC.

Vale lembrar que a pujança econômica do estado de São Paulo não se reflete imediatamente em seu nível educacional: três estados (Distrito Federal, Minas Gerais e Santa Catarina) estão à frente de São Paulo nas notas da quarta série do ensino fundamental, enquanto a nota do estado (que é igual à do Paraná) é apenas 10% superior à média brasileira.

No caso das notas da oitava série do fundamental, São Paulo se destaca, obtendo a maior nota dentre todos os estados brasileiros, e sua média é 18% maior que a média nacional. No caso do ensino médio, São Paulo é ultrapassado por Santa Catarina, e sua média volta a ser apenas 10% superior à média nacional.

Quando se analisam as redes estaduais, a situação de São Paulo não é melhor, tendo estado em primeiro no Brasil apenas nas notas da oitava série, em 2009; em 2011, a nota desta mesma série colocou o estado de São Paulo na 3ª posição.

Um resumo sobre este tema mostra que o estado de São Paulo tem baixo índice de analfabetismo, matricula praticamente todas as crianças no ensino fundamental, mas tem carência na matrícula na educação infantil e, em menor escala, no ensino médio. O problema parece residir na qualidade do ensino, que obtém, malgrado ser o estado mais rico da nação, índices pouco representativos.

Como a pressão demográfica tende a diminuir, nos próximos anos, dados os baixos índices de natalidade, uma decisão que poderia melhorar a qualidade do ensino seria a educação em tempo integral, e não apenas com disciplinas eletivas, mas com reforço sobretudo em disciplinas básicas, como português e matemática.

Deve-se, também, atentar para o número extremamente baixo de matrículas nas creches, embora esta seja uma atribuição das prefeituras municipais. Uma relação federativa mais eficiente, ao modo do que acontece na educação fundamental, pode fazer com que se intensifiquem as ações para suprir o *déficit* existente. Ressalve-se que o governo federal disponibiliza vultosos recursos para a construção de creches e, desde o ano de 2013, também financia o custeio dessas instituições.

SAÚDE

O estado de São Paulo apresenta índices de mortalidade infantil menores que a média brasileira (11,58 por mil,⁶ contra 14 por mil, respectivamente). O que chama a atenção é o ritmo de redução das duas séries: enquanto em São Paulo a taxa cai de 31,19 por mil até 11,58 (ou 11,55, segundo os dados

6. Na página da Fundação Seade este índice para 2011 era de 11,55, o que, contudo, não invalida o argumento de ela ser menor que a taxa brasileira.

da Fundação Seade), uma expressiva redução de 63%, a do Brasil impressiona pela velocidade da queda.

De fato, em 1990, a taxa de mortalidade infantil do Brasil, segundo os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, era de 64 por mil, e atualmente se encontra em 14 por mil, uma queda de 78%, aproximando-se rapidamente da média paulista.

Assim como no Brasil, a desigualdade entre os índices é a marca entre as regiões de São Paulo: no Brasil, a menor taxa é a do estado de Santa Catarina (11,33 por mil), enquanto a maior é a do estado do Pará, com 25,41, mais que o dobro daquele.

Em São Paulo, a menor taxa de mortalidade infantil se apresenta na região administrativa de Barretos, que é de 8,5 por mil, e a maior é a da região metropolitana de Santos, com 16,87 por mil, também mais que o dobro.⁷

No entanto, a redução da desigualdade no Brasil é bem maior que em São Paulo: no estado, a diferença entre a maior taxa e a menor taxa, em 1990, era de 1,98 vezes, e se manteve exatamente igual em 2011. Para o Brasil, contudo, a diferença entre a maior e a menor taxa de mortalidade era de 3,59 vezes, em 1997, e diminuiu para 2,42 em 2011.

No que concerne à morbidade hospitalar, as cinco principais causas de internação, em 2008 e em 2013, são as listadas no Gráfico 27.

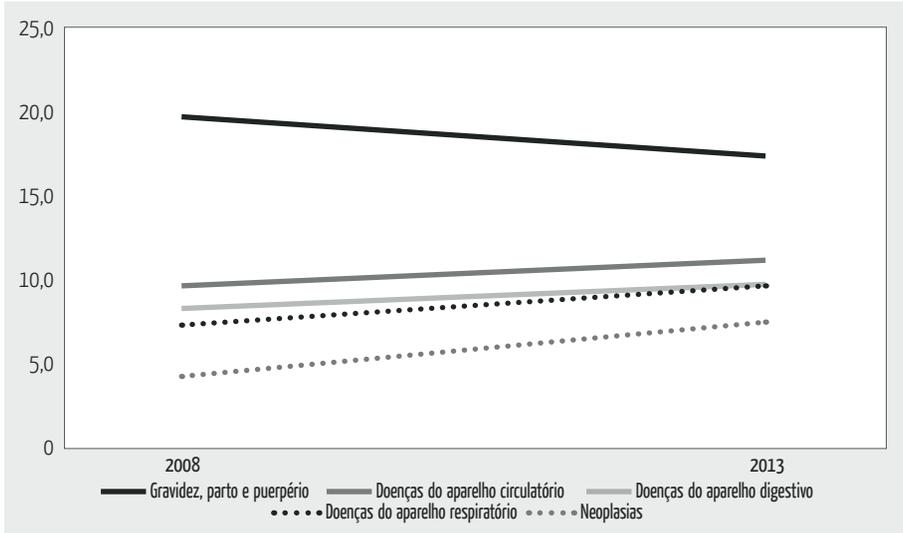
Pode-se notar que a estrutura demográfica já impacta nos motivos de internação: embora as internações por gravidez, parto e puerpério ainda sejam as de maior número, seu impacto relativo é menor, diminuindo de 20%, em 2008, para 17,7% em 2013, já que os índices de fertilidade vêm baixando consideravelmente ao longo do tempo, em especial entre 2000 e 2010.

Da mesma forma, o envelhecimento da população mostra um incremento das proporções das outras doenças que foram motivo de internação, entre 2008 e 2013: as doenças do aparelho circulatório ainda são as que mais causam internações, seguidas por doenças do aparelho digestivo, do aparelho respiratório e neoplasias.

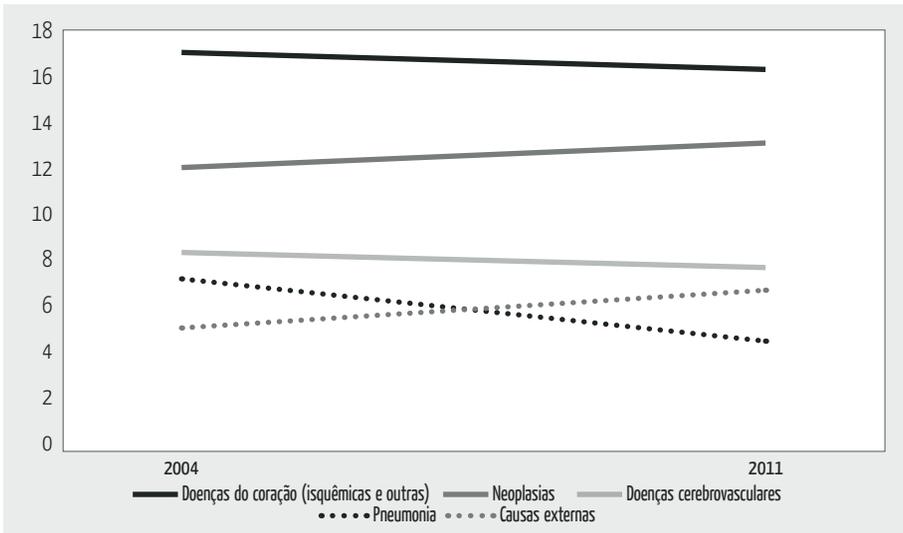
Os maiores incrementos, no período 2008-2013, foram as neoplasias (+68%) e as doenças do aparelho respiratório (+31%). Diagnósticos mais precoces e novas formas de tratamento são os responsáveis pelo primeiro caso, enquanto a idade e eventos externos (cigarro, poluição) explicam o segundo.

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas de óbito relatadas pelo estado. De acordo com os dados do DataSUS, as cinco principais causas de óbito em São Paulo são as que constam do Gráfico 28.

7. Fundação Seade, www.seade.gov.br, acesso em novembro de 2013.

Gráfico 27**São Paulo – Principais causas de morbidade hospitalar
2008 e 2013**

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Gráfico 28**São Paulo – Principais causas de óbito
2004 e 2011**

Fonte: Fundação Seade.

Verifica-se que, entre 2004 e 2011, há incremento nas mortes por neoplasias e pneumonia, e decréscimo das demais. Novamente, podem-se notar os efeitos do aumento da idade da população, já que as doenças que têm maior incremento na mortalidade são as que afetam as pessoas mais idosas. Embora não seja uma causa relevante nos óbitos, ressalte-se a evolução dos óbitos decorrentes de doença de Alzheimer, que passaram de 1.349 casos, em 2004, para 4.083, em 2011, um aumento de mais de 200%. Isso também reflete maior capacidade de diagnóstico da doença, mas principalmente o aumento da esperança de vida, que faz que mais pessoas atinjam idades maiores, com as doenças daí decorrentes.

No que se refere às causas externas, ainda que com expressiva diminuição no período considerado, elas ainda são a quinta maior causa de mortalidade, sobretudo entre os jovens. Segundo o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 10.728.567 indivíduos, sendo que 23.642 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as três principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, acidente de transporte, agressões e outras causas externas de lesões. Vale verificar, também, que os acidentes de transporte se mantiveram num valor praticamente constante, entre 2005 e 2010 (os acidentes com motocicleta continuam, proporcionalmente, matando mais que os dos outros meios de transporte), assim como as agressões, malgrado os investimentos em segurança pública no período.

No que se refere aos equipamentos, há uma expressiva redução no número de leitos SUS, entre 2000 e 2010, segundo os dados do Censo Demográfico, obtidos no site da Fundação Seade: eles eram 77.500 em 2000, e foram reduzidos a 60.586, em 2010, com redução mais expressiva nos leitos dedicados à pediatria e à ginecologia/obstetrícia. Embora esses dados sirvam para corroborar a atual estrutura demográfica do estado, é interessante notar que não há aumento correspondente em leitos de outras especialidades (como cirurgia, por exemplo).

Outro dado a intrigar é a relação leitos SUS/habitante: ela era de 2,1, em 2000, e passou a 1,47, em 2010. A relação leitos SUS/leitos totais está na faixa de 62%, o que é relativamente normal (considerado entre 60% e 70%), mas perigosamente perto do limite inferior. Algumas possíveis causas dessa diminuição podem ser: a) aumento do atendimento básico, que pode evitar internações ao diagnosticar as doenças em seu início, e debelá-las com procedimentos clínicos; b) fechamento de leitos em santas casas, motivado por questões financeiras; c) abertura de “segunda porta” em hospitais públicos para atendimento de portadores de planos de saúde.

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que a coleta de lixo, a cobertura da rede de abastecimento de água e a existência de esgotamento sanitário estavam todas com índices de 90% ou mais, sendo considerada muito boa a situação.

Quando a análise recai exclusivamente sobre a área rural, a coleta de lixo atendia 96,2% dos domicílios, a cobertura da rede de abastecimento de água estava em 85,7% dos domicílios particulares permanentes, e 39,8% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

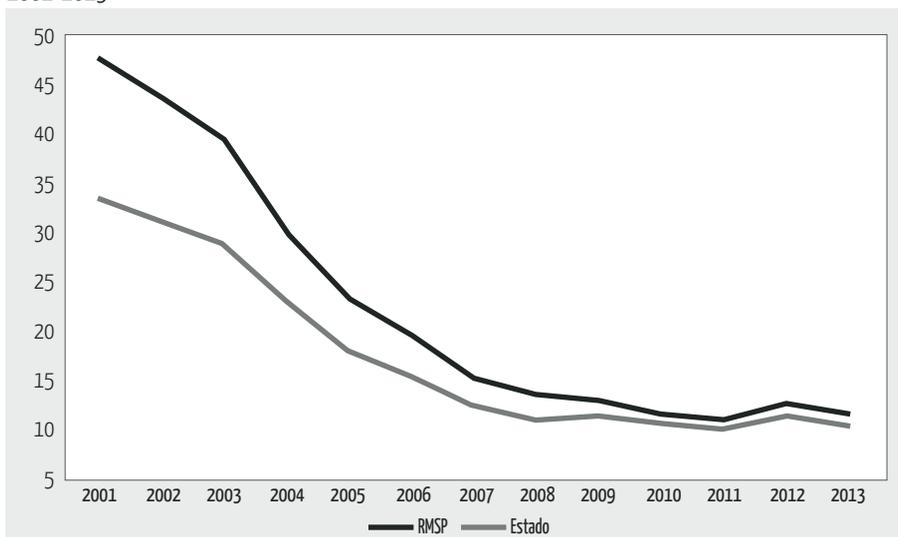
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

As informações disponíveis sobre a segurança pública em São Paulo mostram que o estado apresentou uma redução significativa da sua taxa de homicídios no período 2001-2011, que passou de 33,3 para cada 100 mil habitantes para 10,8 – em termos absolutos, isso implicou na redução de 12.450 homicídios para 4.193 no período.

Entretanto, as informações para o biênio 2012-2013 parecem apontar para o final do ciclo da queda da taxa de homicídios no estado. Em 2012, o número de ocorrências de homicídios dolosos voltou a subir e atingiu 11,5 por cem mil habitantes até se estabilizar em 10,4 por cem mil em 2013.

Gráfico 29

São Paulo – Evolução da taxa de homicídio doloso (por 100 mil habitantes)
2001-2013



Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

A queda no número de homicídios foi fortemente localizada na região metropolitana de São Paulo, cujas taxas convergiram para a média do estado, saindo de um patamar de 47,3% homicídios por 100 mil habitantes, em 2001, para 12,8% em 2011. Outras regiões experimentaram uma redução significativa, tal como as cidades da região administrativa de Santos.

Tabela 7

São Paulo – Evolução da taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)
2001-2010

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RM São Paulo	47,3	43,6	39,6	29,8	23,2	19,4	15,3	13,5	12,5	11,3
RA Registro	21,0	21,7	18,3	20,5	22,3	18,5	14,8	11,1	17,4	14,9
RM Baixada Santista	48,2	47,4	35,2	21,8	14,6	15,9	11,5	11,9	15,8	13,2
RA São José dos Campos	25,9	25,6	24,6	22,3	16,1	16,5	12,3	12,3	15,9	14,3
RA Sorocaba	16,6	16,3	17,8	15,4	14,2	12,6	9,8	9,7	10,3	8,1
RA Campinas	24,2	23,2	22,9	20,2	14,9	11,9	10,5	9,1	9,9	9,6
RA Ribeirão Preto	25,6	21,4	15,4	11,7	11,2	7,7	8,1	6,0	7,1	9,1
RA Bauru	7,6	8,1	9,9	9,0	9,3	8,0	6,4	6,5	5,9	9,7
RA São José do Rio Preto	7,4	8,6	6,4	6,9	6,4	7,2	5,9	4,7	6,8	6,8
RA Araçatuba	15,3	15,3	13,7	15,3	19,7	15,5	10,2	9,0	7,5	12,4
RA Presidente Prudente	8,7	8,0	10,2	9,8	9,8	7,2	7,2	6,3	5,3	8,2
RA Marília	7,9	9,9	8,6	9,9	10,8	6,5	5,8	6,6	6,1	7,8
RA Central	11,6	11,8	12,0	9,3	10,4	8,5	6,7	6,3	7,6	6,3
RA Barretos	9,1	6,7	5,5	8,9	10,5	7,8	6,3	6,7	6,2	6,9
RA Franca	7,6	9,9	9,1	10,5	9,5	9,5	6,1	5,5	9,4	7,7
Total do estado	33,2	31,3	28,6	22,6	18,1	15,3	12,2	11,0	11,2	10,5

Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.
(...) Dados não disponíveis

Outros estudos sobre esses dados apontam que as reduções ocorreram em todos os grupos etários, na população masculina e feminina, em todas as raças, e em áreas com diferentes graus de exclusão social, mas foram mais significativas entre os homens, especialmente jovens de 15 e 24 e de 25 e 34 anos, e moradores de áreas de alta exclusão social. Esses estudos apontam também que uma queda importante foi encontrada nos homicídios cometidos com armas de fogo.

As hipóteses para o ciclo de queda da taxa de homicídios no estado têm sido de difícil consenso entre os analistas do tema segurança pública. Mesmo no plano internacional, a análise de cenários idênticos ao do estado de São Paulo tem levado a uma intensa discussão sobre essas quedas. Em termos gerais, a bibliografia sugere que políticas de segurança focadas, reforço do

contingente policial, aumento das taxas de encarceramento, desarmamento e investimentos na contratação e treinamento de policiais e o uso de novas tecnologias têm sido utilizados para a construção de um quadro coerente de explicações.

No caso do estado de São Paulo, alguns autores, amparados por modelos estatísticos e pesquisas qualitativas, defendem que os dados refletem menos a eficácia policial que uma mudança de fundo no padrão de criminalidade, com o aumento das ações do crime organizado e controle do tráfico de drogas. Segundo esses mesmos autores, as ações do PCC ganharam escala econômica e disciplinaram o varejo de entorpecentes em áreas críticas e de alta vulnerabilidade, dentro das grandes aglomerações urbanas.

FURTOS E ROUBOS

Essa forte redução não foi acompanhada no mesmo ritmo em relação aos furtos, que mostraram crescimento de 17,6% entre 1999 e 2013, passando de uma taxa de 1.173 furtos para cada 100 mil habitantes, em 2001, para 1.283. Em termos absolutos, o número de casos saltou de 390.144 para 542.888. Houve diminuição do número de furtos de veículos da ordem de 4,8%, enquanto os chamados “outros furtos” tiveram elevação de 23,3%.

No caso de roubo, entendido como o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, o número de casos registrou alta menos significativa, passando de 604 roubos a cada 100 mil habitantes, em 1999, para 607 em 2013.

As informações disponibilizadas pela Fundação Seade têm defasagem de um ano, mas permitem avaliar a evolução dos dados por tipo de roubo. Para o período 2001-2012, o número de roubos de veículos passou de 101.079 para 87.228 (redução de 13,7%), enquanto a categoria “outros roubos” teve aumento de 219.233 para 229.725 (aumento de 4,8%).

Os dados disponíveis para os roubos de bancos e cargas têm periodicidade menor e compreendem os anos entre 2006 e 2012. Nesse período, os roubos de bancos passam de 442 para 222 (queda de 49,8%), enquanto os de cargas, em contrapartida, passaram de 6.027 para 7.342 (elevação de 21,8%).

As informações regionais sobre o total de roubos para as regiões administrativas do estado mostram situações diferenciadas. A região metropolitana de São Paulo, que concentra 73,4% do total de roubos no estado, mostrou queda de 2,6%, assim como a região administrativa de Campinas teve redução de 3,0% - esta área responde por 10,9% desse tipo de crime praticado no estado. Vale citar ainda o caso da região de Presidente Prudente, que experimentou uma redução de 25,8% no número de roubos.

Tabela 8

São Paulo – Evolução da taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)
2001-2011

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RM São Paulo	236.956	231.898	241.985	216.802	215.096	201.901	201.141	201.453	230.257	211.606	222.034
RA Registro	457	493	490	504	484	495	501	435	647	590	713
RM Baixada Santista	13.527	13.568	16.336	16.508	16.305	16.647	15.939	13.521	17.680	17.574	19.131
RA São José dos Campos	9.700	9.066	10.936	10.717	12.183	11.592	10.622	10.430	12.835	12.146	12.240
RA Sorocaba	7.000	7.049	7.551	6.726	7.198	6.036	5.605	5.412	7.120	6.200	6.458
RA Campinas	38.414	33.854	36.700	34.333	34.842	35.190	34.515	32.279	41.666	36.610	36.541
RA Ribeirão Preto	4.833	3.899	4.642	4.751	4.896	4.725	4.359	4.133	5.282	5.037	5.796
RA Bauru	2.083	2.152	2.315	1.821	1.785	1.631	1.640	1.899	2.374	2.053	2.014
RA São José do Rio Preto	1.934	1.793	1.935	1.962	2.031	1.914	1.882	2.157	2.908	2.632	2.689
RA Araçatuba	1.346	1.459	1.192	1.148	1.537	1.238	1.591	1.716	2.120	1.972	1.651
RA Presidente Prudente	815	532	569	751	977	682	601	688	836	598	665
RA Marília	1.183	1.090	1.325	1.299	1.313	1.119	968	1.080	1.423	1.316	1.355
RA Central	1.493	1.432	1.542	1.467	1.764	1.615	1.466	1.490	1.843	1.775	1.958
RA Barretos	364	294	363	429	476	460	561	498	604	526	635
RA Franca	787	768	911	1.040	1.223	1.275	1.222	1.059	1.189	1.106	1.120
Total do estado	322.893	311.349	330.795	302.262	304.115	288.526	284.620	280.258	330.793	303.751	317.011

Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Fundação Seade.

Chama a atenção, entretanto, o expressivo aumento do número de roubos nas regiões administrativas de Barretos (89,0%), Registro (88,0%), Santos (42,8%), São José do Rio Preto (39,9%), Ribeirão Preto (24,1%) e São José dos Campos (16,9%). O crescimento do número de furtos e roubos pode estar associado à subnotificação no começo da série, em razão do crescimento do uso das chamadas “delegacias eletrônicas” como meio de registro de casos – segundo estimativas da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, cerca de 30% das notificações dos casos de roubos são feitas pela internet. Essa possibilidade, entretanto, é questionada pelos pesquisadores da área que, baseados em pesquisas de vitimização, apontam que as taxas de notificação têm se mantido relativamente estáveis ao longo dos últimos anos.

PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

As pesquisas de vitimização permitem traçar um quadro das principais características das vítimas, a confiabilidade das instituições e a percepção sobre o sentimento de segurança. A análise a seguir tem por base os dados do “Relatório da Pesquisa de Vitimização em São Paulo 2003-2013”, divulgado

pelo Instituto Insper, que tem por base levantamentos realizados nos anos de 2003, 2008 e 2013 para a capital paulista.

A pesquisa indica uma diminuição das ocorrências criminais nos anos em que foi realizada. Entre 2003 e 2013, passou de 46,6% para 39,5% a parcela da população paulistana vítima de roubo, furto, agressão (física ou verbal) ou estelionato (ao menos uma destas ocorrências). Considerando uma abrangência temporal maior, os dados de vitimização são bastante preocupantes: 53,4% dos paulistanos sofreram algum tipo de ocorrência de crime/violência ao longo da vida, com destaque para roubo ou furto de bens (33,2%), ameaça de arma de fogo (17,0%), roubo ou furto de veículo (16,8%), invasão de residência (13,6%) e agressão física (11,0%).

Os dados mostram que o número de entrevistados que revelaram ser vítimas de crimes de roubo no estado de São Paulo não apresentou mudança de patamar significativo. Entre 2003 e 2013, o número de pessoas que afirmaram ser vítimas de roubo passou de 5,4% para 4,6%. Houve também uma diminuição relativa na indicação de roubos de automóvel ou motos de 3,6% para 2,8%, e estabilidade no roubo de residências (1,3%), enquanto aumentou a proporção de pessoas que indicaram roubos de casa de temporada, de 1,1% para 2,2%.

Já no que se refere a furtos, os dados mostram um cenário desigual. Constataram-se também o aumento dos furtos de casa de temporada, de 10,8%, em 2003, para 12,3%, em 2013, e os furtos contra a pessoa, com aumento de 81,5% no mesmo período (de 2,5% para 4,6%). Entre os que possuem automóveis ou moto, o roubo ou furto desses bens regrediram de 14,0% para 7,3% e permaneceu praticamente inalterada a porcentagem de indivíduos que indicam ser vítimas de roubos de residência (em torno de 4,7%).

Em relação a agressões, houve redução generalizada, principalmente no que tange a agressões físicas com lesões leves, que passaram de 3,2% para 1,9% (redução de 40,4%), agressão verbal com ameaça de agressão física, de 4,7% para 3,3% (-29,2%), e agressão verbal com ameaça de morte, de 4,7% para 3,3% (-28,6%).

Para os crimes de estelionato, notou-se aumento significativo entre os que declararam ter sofrido fraude contra cartão de crédito, índice que saltou de 1,4% para 5,9% (aumento de 327,5%). Em contrapartida, fraudes com cheques tiveram redução de 7,4% para 3,7% e o uso de dinheiro falso, de 15,4% para 8,0% - fator indicativo de que as reduções de algumas categorias de crime de estelionato estão mais associadas às mudanças tecnológicas em curso do que a ações pró-ativas, como o uso da inteligência policial. O percentual de celulares clonados permaneceu no mesmo patamar (0,7%).

No que tange à internet, não há séries históricas, já que apenas em 2013 a pesquisa investigou problemas com crimes eletrônicos. Segundo os dados, 1,6% da população da cidade teve problemas com sites de compra (loja falsa ou produto não entregue) e 0,5% foi vítima de fraude bancária.

LOCAIS DE OCORRÊNCIA

As informações sobre as localidades dos furtos e roubos mostram sinais evidentes de policiamento em meio aos espaços de grande aglomeração – 77,0% dos roubos ocorrem em via pública e apenas 5,8%, em locais públicos internos (bancos, escolas, lojas, interior de prédios etc.) ou meios de transporte coletivo, entre outros locais de menor importância. No caso dos furtos, 29,0% foram praticados em meio de transporte coletivo, 24,6% em via pública, 23,2% em locais públicos internos e 13,0% no local de trabalho, entre outros.

DESEMPENHO DA POLÍCIA

No que diz respeito à parcela da população que diz ter sofrido algum crime contra a pessoa, 36,7% afirmaram ter informado a ocorrência à polícia. Dentre estes, 47,2% apontaram atendimento abaixo do esperado ou que não houve atendimento (5,9%). No caso de furtos, a notificação foi de apenas 12,3%, o que se explica, por: falta de provas/testemunhas (29,8%), não era importante (19,0%), resolveu sozinho (8,3%), acredita ser perda de tempo (7,4%), demorou em perceber o furto (7,4%) e não acredita na polícia (6,6%). No caso de furtos, a avaliação do atendimento policial foi mais positiva que em casos de roubos – 76,5% apontaram que o atendimento foi dentro (64,7%) ou acima do esperado (11,8%), mas apenas 8,7% afirmaram que os bens foram recuperados.

A mesma pesquisa traz ainda outro dado preocupante. Caiu de 10,5%, em 2003, para 9,1%, em 2013, a parcela da população que aponta ter utilizado o serviço policial (redução de 13,1%). A população que avaliou o atendimento como acima do esperado caiu de 34,6% para 25,4%, e a avaliação “dentro do esperado” oscilou de 43,2% para 43,8%. Por outro lado, houve aumento do contingente que avaliou o serviço como abaixo do esperado, de 20,5% para 25,4%, e dos que alegam que não foram atendidos, de 1,7% para 5,5%.

TRÂNSITO

Outro dado interessante da pesquisa diz respeito às taxas de vitimização no trânsito. Nota-se uma queda na proporção de ocorrências de 8,3% para 5,3% da população, entre 2003 e 2013. Entretanto, os casos com vítimas fatais subiram de 0,96% para 3,77%.

Houve aumento das ocorrências quando as vítimas estão a pé – de 8,2% para 10,7% - ou em transporte coletivo – de 3,9% para 5,7% –, enquanto constatou-se redução do número de ocorrências quando as vítimas estão de carro (de 68,7% para 62,3%) ou de moto (27,5% para 17,6%). Vale notar o aumento dos casos em que as vítimas estavam usando bicicletas, de 0,6%, em 2003, para 3,8% em 2013.

AGRICULTURA FAMILIAR

O estado de São Paulo possuía 150.900 agricultores familiares em 2006, o que correspondia a 38.5% do total de seus produtores. Esses agricultores acessavam 11.1% da área do estado, ocupavam 25,0% da mão de obra do setor e participavam com 13.2% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, são 78.580 os agricultores familiares cadastrados com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) em São Paulo. A Tabela 9 apresenta esses dados relativos também à região Sudeste e ao Brasil:

Tabela 9

São Paulo, Região Sudeste e Brasil – Agricultores cadastrados com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) 2013

	Quantidade de agricultores
Estado de São Paulo	78.580
Região Sudeste	522.906
Brasil	4.395.414

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA

Conforme dados do último censo demográfico, no estado, em agosto de 2010, a população total era de 41.262.199 residentes, dos quais 1.005.770 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 2,4% da população estadual vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 72.552 (7,2%) viviam no meio rural e 933.218 (92,8%), no meio urbano.

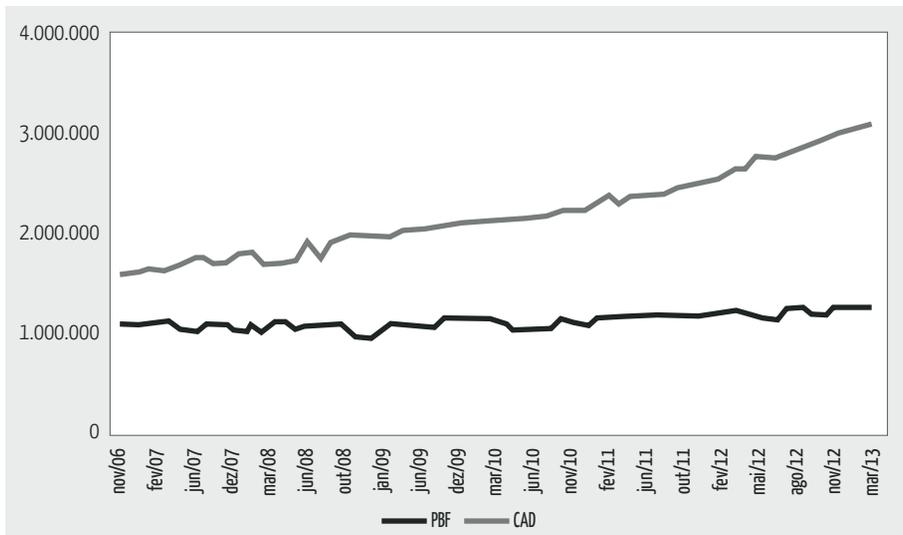
No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele prevê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber

quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o estado conta com 3.091.747 famílias registradas no cadastro e 1.272.457 são beneficiárias do Bolsa Família (41,2% do total de cadastrados). O Gráfico 30 mostra a evolução desses cadastros para São Paulo:

Gráfico 30

São Paulo – Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família
2006-2013



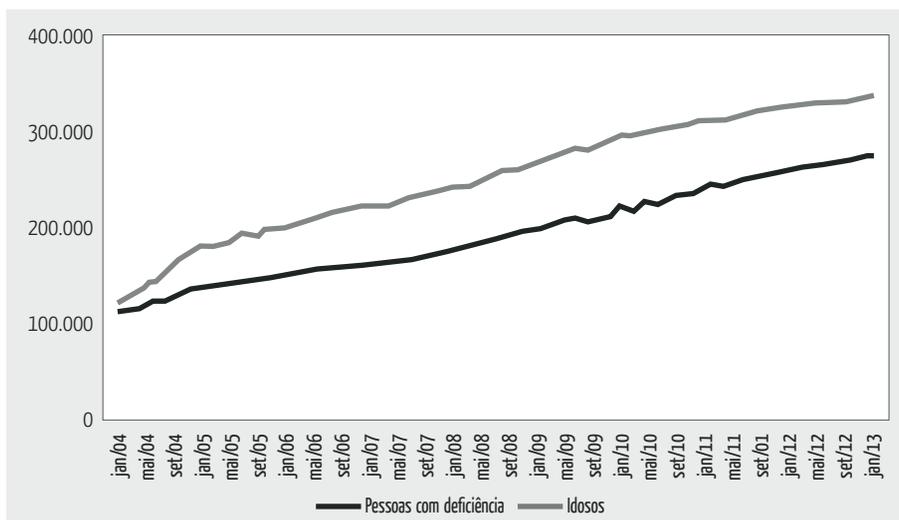
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o estado inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 118.550 famílias em situação de extrema pobreza.

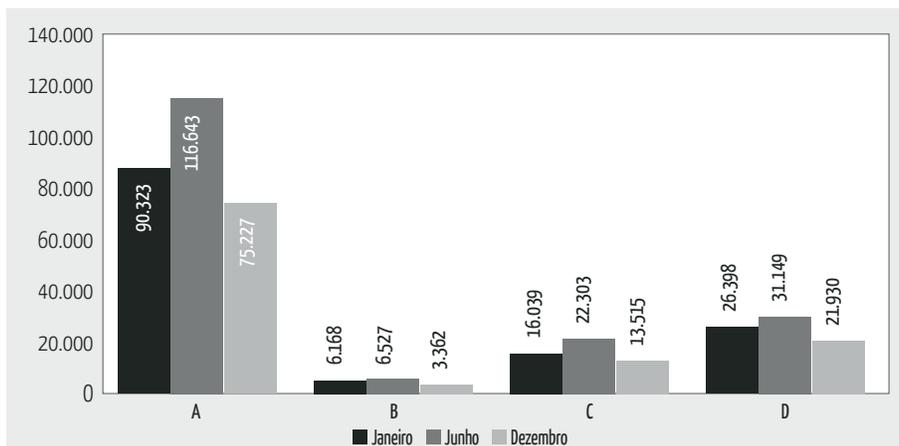
Os atendimentos realizados no âmbito da rede socioassistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do estado de São Paulo. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. O Gráfico 31 confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC, em São Paulo, considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

Gráfico 31**São Paulo – Evolução da quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por tipo de beneficiário**

2004-2013



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Gráfico 32**São Paulo – Atendimentos no PAIF e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 2012**

A - Quantidade de famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF.

B - Quantidade de crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

C - Quantidade de crianças/adolescentes de 6 a 15 anos em Serviços Convivência Fortalecimento Vínculos.

D - Quantidade de jovens de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Deve-se lembrar, contudo, que o caráter do BPC em São Paulo reveste-se de maior justiça social, não possuindo relevância para a economia do estado, ao contrário de rincões mais pobres do país, em que esse benefício assume um caráter de política econômica.

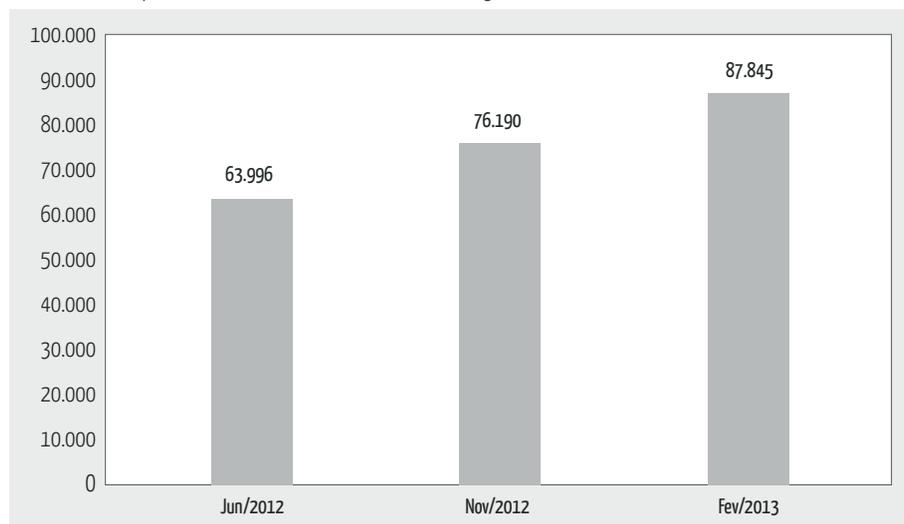
Além do BPC, a assistência social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O Gráfico 32 apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012 (Gráfico 32).

Além dos aspectos de registro no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento socioassistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o estado contava com 654.724 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos registrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico a seguir mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

73

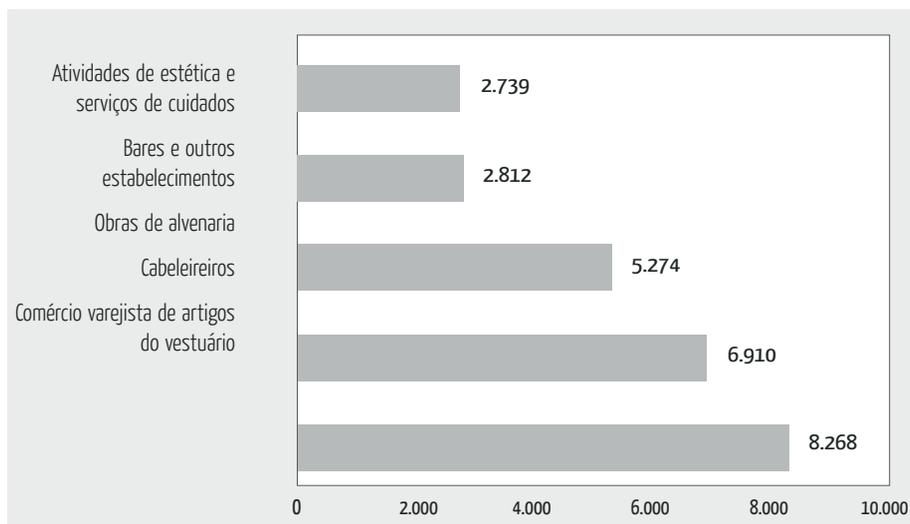
Gráfico 33

São Paulo – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único
Junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome – MDS.

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para São Paulo, as cinco principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no Gráfico 34.

Gráfico 34**São Paulo – Distribuição das cinco principais atividades dos microempreendedores individuais 2012**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

ASPECTOS AMBIENTAIS

São Paulo, em que pesem seu altíssimo grau de urbanização e problemas flagrantes de poluição atmosférica e dos cursos d'água (em especial nas regiões metropolitanas), tem uma ampla gama de áreas de proteção ambiental, sejam elas públicas, como privadas.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – instituído pela Lei nº 9.985/2000, as unidades de conservação dividem-se em dois grupos, os de proteção integral (visam preservar a natureza) e os de uso sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais.

No primeiro grupo encontram-se a estação ecológica, a reserva biológica, o parque nacional, o monumento natural e o refúgio da vida silvestre, cada um com características diversas. A estação ecológica tem em vista a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo permitida visitação apenas de caráter educacional.

A reserva biológica, por sua vez, objetiva a preservação integral da biota, sem interferência humana direta ou modificações ambientais; o parque natural (área de conservação fora da área urbana) tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O monumento natural visa basicamente preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, enquanto o refúgio de vida silvestre objetiva proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

O grupo das unidades de uso sustentável compõe-se das seguintes categorias de unidade de conservação: área de proteção ambiental (APA); área de relevante interesse ecológico (ARIE); floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural.

A APA é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A área de relevante interesse ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

A floresta natural é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A reserva de fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

A reserva de desenvolvimento sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

As unidades de conservação podem ser geridas pelas esferas federal, estadual ou municipal, mesmo que sejam de propriedade privada. Assim, no estado de São Paulo encontram-se 57 unidades de conservação de gestão federal, 122 estaduais e 24 municipais. Praticamente todas se encontram no bioma Mata Atlântica, e as poucas exceções são do cerrado e ambiente marinho.

A Tabela 10 mostra como se compõem as unidades de conservação em São Paulo, de acordo com a sua gestão:

Tabela 9

São Paulo – Unidades de Conservação Ambientais, segundo gestão 2014

	Gestão			
	Federal	Estadual	Municipal	
Parque natural	1	34	14	49
Estação ecológica	3	26		29
Reserva biológica		1	3	4
Monumento natural		2	1	3
Refúgio de vida silvestre		1		1
APA	4	29	5	38
ARIE	6	2		8
Floresta natural	3	5		8
Reserva extrativista	1	2		3
Reserva de desenvolvimento sustentável		7		7
RPPN	39	13	1	53
Total	57	122	24	203

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

As principais instituições que cuidam da questão ambiental na estrutura do governo paulista são a Secretaria do Meio Ambiente e os institutos a ela atrelados, como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e a Fundação Florestal, que devem gerir, fiscalizar, controlar e planejar as questões ambientais. Como órgão deliberativo (tripartite) de licenciamento de novas atividades que impactam o ambiente, há o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

Dentre as atribuições que são conferidas a esses órgãos estão o controle da poluição dos rios, a apreciação de empreendimentos com impactos ambientais, a fiscalização de deposição de dejetos e resíduos sólidos, a fiscalização e operação das unidades de conservação, a qualidade das águas e o controle

de áreas contaminadas. Tendo em vista a situação atual do estado, a estrutura governamental paulista, claramente, não deu conta de suas atribuições.

Uma parcela relevante da culpa do governo estadual foi o esvaziamento do seu corpo técnico, notadamente os da Cetesb e da Fundação Florestal, assim como os das demais instituições de pesquisa de São Paulo. Na Cetesb, mais acentuadamente, a redução de seu corpo técnico é visível, já que desde 1996 400 técnicos, por vários motivos, foram desligados, sem a devida recomposição.

A fiscalização, o controle e o licenciamento tiveram suas atividades reduzidas, ou continuadas através de contratos de terceirização. A Fundação Florestal, sem estrutura nem recursos adequados, se vê praticamente obrigada a terceirizar a guarda dos parques, diminuindo sua ação efetiva e propiciando a degradação (como exemplo, o Parque Estadual da Caverna do Diabo foi interditado pelo Ibama).

Há um projeto de lei do governo estadual que permite a privatização dos parques estaduais, o que complementa o quadro de desorganização das instituições: com menos pessoas para fiscalizar, operar e controlar, abre-se espaço para privatizar. A Fazenda Intervales, que era operada pela Fundação Florestal, já é, há anos, operada por empresa privada.

A falta de controle de áreas contaminadas exhibe como seu principal feito o fechamento do campus da USP Leste, assentado em território contaminado, o que só foi identificado depois de mais de três anos de funcionamento da universidade. As aulas tiveram que ser transferidas para locais distantes do campus original, sem condições adequadas para o ensino.

A despoluição do Rio Tietê, que há décadas é prometida, patina, mesmo com aportes bilionários. Não se controla a emissão de efluentes, sobretudo o montante da capital, onde a situação é constrangedora.

Finalmente, a gestão dos recursos hídricos levou o estado de São Paulo, e a RMSP, em particular, a um estado crítico de desabastecimento: a outorga à Sabesp dos mananciais de São Paulo, em 2002, obrigava a empresa a realizar vários investimentos para diminuir a dependência do Sistema Cantareira, entre eles a captação do São Lourenço e a interligação dos sistemas de abastecimento da RMSP.

Os investimentos não foram feitos (e mesmo os realizados, como os projetos de diminuição de perdas, não atingiram seu objetivo) e a situação ficou trágica não só para a RMSP, mas também para o interior do estado, já que a região de Campinas compartilha as águas da bacia do Jaguari.

Às pressas, iniciaram-se as obras do sistema São Lourenço, e investiu-se apenas na captação do volume morto do sistema Cantareira, o que irá comprometer por muitos anos a sua situação. Quanto aos investimentos na interligação dos sistemas, nada foi feito.

ASPECTOS REGIONAIS

O estado de São Paulo é dividido em 15 regiões administrativas (RA), que por sua vez são subdivididas em 42 regiões de governo (RG). Além disso, existem 4 regiões metropolitanas instituídas por lei estadual: a região metropolitana de São Paulo, a de Campinas, a da baixada santista e a do Vale do Paraíba e Litoral Norte (última a ser instituída, em 2013), como mostra o Mapa 5.

Essa divisão, contudo, não é fator de descentralização do planejamento e muito menos do orçamento estadual, valendo quase que exclusivamente para a espacialização dos dados. No entanto, ela foi construída, ainda nos anos 1980, pela Coordenadoria de Ação Regional, e resulta da identificação da rede urbana paulista e suas regiões de influência. Assim, mesmo não sendo representada no planejamento e orçamento estaduais, essa regionalização reflete uma identificação territorial das diversas regiões paulistas.

As cidades que são sedes das regiões administrativas são aquelas que estão presentes na hierarquia da rede urbana como metrópoles, metrópoles regionais, grandes centros urbanos e centros urbanos, como se pode verificar no Mapa 6.

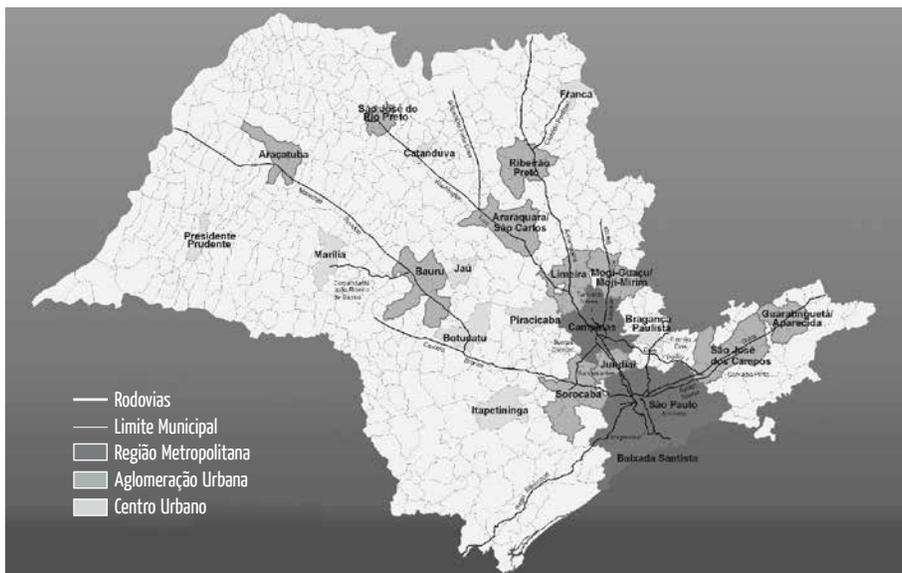
Recentemente, quando da elaboração do Programa Plurianual do Estado 2012-2015, foi proposta uma nova regionalização para o estado, com a finalidade de contemplar as questões regionais no PPA. Trata-se de um passo ainda inicial, proposto pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, mas que não foi objeto de participação da população das regiões na sua concepção.

Mapa 5

São Paulo – Divisão político-administrativa do estado
2012

80

Mapa 6

São Paulo – Rede urbana do estados
2012

Fonte: Fundação Seade.

A análise das regiões aqui proposta segue, portanto, a das regiões administrativas, que representa com maior adequação as identidades territoriais das regiões de São Paulo.

Todos os dados elencados em cada região administrativa, nas páginas seguintes, foram obtidos do Perfil Municipal, da Fundação Seade (www.seade.gov.br).

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAÇATUBA

A Região Administrativa (RA) de Araçatuba possui 18.562,23 km² de área, equivalente a 7,5% da superfície estadual, e se subdivide em duas regiões de governo, Araçatuba e Andradina. Sua população, em 2013, é estimada, pela Fundação Seade, em 750.391 habitantes, ou equivalente a 1,8% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,67% ao ano, bastante inferior à média estadual, de 0,87% ao ano. Há um certo esvaziamento populacional em diversos municípios, sobretudo de sua população mais jovem: de fato, o índice de envelhecimento⁸ da RA é de 81,8%, muito superior à média estadual, de 61,6%.

Outros indicadores de diminuição do ritmo de crescimento da população podem ser vistos na taxa de natalidade e na taxa de fecundidade geral, bem mais baixas que a média estadual, o que sugere que, sem algum fato que provoque migração para esta região, sua participação na população estadual tende a diminuir.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices mais satisfatórios que a média estadual, em especial as de mortalidade infantil (9,86 por mil nascimentos na região, contra 11,48 por mil na média estadual). Um dado que chama a atenção é a porcentagem de partos cesáreos, que atinge a marca de 76,4%, contra uma média estadual de 60,0%, malgrado as tentativas de campanhas de indução ao parto normal.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 90%, mas tem uma população analfabeta com mais de 15 anos acima da média estadual (6,3%, contra 4,3%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, o setor de serviços é o maior empregador, com 35,4% do total, mas a indústria apresenta dados bastante consistentes, vindo a seguir, com 31,2%. Em termos de rendimento

8. O índice de envelhecimento é medido pela razão entre a população de mais de 60 anos e a população de menos de 15 anos. Quanto maior for o índice, mais idosa será a população.

médio dos assalariados formais, os serviços possuem o maior valor médio – R\$ 1.884,12, em 2012, contra os R\$ 1.610,91 da indústria –, ambos, porém, abaixo da média estadual (R\$ 2.449,21 e R\$ 2.754,07, respectivamente, também para 2012).

A RA responde por 1,2% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 58,2% para o setor de serviços, 31,0% para o setor industrial e 10,8% para a agropecuária.

A economia da RA é fortemente influenciada pela grande quantidade de usinas sucroalcooleiras que atuam em Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Bento de Abreu, Brejo Alegre, Buritama, Castilho, Clementina, General Salgado, Guararapes, Mirandópolis, Nova Independência, Penápolis, Pereira Barreto, Santo Antonio do Aracanguá, Sud Mennucci, Suzanápolis e Valparaíso.

A localização do município-sede, no centro da hidrovia Tietê-Paraná, contribuiu decisivamente para abrigar o estaleiro responsável pela fabricação das embarcações que transportarão etanol, do Oeste paulista para o terminal de Anhembi, e de lá, por meio de dutos, até a refinaria da Petrobras, em Paulínia. Esse empreendimento está impulsionando a indústria naval e muitas outras atividades na região, especialmente a construção civil. Entre os novos empreendimentos de Araçatuba, incluem-se galpões industriais, condomínios empresariais, imóveis comerciais e residenciais, o segundo shopping center da cidade, supermercados, lojas, além de um parque aquático ao lado do hotel Resort do Rio Tietê.

Segmentos industriais que processam insumos originários da pecuária também são destaques na região. O município de Birigui é o maior produtor de calçados infantis do país. Araçatuba, por sua vez, abriga uma das plantas da empresa líder mundial em alimentos, onde são fabricados creme de leite, leite em pó e bebidas lácteas.

A silvicultura começa a ganhar importância em Andradina, com a produção de mudas de eucalipto para reflorestamento, que visa atender principalmente às grandes fábricas de papel e celulose de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Em Araçatuba, uma das maiores empresas em embalagens de papelão ondulado do país instalou uma unidade destinada aos clientes do interior de São Paulo e de estados vizinhos.

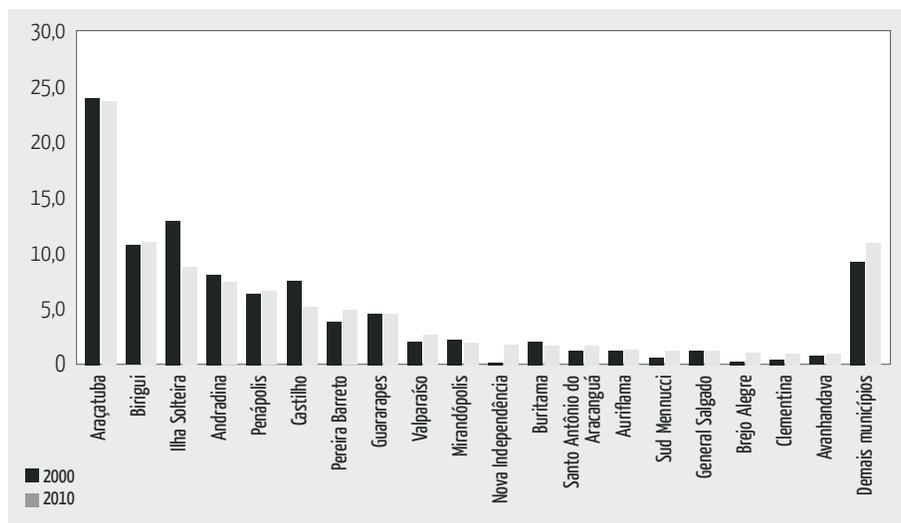
A agropecuária regional ampliou sua participação no valor adicionado estadual de 5,7%, em 2000, para 6,1%, em 2010. Já a indústria e os serviços apresentaram estabilidade.

Houve redução no nível de concentração econômica intrarregional. Araçatuba, Birigui e Ilha Solteira concentraram 47,5% do PIB regional em 2000, participação que diminuiu para 43,4% em 2010.

Essa mudança está associada a uma ampliação da indústria e da agropecuária na composição do valor adicionado de municípios com menor porte populacional, tais como Penápolis e Valparaíso.

Gráfico 35

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Araçatuba 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BARRETOS

A RA de Barretos possui 8.343,40 km² de área, equivalente a 3,4% da superfície estadual, e não possui subdivisão em regiões de governo. Sua população, em 2013, é estimada, pela Fundação Seade, em 425.436 habitantes, ou equivalente a 1,0% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,48% ao ano, bastante inferior à média estadual, de 0,87% ao ano. Há um certo esvaziamento populacional em diversos municípios, sobretudo de sua população mais jovem: de fato, o índice de envelhecimento da RA é de 76,0%, muito superior à média estadual, de 61,6%.

Outros indicadores de diminuição do ritmo de crescimento da população podem ser vistos na taxa de natalidade e na taxa de fecundidade geral, mais baixas que a média estadual, o que sugere que, sem algum fato que provoque migração para esta região, sua participação na população estadual tende a diminuir.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices próximos aos da média estadual, em especial as de mortalidade infantil (11,96 por mil na região, contra 11,48 por mil na média estadual). Um dado que chama a atenção é a porcentagem de partos cesáreos, que atinge a marca de 85,4%, contra uma média estadual de 60,0%, malgrado as tentativas de campanhas de indução ao parto normal.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 90%, mas tem uma população analfabeta com mais de 15 anos acima da média estadual (6,0%, contra 4,3%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há um certo equilíbrio entre os setores, embora o de serviços seja o maior empregador, com 32,3% do total, vindo a seguir a agropecuária, a indústria e o comércio, com 22,1%, 21,7% e 20,0%, respectivamente. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio, R\$ 2050,96, em 2012, contra os R\$ 1.653,33 da construção), ambos, porém, abaixo da média estadual (R\$ 2.449,21 e R\$ 2.028,78, respectivamente, também para 2012).

A RA responde por 0,8% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 55,5% para o setor de serviços, 32,4% para o setor industrial e 12,1% para a agropecuária.

A RA de Barretos abriga diversas usinas produtoras de açúcar, álcool e energia elétrica a partir da cana, instaladas nos municípios de Colina, Colômbia, Guaiara, Guaraci, Olímpia, Pirangi, Severínia e Vista Alegre do Alto.

A produção de suco concentrado de laranja, responsável por mais da metade do VA industrial barretense, está especialmente vinculada ao município de Bebedouro.

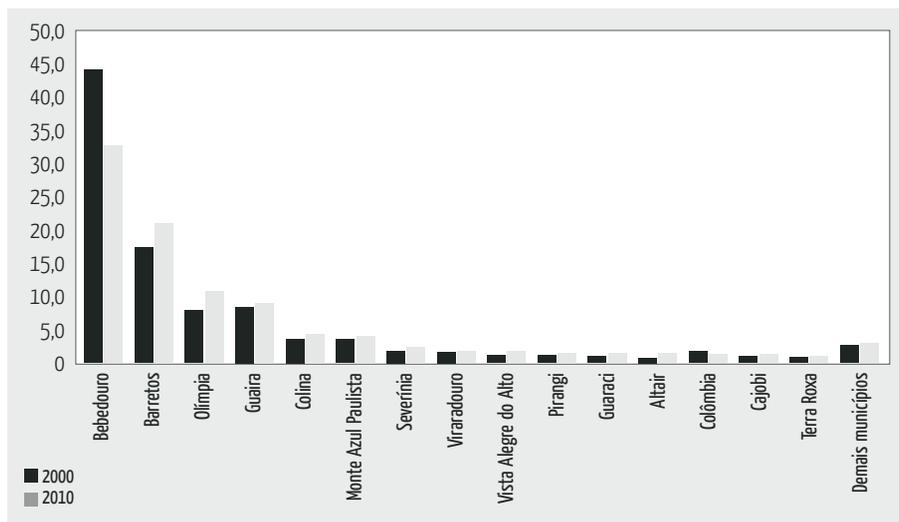
A pecuária também tem participação expressiva na economia regional, devido aos grandes frigoríficos existentes no município-sede, que processam as carnes e vêm produzindo pratos prontos para atender à crescente demanda. Além disso, empresas especializadas em melhoramento genético do gado disponibilizam sêmen, embriões e reprodutores.

Outro destaque de Barretos corresponde à prestação de serviços de saúde. A região é referência nacional no tratamento do câncer e o complexo hospitalar local, que se destina apenas a pacientes do SUS e é mantido com recursos públicos e doações, vem sendo ampliado para aumentar sua capacidade de atendimento.

A Festa do Peão de Boiadeiro, que anualmente atrai mais de um milhão de visitantes para a sede da região, tem impulsionado a implantação de hotéis e outros tipos de alojamento e restaurantes. Crescem igualmente o comércio e as atividades imobiliárias, em que se evidencia a construção do primeiro shopping center de Barretos.

Gráfico 36

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Barretos 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

A indústria regional perdeu participação no valor adicionado estadual devido principalmente a mudanças na economia de Bebedouro, que diminuiu a sua participação no PIB estadual nesse período.

Os serviços são a atividade econômica predominante na região, com 54,2% de participação no valor adicionado, em 2000, e 55,2%, em 2010. A indústria perdeu participação no PIB regional, passando de 37,5% para 33,0% no período.

Bebedouro diminuiu a sua participação no PIB regional, passando de 44,5%, em 2000, para 33,0%, em 2010. A indústria permanece como a principal atividade do município, apesar de ter perdido participação no valor adicionado estadual e na economia local, neste último caso com redução de 62,5%, em 2000, para 54,1%, em 2010. A participação do setor de serviços no valor adicionado do município aumentou de 35,4%, em 2000, para 41,2%, em 2010.

O município de Barretos aumentou sua participação no PIB regional, passando de 17,5%, em 2000, para 21,2%, em 2010. O setor de serviços permanece como a principal atividade municipal, apesar de seu valor adicionado ter recuado de 77,5%, em 2000, para 69,3%, em 2010. Ao contrário da movimentação regional, aumentou a participação da indústria no município, passando de 16,9%, em 2000, para 20,6% em 2010.

Olímpia e Guaira ampliaram a sua participação no PIB da região, entre 2000 e 2010, devido ao desempenho favorável da atividade industrial em suas economias.

A RA de Barretos abriga diversas usinas produtoras de açúcar, álcool e energia elétrica a partir da cana, instaladas nos municípios de Colina, Colômbia, Guaira, Guaraci, Olímpia, Pirangi, Severínia e Vista Alegre do Alto.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BAURU

86

A RA de Bauru possui 16.209,37 km² de área, equivalente a 6,5% da superfície estadual, e é subdividida em três regiões de governo, Bauru, Jaú e Lins. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 1.075.327 habitantes, ou equivalente a 2,5% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,72% ao ano, inferior à média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 71,7%, superior à média estadual, de 61,6%.

Alguns indicadores que mostram diminuição do ritmo de crescimento da população podem ser vistos na taxa de natalidade e na taxa de fecundidade geral, mais baixas que a média estadual.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices próximos aos da média estadual. Um dado que chama a atenção é a porcentagem de partos cesáreos, que atinge a marca de 70,0%, contra uma média estadual de 60,0%, malgrado as tentativas de campanhas de indução ao parto normal.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 90%, mas tem população analfabeta com mais de 15 anos um pouco acima da média estadual (5,2%, contra 4,3%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 43,0% do total, vindo a seguir a indústria e o comércio, com 26,4% e 20,9%, respectivamente. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio – R\$ 1.877,59, em 2012, contra R\$ 1.847,27 dos serviços –, ambos, porém, abaixo da média estadual (R\$ 2.449,21 e R\$ 2.449,21, respectivamente, também para 2012).

A RA responde por 1,8% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 64,6% para o setor de serviços, 26,7% para o setor industrial e 8,7% para a agropecuária.

A produção sucroalcooleira sobressai-se na economia bauruense por meio das usinas instaladas em Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Dois Córregos, Ia-

canga, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Macatuba e Promissão. Parte delas também possui cogeração de eletricidade a partir da biomassa da cana, para comercializar a energia no mercado livre, sobretudo para empresas distribuidoras.

Segmentos industriais ligados à pecuária também se destacam na região. Além de frigoríficos, Lins sedia a maior fábrica de biodiesel de sebo bovino do país e lidera, ainda, a produção nacional de equipamentos de proteção individual, junto com Bocaina (calçados, botas e luvas). Em Promissão, também vêm sendo abatidos cordeiros, já que a demanda interna dessa carne está aumentando.

Ainda no ramo de alimentos, evidencia-se a produção de balas e gomas de mascar, em Bauru, e de sobremesas, em Pederneiras, enquanto a fabricação de cerveja tem expressiva relevância em Agudos.

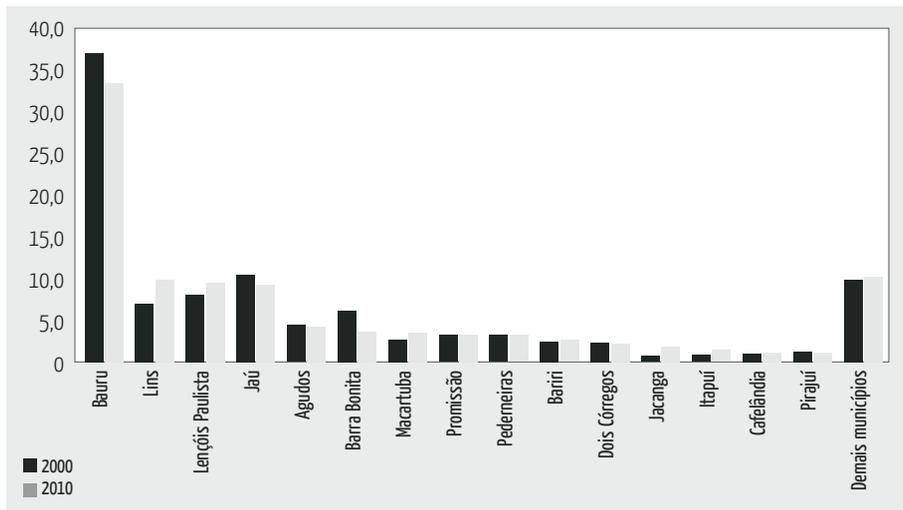
A maior fábrica de madeira MDF do mundo fica em Agudos, onde também são produzidos pisos laminados; a indústria de celulose de Lençóis Paulista igualmente utiliza como matéria-prima o eucalipto proveniente de florestas plantadas.

A produção de máquinas e equipamentos para construção civil destaca-se em Pederneiras. Vários empreendimentos imobiliários vêm sendo implantados na região, entre eles dois novos shopping centers no município-sede.

Além disso, a RA é um importante polo de serviços de saúde. O Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais, da USP-Bauru, disponibiliza tratamento especializado a usuários do SUS. Em Jaú, o Hospital Amaral Carvalho

Gráfico 37

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Bauru 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

é referência nacional no tratamento de câncer. Esses dois municípios também são conhecidos pela fabricação de implantes ósseos.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do Estado aumentou de 1,6% para 1,8 %.

Bauru, Lins e Lençóis Paulista concentraram 51,8% do PIB regional, em 2000, e 52,6% em 2010.

O setor de serviços manteve sua predominância na região, representado 68,3% do valor adicionado em 2000 e 66,3% em 2010.

Bauru respondeu por 36,9% do PIB da região, em 2000, e por 33,3%, em 2010. O setor de serviços permanece a atividade econômica principal do município, com quase 80 % do valor adicionado em 2000 e 2010.

Lins elevou sua participação no PIB regional de 7% para 9,8%, entre 2000 e 2010. A indústria passou de 29,8% do valor adicionado do município, em 2000, para 43,9%, em 2010.

Lençóis Paulista ampliou sua participação no PIB da RA de 8% para 9,5% no período. A indústria, que em 2000 respondia por 45,4% do valor adicionado do município, diminuiu para 35,6%, em 2010, enquanto o setor de serviços aumentou sua participação de 50,4% para 57,8%, no mesmo período.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS

A RA de Campinas possui 27.094,36 km² de área, o equivalente a 10,9% da superfície estadual, e é subdividida em sete regiões de governo: Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Bragança Paulista, Rio Claro e São João da Boa Vista. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 6.469.831 habitantes, o que corresponde a 15,3% da população do estado. Dentro da RA de Campinas encontra-se a região metropolitana de Campinas, que agrega municípios das RGs de Campinas e Jundiaí.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 1,21% ao ano, superior à média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 65,7%, pouco superior à média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (13,7% contra 14,7% e 47,9% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o crescimento para essa região deve estar determinado pelo fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices próximos aos da média estadual, embora quase sempre ligeiramente superiores. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 10,38 por mil, contra 11,48 no estado, a taxa de mortalidade na infância é de 12,7 por mil, contra 13,4 no estado, e a

porcentagem de mães adolescentes (com menos de 18 anos) é de 6,6%, contra 6,9% no estado.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 90%, exceto esgoto sanitário, que está em 89,8%. Além disso, a RA tem uma população analfabeta com mais de 15 anos similar à média estadual (4,3%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 41,4% do total, vindo a seguir a indústria, com 31,0%, o que mostra o peso da atividade industrial na região. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio – R\$ 2.737,71, em 2012, praticamente o mesmo rendimento médio do estado –, vindo a seguir o setor de serviços (R\$ 2.187,35), este, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.449,21, em 2012).

A RA responde por 15,9% do PIB estadual (ficando atrás somente da região metropolitana de São Paulo), e o valor adicionado se divide em 63,4% para o setor de serviços, 34,4% para o setor industrial e 2,1% para a agropecuária.

A principal atividade da RA de Campinas é o refino de petróleo. A planta da Petrobras, em Paulínia, é a maior do país, responsável pelo abastecimento de mais de 20% do mercado nacional. A estatal vem ampliando sua capacidade produtiva, além de melhorar a qualidade dos combustíveis, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes.

A indústria automobilística também se destaca com as montadoras instaladas em Sumaré, Indaiatuba e Piracicaba, além dos fornecedores de peças, componentes e serviços automotivos espalhados pela região. Já Hortolândia abriga várias fábricas de vagões para trens de passageiros e metrô.

A produção de máquinas e equipamentos para a agricultura e a construção civil vem se expandindo, especialmente em Piracicaba. Acrescentem-se as fábricas de eletrodomésticos da linha branca em Rio Claro, Hortolândia, Paulínia e Limeira.

Na economia da RA têm expressiva participação indústrias e prestadores de serviços de alta tecnologia, atraídos pelos centros de pesquisa e universidades de excelência locais. Fabricantes de material eletrônico e equipamentos de comunicação concentram-se em municípios da região metropolitana, como Campinas, Jaguariúna, Hortolândia e Indaiatuba, enquanto os equipamentos de informática se sobressaem em Jundiá (PCs, *notebooks*, *smartphones* e *tablets*) e em Atibaia (*chips* para computadores).

A produção farmacêutica evidencia-se, sobretudo, pelos complexos fabris de alguns dos mais destacados laboratórios nacionais, como o de Itapira, e o do líder

em medicamentos genéricos, em Hortolândia. Em Itapira, o laboratório Cristália, numa parceria com o governo federal, iniciou, em 2013, a produção de vacinas.

A indústria canavieira (açúcar, álcool e eletricidade) está presente em Araras, Brotas, Capivari, Cosmópolis, Elias Fausto, Iracemápolis, Itapira, Leme, Mococa, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste, São João da Boa Vista e Tapiratiba. Merecem destaque, ainda, alguns ramos tradicionais, como a fabricação de móveis, em Itatiba, e a de têxteis, em Americana e cidades vizinhas.

O comércio e as atividades imobiliárias mostram-se aquecidos, com novos supermercados, lojas, shopping centers, edifícios corporativos, condomínios industriais e logísticos, imóveis residenciais, além de serviços de educação, saúde, alimentação, lazer e outros.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 14,2% para 15,8%. O maior aumento ocorreu na indústria.

Campinas, Jundiaí e Piracicaba concentram 34,7% do PIB regional, em 2000, e 34,4%, em 2010.

A participação da indústria no PIB regional passou de 35,1%, em 2000, para 36,9%, em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante na região, apesar da queda de 63%, em 2000, para 61,3% em 2010.

O município de Campinas diminuiu sua participação no PIB regional, passando de 20,8%, em 2000, para 18,6% em 2010. O setor de serviços permaneceu a atividade econômica predominante do município, passando de 73,4%, em 2000, para 72,9% em 2010.

Louveira, Jundiaí, Vinhedo e Hortolândia apresentaram importantes ganhos de participação no PIB regional, entre 2000 e 2010, o que se relaciona ao desempenho da indústria e dos serviços. Além disso, o setor de serviços dessas localidades ampliou sua importância no valor adicionado estadual.

O município de Louveira aumentou sua participação no PIB regional, passando de 1,1%, em 2000, para 4,5% em 2010. O setor de serviços se tornou a principal atividade na economia local, passando de 41,6%, em 2000, para 63,4% em 2010. A indústria, por sua vez, caiu de 57,8%, em 2000, para 36,3% do valor adicionado no município em 2010.

Vinhedo aumentou seu peso no PIB da RA, passando de 1,9%, em 2000, para 3,4% em 2010. Em 2000, a indústria respondeu por 56,2% do valor adicionado do município, e o setor de serviços, por 43,5%. Já em 2010 essa situação se inverteu: a indústria passou a responder por 39,4% do valor adicionado e o setor de serviços, por 60%.

Paulínia perdeu participação no PIB da região, passando de 8,1%, em 2000, para 4,1% em 2010. Tanto a indústria quanto o setor de serviços per-

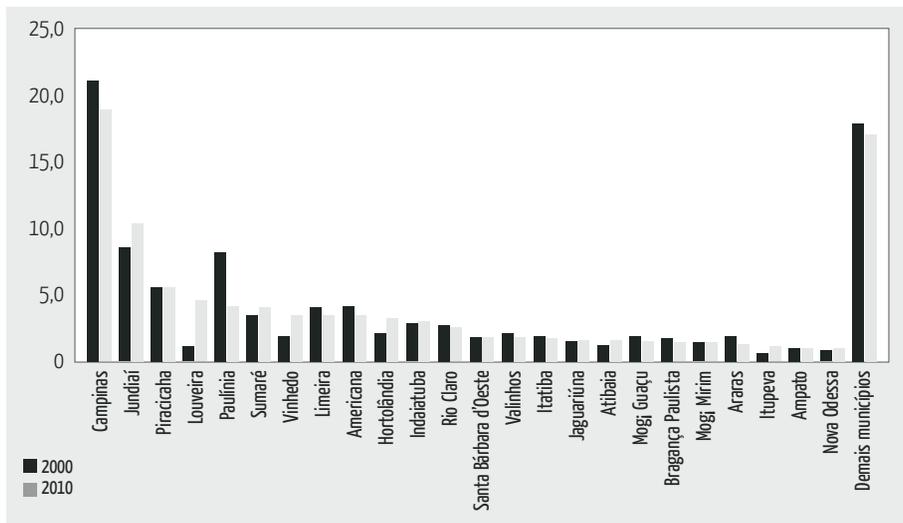
deram espaço no valor adicionado estadual. O setor de serviços permaneceu predominante na economia do município, apesar da queda de 73,2%, em 2000, para 63,6% em 2010. A participação da indústria aumentou de 26,8%, em 2000, para 36,4% em 2010.

Americana, Araras e Limeira registraram perdas de participação no PIB da região. Os dois primeiros municípios perderam participação no valor adicionado industrial do estado e Limeira, no setor de serviços.

O município de Americana perdeu participação no PIB regional, passando de 9,2%, em 2000, para 6,8% em 2010. A indústria perdeu importância no valor adicionado do município, respondendo por 48,2%, em 2000, e 40,2% em 2010. Já o setor de serviços ampliou a participação, respondendo por 51,7%, em 2000, e 59,7% em 2010.

Gráfico 38

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Campinas 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A RM de Campinas, com 19 municípios, localiza-se dentro da RA de Campinas e agrega parte dos municípios da RG de Campinas e parte dos da RG de Jundiaí. Tem uma área de 3.645,16 km², 1,5% do total do estado, e 13,5% do total da RA. É uma região pequena em extensão, mas bastante populosa: seus 2.920.130 habitantes representam 6,9% da população total do estado e 45,1% do total da RA em que se insere.

Sua taxa de crescimento geométrico (de 1,5% ao ano, entre 2010 e 2013) é bastante superior à média estadual, de 0,87%. Como a taxa de natalidade e a de fecundidade são menores que as da média estadual, percebe-se que a forte migração é a responsável pelo seu grande crescimento populacional.

A taxa de mortalidade infantil, de 9,7 por mil nascidos vivos, é substancialmente menor que a média estadual, de 11,48, e se aproxima das médias do primeiro mundo. Praticamente todos os indicadores de saúde se apresentam com taxas superiores às das médias estaduais.

No que se refere aos dados de saneamento, chama a atenção o número relativamente baixo (86,9%) de atendimento de esgoto sanitário, motivado provavelmente pelo alto crescimento populacional, não acompanhado adequadamente pela prestação do serviço.

Os empregos formais no setor de serviços são os majoritários na RMC, respondendo por 46,2% do total; em seguida vem o setor industrial, com 27,9% do total, percentual inferior ao da RA de Campinas. O fenômeno que ocorreu com o município de São Paulo, concentrando os serviços e diminuindo os empregos industriais (com crescimento na sua região metropolitana e, posteriormente, em seu entorno), parece estar ocorrendo no município de Campinas e em sua região metropolitana.

Em termos de rendimento médio dos empregados formais, a média da RMC é superior à do Estado (R\$ 2.488,32, contra R\$ 2.329,86 do estado), sendo menor, setorialmente, apenas no setor comercial. Na indústria, em que se verifica o maior rendimento médio regional, o valor atinge a marca de R\$ 3.143,18, 14% maior que a média do setor no Estado. A existência de grandes equipamentos industriais na região (a começar pela refinaria da Petrobras em Paulínia) certamente eleva esses valores.

A região metropolitana de Campinas respondia, em 2011, por 7,8% do PIB estadual, e o valor adicionado dividia-se em 65% relativos aos serviços, 34,5%, à indústria, e apenas 0,5%, à atividade agropecuária. Para se ter uma ideia da dimensão desse PIB, ele equivale ao do estado de Pernambuco.

A principal atividade da RM de Campinas é o refino de petróleo. A planta da Petrobras, em Paulínia, é a maior do país, responsável pelo abastecimento de mais de 20% do mercado nacional. A estatal vem ampliando sua capacidade produtiva, além de melhorar a qualidade dos combustíveis, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes.

A indústria automobilística também se destaca, com montadoras instaladas em Sumaré e Indaiatuba, além de fornecedores de peças, componentes e serviços automotivos espalhados pela região. Já Hortolândia abriga várias fábricas de vagões para trens de passageiros e metrô.

A produção de máquinas e equipamentos para a agricultura, construção civil, automação industrial, exploração de petróleo e outros fins vem se expandindo em Indaiatuba, Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste; acrescentem-se as fábricas de eletrodomésticos da linha branca em Paulínia, Hortolândia e Campinas.

Na economia da RM têm expressiva participação indústrias e prestadores de serviços de alta tecnologia, atraídos pelos centros de pesquisa e universidades de excelência locais. Fabricantes de material eletrônico e equipamentos de comunicação concentram-se em municípios da região metropolitana, como Campinas, Jaguariúna, Hortolândia e Indaiatuba, enquanto nos dois primeiros sobressaem-se, ainda, os equipamentos de informática.

A produção farmacêutica evidencia-se sobretudo pelos complexos fabris de alguns dos mais destacados laboratórios nacionais, como o do líder em medicamentos genéricos, em Hortolândia.

A indústria sucroalcooleira está presente em Cosmópolis e Santa Bárbara d'Oeste. Merecem destaque, ainda, alguns ramos tradicionais, como a fabricação de móveis, em Itatiba, e a de têxteis, em Americana e cidades vizinhas.

O comércio e as atividades imobiliárias mostram-se aquecidos, com novos supermercados, lojas, shopping centers, edifícios corporativos, condomínios industriais e logísticos, imóveis residenciais, além de serviços de educação, saúde, alimentação, lazer e outros.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 6,28% para 7,89%. Campinas, Paulínia e Sumaré concentraram 73,2% do PIB regional, em 2000, e 53,5% em 2010.

A participação da indústria na região passou de 34,9%, em 2000, para 36,2% em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante na região, apesar da queda de 64,5%, em 2000, para 63,4% em 2010.

Campinas perdeu participação no PIB da RM, passando de 47,1%, em 2000, para 37,2% em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante no município, apesar da queda de 73,4%, em 2000, para 72,9% em 2010.

Paulínia perdeu participação no PIB da região, passando de 18,4%, em 2000, para 8,2% em 2010. A indústria aumentou a sua participação no valor adicionado do município, passando de 26,8%, em 2000, para 36,4% em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante no município, apesar da queda de 73,2%, em 2000, para 63,6% em 2010.

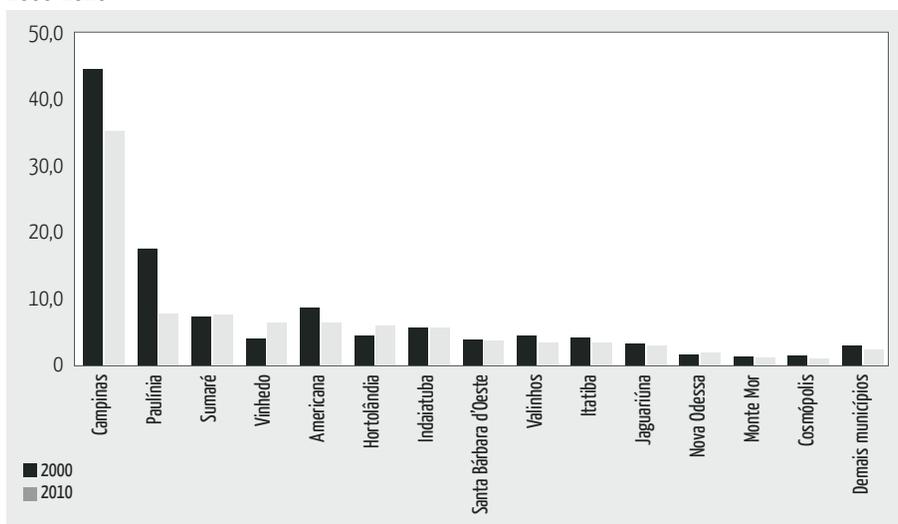
O município de Vinhedo aumentou sua participação no PIB regional, passando de 4,2%, em 2000, para 6,8% em 2010. Em 2000, a indústria respondia por 53,2% do valor adicionado municipal, e o setor de serviços por 43,5%. Em 2010 essa situação se inverteu: a indústria perdeu participação,

passando para 39,8% do valor adicionado, e o setor de serviços aumentou, passando para 60%.

O município de Americana perdeu participação no PIB da RA, passando de 9,2% para 6,8% no período. A indústria perdeu participação no valor adicionado do município, caindo de 48,2% para 40,2%. O setor de serviços ampliou participação, passando de 51,7%, em 2000, para 59,7% em 2010.

Gráfico 39

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Metropolitana de Campinas
2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL

A RA central possui 11.093,05 km² de área, equivalente a 4,5% da superfície estadual, e é subdividida em duas regiões de governo, Araraquara e São Carlos. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 975.050 habitantes, ou equivalente a 2,3% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,82% ao ano, muito próxima à média estadual, de 0,87%. O índice de envelhecimento da RA é de 73,45%, superior à média estadual, de 61,6%, repetindo o comportamento das regiões mais distantes da capital.

As taxas gerais de natalidade e de fecundidade são mais baixas que a média estadual (13,1% contra 14,7% e 45,4% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere certa estagnação do crescimento dessa região, salvo algum fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre melhores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 9,54 por mil, contra 11,48 no estado, a taxa de mortalidade na infância é de 13,6 por mil, contra 13,4 no estado, e a porcentagem de mães que tiveram sete e mais consultas no pré-natal é de 84,2%, contra 78,3% no estado.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 98%, inclusive esgoto sanitário, que está em 98,9%, bem acima da média estadual, que é de 89,8%. Tem, contudo, uma população analfabeta com mais de 15 anos maior que a média estadual (5,4%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 36,7% do total, vindo a seguir a indústria, com 30,3%, o que mostra o peso desta atividade na região. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 2.143,64 em 2012), vindo a seguir o dos serviços (R\$ 2.060,40), ambos, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, para 2012).

A RA responde por 1,79% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 58,3% para o setor de serviços, 34,1% para o setor industrial e 7,6% para a agropecuária.

A agroindústria tem forte participação na economia da RA central. Três líderes mundiais na fabricação de suco concentrado de laranja possuem plantas industriais nos municípios de Itápolis, o maior produtor da fruta no estado em 2011, Araraquara, Matão, Taquaritinga e Porto Ferreira.

As usinas que produzem açúcar, etanol e eletricidade a partir da cana estão localizadas em Américo Brasiliense, Araraquara, Descalvado, Ibaté, Itápolis, Nova Europa, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro.

A avicultura evidencia-se em Descalvado, onde se produzem desde ovos até alimentos preparados com frango, além de rações e suplementos alimentares para nutrição animal. O município-sede abriga uma planta de equipamentos para criação de aves e suínos e ainda produz leite longa vida.

Indústrias complexas e de alto valor agregado também operam na região. Em Araraquara, produzem-se turbinas e geradores para usinas hidroelétricas, além de trens de passageiros para o metrô e a CPTM. A fábrica de motores automotivos de uma das maiores montadoras do país está localizada em São Carlos. No segmento aeronáutico, sobressai-se Gavião Peixoto, onde a Embraer fabrica jatos executivos e militares.

Outras atividades de destaque na RA são: a produção de embalagens de vidro para alimentos e bebidas, em Porto Ferreira; a de roupas íntimas, em Araraquara; e a fabricação de medicamentos populares, em Américo Brasiliense.

Renomadas redes de supermercados vêm instalando unidades locais. Em Araraquara, está em construção um shopping center, que inclui hotel e centro de convenções, e outro centro comercial está sendo ampliado. Novos empreendimentos residenciais e comerciais vêm sendo lançados na região, especialmente em Araraquara e São Carlos, além de condomínios industriais e logísticos.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado diminuiu ligeiramente de 2,0% para 1,9%.

Matão, Araraquara e São Carlos reduziram sua participação no PIB da região de 71,4%, em 2000, para 66,8%, em 2010.

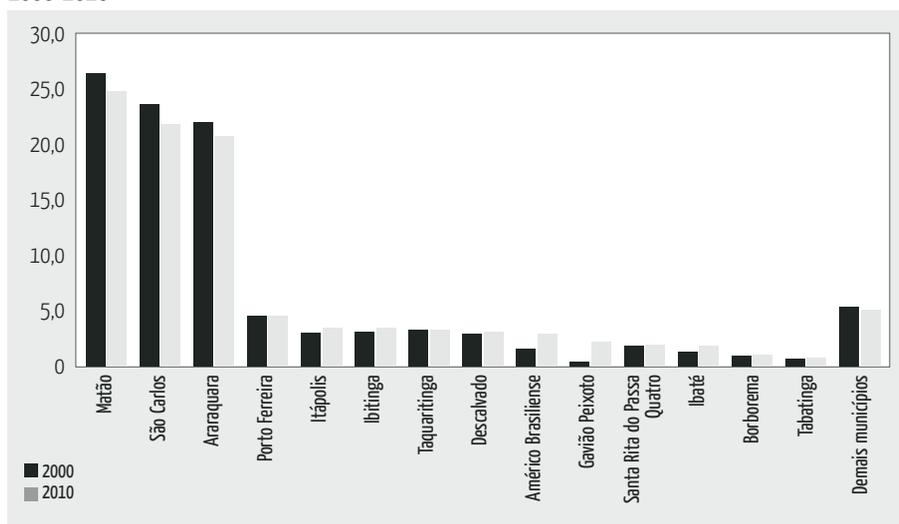
O setor de serviços permaneceu predominante na região, apesar do decréscimo de 56,1% para 54,4%, entre 2000 e 2010.

Gavião Peixoto elevou sua participação no PIB regional, passando de 0,4%, em 2000, para 2,2%, em 2010. A indústria tornou-se o setor predominante do município, crescendo de 24,7%, em 2000, para 68,2%, em 2010. Neste período, ocorreu a implantação do polo aeronáutico, com a instalação da unidade industrial da Embraer.

Américo Brasiliense teve um aumento na participação do PIB da RA, passando de 1,6% para 2,9%. Em 2010, a indústria tornou-se a principal atividade econômica do município. Em 2000, o setor de serviços concentrava

Gráfico 40

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa Central 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

59,3% do valor adicionado municipal e a indústria era responsável por 36,1%. Já em 2010, a situação se inverteu, com a indústria respondendo por 51,3% e o setor de serviços, por 45,5%. Destaca-se a instalação de uma fábrica de medicamentos da Fundação para o Remédio Popular (Furp) em 2009.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA

A RA de Franca possui 10.330,12 km² de área, equivalente a 4,2% da superfície estadual, e é subdividida em duas regiões de governo, Franca e São Joaquim da Barra. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 721.949 habitantes, ou o equivalente a 1,7% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,76% ao ano, mais baixa que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 62,33%, pouco superior à média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (13,4% contra 14,7%, e 47,5% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere certa estagnação do crescimento dessa região, salvo algum fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre melhores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 9,18 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 14,4 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 96,6, bem inferior aos 119,6 de média no estado. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja mais segura que a média estadual.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 99%, inclusive esgoto sanitário, que está em 99,1%, bem acima da média estadual, que é de 89,8%. Tem, contudo, uma população analfabeta com mais de 15 anos maior que a média estadual (5,3%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor industrial, com 34,9% do total, vindo a seguir o setor de serviços, com 31,2%, o que mostra o peso da atividade industrial na região, em especial dos setores calçadista e do setor usineiro de açúcar e álcool. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, os serviços possuem o maior valor médio (R\$ 1.767,57, em 2012), vindo a seguir a indústria (R\$ 1.712,38), ambos, porém, muito abaixo da média estadual (de R\$ 2.449,21 e R\$ 2.754,07, respectivamente, para 2012).

A RA responde por 1,06% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 65,4% para o setor de serviços, 25,9% para o setor industrial e 8,7% para a agropecuária.

A região é conhecida como o principal polo de calçados masculinos do país, devido ao grande número de empresas ligadas a essa cadeia produtiva sediadas no município de Franca. Para ampliar a competitividade no mercado interno e no exterior, elas vêm incorporando as tecnologias desenvolvidas por instituições de pesquisa e ensino da região, que visam inovar o design, melhorar a qualidade e a sustentabilidade dos produtos e reduzir os custos de fabricação.

Nos últimos anos, a indústria sucroalcooleira também vem impulsionando a economia da RA, sobretudo em Batatais, Buritizal, Igarapava, Morro Agudo, Patrocínio Paulista e São Joaquim da Barra, onde estão instaladas importantes usinas que produzem açúcar e álcool e, mais recentemente, cogeram energia a partir do bagaço da cana.

A agropecuária influenciou positivamente outros ramos industriais, como a fabricação de laticínios (leite longa vida), em Patrocínio Paulista, e a de defensivos agrícolas, em Ituverava, alavancando, ainda, o comércio atacadista. Duas das maiores cooperativas agrícolas nacionais, que exportam para muitos países, têm sede na região: a de produtores de café fica na cidade de Franca, enquanto a de soja situa-se em Orlândia e possui uma fábrica de farelo e óleo em São Joaquim da Barra.

No setor de serviços, também apresentam bom desempenho o comércio de varejo, com a implantação de supermercados e lojas, as atividades imobiliárias e os empreendimentos relacionados à educação e à saúde, que incluem novas escolas e a ampliação de vários hospitais, em especial no município-sede.

As redes de saneamento básico e de distribuição elétrica estão sendo expandidas. A capacidade de geração de energia também vem aumentando na região, com a modernização de uma usina de Furnas, em Pedregulho, e a construção de pequenas centrais hidroelétricas no Rio Sapucaí Mirim, entre São Joaquim da Barra e Guará, para consumo das próprias empresas investidoras ou comercialização no mercado livre.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado manteve-se em torno de 1,0%.

Franca, Batatais e São Joaquim da Barra concentravam 56,4% do PIB regional, em 2000, e 55,8%, em 2010.

A região ampliou sua participação no valor adicionado estadual da indústria entre 2000 e 2010.

A participação da indústria no PIB da região passou de 25,2%, em 2000, para 28,1%, em 2010. A indústria ampliou sua presença na economia de catorze dos 23 municípios da região.

O setor de serviços permanece como a atividade predominante da região, respondendo por 67,7% do valor adicionado, em 2000, e 64,2%, em 2010.

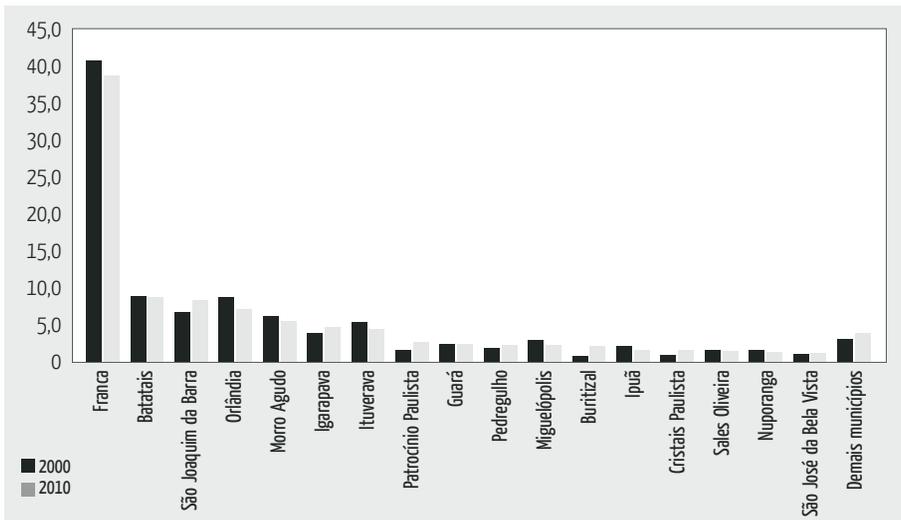
O município de Franca respondeu por 40,8% do PIB da RA, em 2000, e 38,8%, em 2010. O setor de serviços respondeu por mais de 70% do valor adicionado municipal nesse período.

São Joaquim da Barra elevou sua participação no PIB regional de 6,7%, em 2000, para 8,3%, em 2010. Em 2000, o setor de serviços respondeu por 63,8% do valor adicionado local e a indústria, por 29,6%. Em 2010, a indústria ampliou sua participação para 47,8%, ao passo que os serviços responderam por 48,3% do VA. A indústria tornou-se mais relevante na região devido ao crescimento da fabricação de produtos alimentícios.

Patrocínio Paulista elevou sua participação no PIB da RA de 1,6% para 2,6% no período. Com a expansão da fabricação de produtos alimentícios, a indústria ampliou sua participação no PIB municipal de 29,7%, em 2000, para 42,3%, em 2010.

Gráfico 41

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Franca 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA

A RA de Marília possui 18.510,35 km² de área, equivalente a 7,5% da superfície estadual, e é subdividida em quatro regiões de governo: Marília, As-

sis, Ourinhos e Tupã. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 953.085 habitantes, ou 2,3% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,45% ao ano, muito mais baixa que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 77,96%, bem acima da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (13,0% contra 14,7%, e 47,9% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere certa estagnação do crescimento populacional dessa região, salvo algum fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre próximos aos da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 11,83 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 11,9 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 97,8, ante os 119,6 de média no estado. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja mais segura que a média estadual.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 97%, inclusive esgoto sanitário, que está em 97,3%, bem acima da média estadual, que é de 89,8%. Tem, contudo, uma população analfabeta com mais de 15 anos maior que a média estadual (6,1%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 37,8% do total, vindo a seguir o setor industrial, com 22,4%, e o comercial, com 21,9% do total. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 1.929,51, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 1.748,64), ambos, porém, muito abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, para 2012).

A RA responde por 1,4% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 66,7% para o setor de serviços, 23,2% para o setor industrial e 10,1% para a agropecuária.

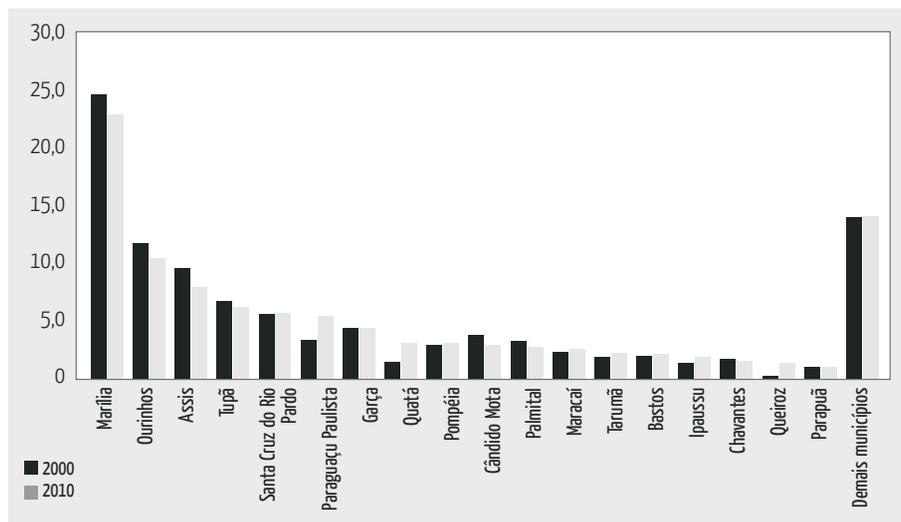
A produção sucroalcooleira é uma das principais atividades econômicas da RA de Marília, que possui usinas nos municípios de Borá, Canitar, Ibirarema, Ipaussu, Maracá, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Platina, Quatá, Queiroz e Tarumã.

Uma das empresas, que atua em Quatá, também fabrica leveduras a partir da cana-de-açúcar, ingredientes utilizados na alimentação humana e nutrição animal.

A sede regional é conhecida como uma das maiores produtoras de biscoitos do país, além de abrigar grandes plantas industriais de balas, gomas e salgadinhos e, ainda, um dos complexos fabris do refrigerante mais famoso do mundo.

Gráfico 42

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Marília 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

Outro destaque é a crescente produção, em Palmital, de alguns derivados de mandioca e milho, como o amido, para a indústria de alimentos e outras, e os xaropes de glicose e de maltose, respectivamente para doces e cervejas.

O ramo de produtos de metal também se sobressai na economia da região, já que a cidade de Marília é uma das líderes nacionais na fabricação de portas e janelas de aço e alumínio.

Santa Cruz do Rio Pardo, por sua vez, concentra grande número de fabricantes de calçados e outros artefatos de couro, sendo a sede de um dos arranjos produtivos locais do estado.

Novos supermercados e lojas vêm sendo implantados na RA e a maior rede hoteleira do mundo está construindo uma unidade no município de Marília.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado permaneceu estável em 1,4%.

Marília, Ourinhos e Assis concentraram 45,3% do PIB da região, em 2000, e 40,7% em 2010.

A participação da indústria no PIB regional passou de 22%, em 2000, para 26,9%, em 2010. O setor de serviços manteve-se como principal atividade da região, apesar da redução de 72% para 65,1% de sua participação, entre 2000 e 2010.

A cidade de Marília concentrou 24,3% do PIB regional, em 2000, e 22,6% em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante, com 79,5% da participação do PIB municipal, em 2000, e 75,6% em 2010.

Quatá ampliou sua participação no PIB regional, passando de 1,4%, em 2000, para 3,0%, em 2010. O setor de serviços concentrou 46,9% do valor adicionado do município, em 2000, e a indústria ficou com 41,8%. Em 2010, a situação se inverteu, com a indústria respondendo por 59,5% e o setor de serviços, por 31,4%.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE

A RA de Presidente Prudente possui 23.776,58 km² de área, equivalente a 9,6% da superfície estadual, e é subdividida em três regiões de governo: Presidente Prudente, Adamantina e Dracena. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 842.683 habitantes, o que equivale a 2,0% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,38% ao ano, menos que a metade da média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 81,98%, bem acima da média estadual, de 61,6%, o que mostra baixo percentual de população jovem no município (18,6% na RA, e 20,4% no estado).

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (12,2% contra 14,7%, e 45,9% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere certa estagnação do crescimento populacional dessa região, salvo algum fluxo migratório. Muitos municípios apresentaram diminuição da população entre 2000 e 2010, segundo o censo do IBGE.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre próximos aos da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 11,02 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 11,8 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 129,46, ante os 119,6 de média no estado. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja menos segura que a média estadual. A existência de grandes presídios, mais os conflitos por posse de terra na região são as causas prováveis dessa violência.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 95%, inclusive esgoto sanitário, que está em 95,3%, bem acima da média estadual,

que é de 89,8%. Tem, contudo, uma população analfabeta com mais de 15 anos maior que a média estadual (7,0%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 43,8% do total, vindo a seguir o setor comercial, com 23,4%, e o industrial, com 23,1% do total. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 1.680,40, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 1.638,61), ambos, porém, muito abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, para 2012).

A RA responde por 1,2% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 64,8% para o setor de serviços, 26,3% para o setor industrial e 8,9% para a agropecuária.

As atividades associadas à cana vêm se destacando na economia prudentina. Além dos canaviais, aumentou a quantidade de usinas produtoras de açúcar, álcool e eletricidade, que se distribuem pelos municípios de Adamantina, Caiuá, Dracena, Flórida Paulista, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Paulicéia, Presidente Prudente, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

Embora a pecuária esteja se deslocando para o Centro-Oeste e Norte do país, a indústria a ela vinculada ainda mantém participação expressiva na região, caso da indústria de couro, especialmente no município de Presidente Prudente, onde fica o maior curtume do mundo em uma única planta, e em Rancharia, que também atua no segmento de abate e preparação de carnes.

O café cultivado na região é comercializado pela cooperativa agrícola de Adamantina, que também possui outra unidade em Junqueirópolis, onde concentrará o armazenamento e beneficiamento da produção de todos os seus associados.

Além disso, a RA é importante geradora de energia hidroelétrica, com duas das maiores usinas nacionais situadas nos Rios Paraná e Paranapanema, respectivamente, nos municípios de Rosana e Taciba.

A proximidade com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul contribui para o aquecimento do comércio de Presidente Prudente, seja no ramo de varejo, seja no de atacado. Também estão surgindo novos empreendimentos imobiliários para diferentes fins, campi universitários, escolas de ensino básico e profissionalizante, hotéis e restaurantes.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado permaneceu em 1,1%.

Presidente Prudente, Rosana e Rancharia concentraram 43,7% do PIB regional, em 2000, e 41,9%, em 2010.

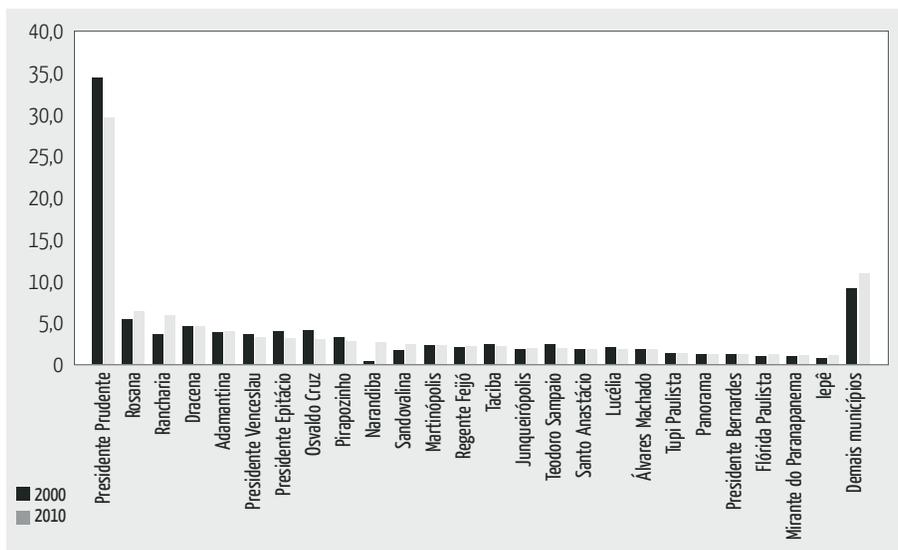
A indústria ampliou a participação no PIB da região de 25,9% para 28,5%, entre 2000 e 2010. O setor de serviços permaneceu a atividade predominante da região, concentrando 69,7% do valor adicionado regional, em 2000, e 63,9% em 2010.

Presidente Prudente diminuiu sua contribuição no PIB regional de 34,6%, em 2000, para 29,7%, em 2010. O setor de serviços manteve sua predominância no município, com 79,9% do valor adicionado, em 2000, e 78,8%, em 2010.

Rancharia aumentou a participação no PIB regional, passando de 3,6%, em 2000, para 5,9%, em 2010. O setor de serviços concentrou 65,4% do valor adicionado, em 2000, e a indústria, 27,5%. Em 2010, a situação se inverteu, com a indústria respondendo por 47,4%, tornando-se a atividade principal, e o setor de serviços, por 43,3%.

Gráfico 43

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO

A RA de Registro possui 12.132,72 km² de área, equivalente a 4,9% da superfície estadual, e não apresenta subdivisões em regiões de governo. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 269.984 ha-

bitantes, o equivalente a 0,6% da população do estado, a menor entre as dezesseis RAs.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,09% ao ano, quase um décimo da média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 55,68%, abaixo da média estadual, de 61,6%. A população jovem no município, entretanto, tem percentual maior que a média estadual (24,3% na RA, e 20,4% no estado).

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais altas que a média estadual (14,8% contra 14,7%, e 58,7% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o baixo crescimento populacional dessa região não é motivado por falta de crescimento vegetativo, mas decorrente de condições piores de saúde e de migração.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre piores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 12,29 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 14,9 por mil, contra 13,4 no estado.

Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 159,54, ante os 119,6 de média no estado. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja menos segura que a média estadual. A existência de conflitos pela posse de terra e as mortes ocorridas na BR-116 são as causas prováveis dessa violência.

A RA tem indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário) abaixo da média estadual, em especial o esgoto sanitário, que está em 75,2%, bem inferior à média estadual, que é de 89,8%. Tem, ainda, o maior percentual de população analfabeta com mais de 15 anos do Estado (8,7%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 44,6% do total, vindo a seguir o setor comercial, com 23,8%, e o agropecuário, com 16,5% do total. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 2.286,34, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 1.738,03), ambos, porém, muito abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, para 2012).

A RA responde por 0,3% do PIB estadual (a menor participação de todas as regiões do estado), e o valor adicionado se divide em 71,5% para o setor de serviços, 14,3% para o setor industrial e 14,2% para a agropecuária.

A agricultura continua a ser uma das mais importantes atividades econômicas da RA de Registro. Os principais produtos são a banana e o palmito

pupunha, que estão relacionados principalmente aos municípios de Miracatu, Sete Barras, Registro, Jacupiranga, Iguape e Juquiá. Essas culturas vêm incorporando técnicas de manejo sustentável, contribuindo para a preservação da Mata Atlântica remanescente.

A região também tem alcançado destaque no país pela produção de plantas ornamentais e flores tropicais, sobretudo nos municípios de Registro e Pariquera-Açu, atendendo a vários estados brasileiros; acrescente-se o cultivo de mudas de árvores nativas para reflorestamento.

Os minerais não metálicos, por sua vez, têm forte presença em Cajati. Além do calcário para a indústria cimenteira do município, também é extraído fósforo das minas locais para fabricar fosfatados, utilizados em fertilizantes agrícolas e rações animais.

A exploração de petróleo no litoral sul da bacia de Santos deve estimular a economia de municípios que começaram a receber royalties da Petrobras por estarem na área de influência do empreendimento, como Iguape, Cananéia e Ilha Comprida.

A sede regional evidencia-se, ainda, como polo educacional do Vale do Ribeira, abrigando um campus da Unesp, onde se desenvolvem pesquisas para melhorar o desempenho agrícola, sobretudo o da bananicultura, e está sendo instalado o primeiro curso de engenharia de pesca no estado de São Paulo.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB paulista aumentou ligeiramente de 0,2% para 0,3%. Desse modo, a região permaneceu como a de menor importância econômica no Estado.

Registro, Cajati e Iguape concentraram 51,8% do PIB regional, em 2000, e 49,5%, em 2010.

A participação da agropecuária no PIB da região elevou-se de 8,3%, em 2000, para 20,3%, em 2010. A indústria perdeu participação, passando de 22,5% para 14,7%, entre 2000 e 2010. O setor de serviços manteve sua predominância na região, apesar da redução de 69,1% para 65%, nesse período.

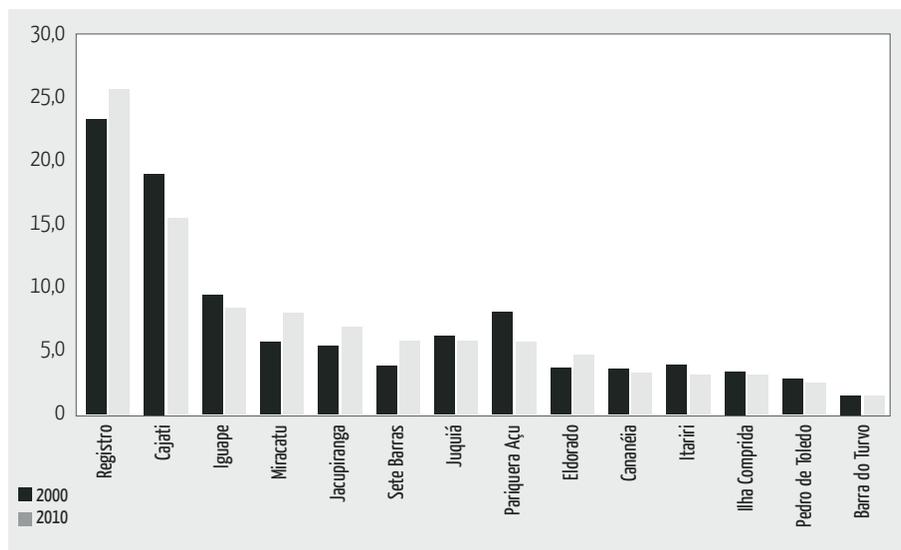
Registro ampliou a participação no PIB regional de 23,3%, em 2000, para 25,7%, em 2010. O setor de serviços aumentou a contribuição no valor adicionado do município, passando de 78,7%, em 2000, para 81,3%, em 2010, enquanto a indústria diminuiu de 16,3% para 10,9%.

Cajati reduziu sua participação no PIB da RA de 19% para 15,4%, entre 2000 e 2010. A participação da agropecuária no valor adicionado do município deu um salto no período, passando de 2,8% para 17,1%. A indústria concentrou 53% do valor adicionado, em 2000, e 38,9%, em 2010. Com isso, o setor de serviços tornou-se a atividade principal do município, apesar de manter sua participação estável, acima de 44%.

Miracatu ampliou a participação no PIB regional de 5,7%, em 2000, para 8%, em 2010. A agropecuária passou de 6,8% do valor adicionado, em 2000, para 42,8%, em 2010, e o setor de serviços permaneceu predominante no município, apesar do decréscimo de 77,2% para 50,1%.

Gráfico 44

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Registro 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO

A RA de Ribeirão Preto possui 9.301,14 km² de área, equivalente a 3,7% da superfície estadual, e não possui subdivisão em regiões de governo. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 1.293.923 habitantes, o equivalente a 3,1% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 1,26% ao ano, muito mais alta que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 64,3%, acima da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (13,5% contra 14,7%, e 48,7% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o crescimento populacional dessa região deve-se, principalmente, ao fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre melhores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 9,89 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 11,6 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 97,3, enquanto a média no estado é de 119,6. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja mais segura que a média estadual.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 98%, inclusive esgoto sanitário, que está em 98,1%, bem acima da média estadual, que é de 89,8%. Além disso, a RA tem uma população analfabeta com mais de 15 anos próxima à da média estadual (4,7%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 42,9% do total, vindo a seguir o setor comercial, com 23,9%, e o industrial, com 22,8%. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 2.293,71, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 2.158,45), ambos, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, em 2012).

A RA responde por 2,5% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 69,0% para o setor de serviços, 26,8% para o setor industrial e 4,2% para a agropecuária.

A economia de Ribeirão Preto está fortemente associada à cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Essa cultura impulsionou diversos segmentos industriais, em especial a fabricação de açúcar e etanol, que resultou em grande concentração de usinas na região. Também vem se ampliando a geração elétrica a partir da biomassa da cana, fonte de energia limpa e renovável, com mercado em alta. A sucroquímica, por sua vez, deve ganhar relevância econômica, com o início da produção em escala industrial de especialidades feitas com derivados da cana, como o farneseno, para uso em combustíveis e cosméticos, e o plástico biodegradável. Acrescente-se que essas atividades têm atraído fabricantes, revendedores e empresas de locação de máquinas e equipamentos.

Outro destaque regional é a indústria ligada à saúde. Ribeirão Preto constitui referência nacional em equipamentos médicos e odontológicos, incorporando os mais recentes avanços tecnológicos. Também possui amplo e moderno parque fabril de soros hospitalares e, ainda, uma importante planta de vacinas e outros produtos para a saúde animal.

O parque tecnológico que está sendo implantado no município-sede poderá acentuar o dinamismo desses principais produtos, já que as pesquisas priorizarão as áreas de biotecnologia, bioenergia e equipamentos de saúde.

O potencial de consumo elevado da população, especialmente nas maiores cidades da região, vem aquecendo as atividades imobiliárias e o comércio varejista. Entre os maiores empreendimentos citam-se condomínios residenciais, empresariais e logísticos, shopping centers, com torres comerciais e hotéis, além de novas unidades de grandes redes de supermercado do país.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 2,4% para 2,6%.

Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal e Monte Alto concentravam 73,7% do PIB regional, em 2000, e 76,8%, em 2010.

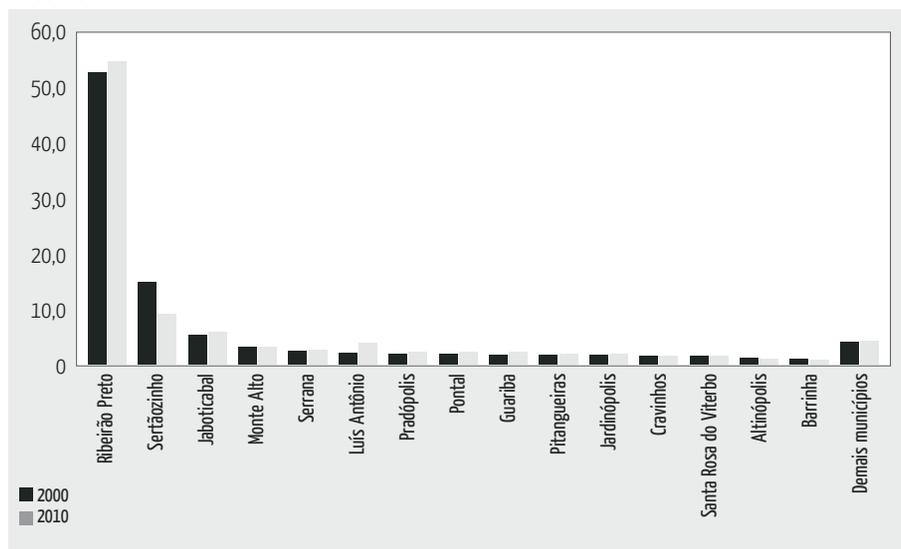
A participação da indústria no PIB regional passou de 24,5%, em 2000, para 29,2%, em 2010. O peso do setor industrial ampliou-se em 17 dos 25 municípios da região no período. Isso se deve particularmente à expansão do setor agrícola canavieiro e da produção de açúcar e álcool, impulsionada pela retomada da economia brasileira ao longo da última década.

Ribeirão Preto respondeu por 55,3% do PIB da RA, em 2000, e por 53,4%, em 2010. Em seguida, aparece o município de Sertãozinho, cuja participação no PIB regional ampliou-se de 9,3% para 15,0% nesse período.

O setor de serviços respondeu por mais de 80% do valor adicionado em Ribeirão Preto, tanto em 2000 quanto em 2010.

Gráfico 45

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

Em 2010, a indústria tornou-se a atividade econômica predominante em Sertãozinho. Em 2000, os serviços concentraram 57,9% do valor adicionado municipal e a indústria respondeu por 39,5%, situação que se inverteu em 2010: a indústria ampliou sua participação para 58,4%, ao passo que os serviços decresceram para 40,4%. Essa mudança se deve ao desempenho da cadeia da indústria sucroalcooleira, com destaque para o crescimento da produção de máquinas e equipamentos para usinas de açúcar e álcool.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS⁹

A RA de Santos possui 2.419,93 km² de área, equivalente a 1,0% da superfície estadual, e não possui subdivisão em regiões de governo. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 1.713.741 habitantes, o que equivale a 4,1% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 1,0% ao ano, mais alta que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 66,6%, acima da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são maiores que a média estadual (15,2% contra 14,7%, e 54,4% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o crescimento populacional dessa região deve-se, principalmente, ao crescimento vegetativo.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre piores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 15,65 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 19,13 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 143,77, enquanto que a média no estado é de 119,6. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região seja menos segura que a média estadual.

A RA tem indicadores de saneamento básico razoáveis (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), exceto esgoto sanitário, que está em 75,1%, muito abaixo da média estadual, que é de 89,8%. Tem uma população analfabeta com mais de 15 anos próxima à da média estadual (4,1%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio absoluto do setor de serviços, com 64,6% do total, vindo a seguir o setor comercial, com 21,3%, e o industrial, com 6,9%, que está no mesmo nível do emprego

9. A Região administrativa de Santos tem configuração territorial idêntica à da região metropolitana da baixada santista, motivo pelo qual as análises para a RA valem para a RMBS.

na construção. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, no entanto, a indústria possui o maior valor médio – R\$ 4.327,71, em 2012) –, muito acima da média estadual, que é de R\$ 2.754,07, vindo a seguir os serviços (R\$ 2.100,03), este, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.449,21, em 2012).

A refinaria da Petrobras, em Cubatão, é a maior responsável pelos empregos industriais que, se não são em grande quantidade, possuem boa média salarial; no setor de serviços, a presença do porto de Santos é que gera a grande quantidade de empregos no setor.

A RA responde por 3,9% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 74,1% para o setor de serviços, 25,7% para o setor industrial e 0,2% para a agropecuária.

A economia da RA de Santos vem sendo alavancada principalmente pelo porto de Santos, que, nos últimos anos, tem registrado sucessivos recordes em movimentação de cargas. Para melhorar o intenso tráfego local, a companhia Docas, que gerencia esse atracadouro, está implantando avenidas perimetrais nas margens direita (Santos) e esquerda (Guarujá), com viadutos que eliminam os cruzamentos rodoferroviários.

As empresas arrendatárias do porto vêm construindo e/ou ampliando terminais para armazenamento das cargas (granéis sólidos, líquidos e contêineres) e outras áreas das imediações estão sendo adequadas para abrigar os novos depósitos. A Lei dos Portos, aprovada em 2013, prevê nova licitação para terminais privados, que sugere uma nova onda de investimentos neste porto.

A implantação da unidade de negócios da Petrobras no município-sede, onde será centralizado o controle das operações de exploração de petróleo e gás na bacia de Santos, vem ampliando a estrutura produtiva da região, com novas atividades, além de acelerar o ritmo das já existentes, como a indústria siderúrgica, em Cubatão, e a de embarcações de apoio às plataformas, no Guarujá.

Junto à área ocupada pela Petrobras, serão construídos um complexo turístico, cultural, náutico e empresarial e o novo terminal de cruzeiros marítimos, que se somará ao de Concais. Acrescente-se o Parque Tecnológico de Santos, que abrigará importantes centros de pesquisa, além de novos campi de universidades públicas, escolas para qualificar a mão de obra local segundo as novas exigências do mercado, empresas de TI e outras.

O dinamismo das atividades portuárias e petrolíferas também vem estimulando o segmento imobiliário, com a construção de edifícios residenciais e comerciais, alguns deles de alto padrão, hotéis, shopping centers, supermercados, restaurantes e lanchonetes, especialmente em Santos.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 3,1% para 3,8%.

Santos, Cubatão e Guarujá concentraram 74,7% do PIB regional, em 2000, e 80,3%, em 2010.

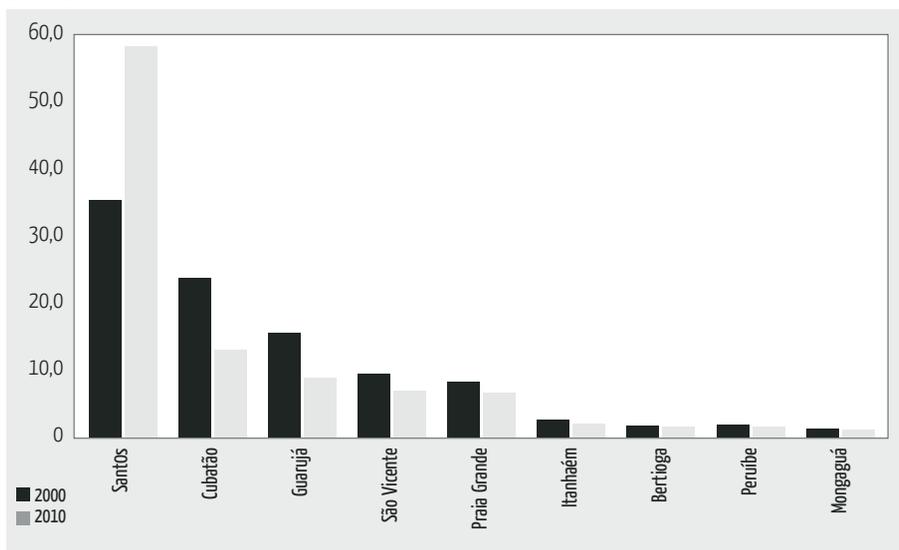
O setor de serviços permaneceu predominante na região, apesar da queda na participação do valor adicionado de 56,1%, em 2000, para 54,4%, em 2010. O setor ampliou sua contribuição em todos os municípios da região, exceto em Santos e Peruíbe. Já a indústria diminuiu sua participação de 30,5% para 28,7%, nesse período.

Santos aumentou a concentração do PIB regional, respondendo por 35,4%, em 2000, e 58,4%, em 2010. Contrariando o movimento regional, a indústria elevou a participação no valor adicionado do município, passando de 16,9%, em 2000, para 26%, em 2010. O setor de serviços manteve sua predominância, apesar da queda de 82,9% para 73,9%, entre 2000 e 2010.

Cubatão perdeu participação no PIB da região, passando de 23,7%, em 2000, para 13,1%, em 2010. A indústria diminuiu sua contribuição no valor adicionado municipal, de 63,9% para 59,5%, enquanto o setor de serviços elevou-a de 36,1% para 40,5%, no mesmo período.

Gráfico 46

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa da Baixada Santista 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS¹⁰

A RA de São José dos Campos possui 16.192,77 km² de área, equivalente a 6,5% da superfície estadual, e é subdividida em quatro regiões de governo: São José dos Campos, Guaratinguetá, Cruzeiro e Caraguatatuba. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 2.334.029 habitantes, o que equivale a 5,5% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 1,05% ao ano, mais alta que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 57,2%, abaixo da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são praticamente iguais à média estadual (14,4% contra 14,7%, e 51,7% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o crescimento populacional dessa região deve-se, não apenas ao crescimento vegetativo, mas também ao fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices próximos aos da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 12,04 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 13,6 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária), que é de 130,52, enquanto a média no estado é de 119,6%. Como boa parte das mortes dessa faixa etária se deve à violência, é de se esperar que a região (provavelmente devido à sua porção litorânea) seja menos segura que a média estadual.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), exceto esgoto sanitário, que está em 85,9%, ligeiramente abaixo da média estadual, que é de 89,8%. Tem uma população analfabeta com mais de 15 anos menor que a da média estadual (4,0%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 48,6% do total, vindo a seguir o setor industrial, com 23,2%, e o comercial, com 20,9%. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio – R\$ 3.922,76, em 2012 –, muito acima da média estadual, de R\$ 2.754,07, devido principalmente à Refinaria Henrique Lage e à Embraer, vindo a seguir os serviços (R\$ 1.901,51), estes, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.449,21, em 2012).

A RA responde por 4,7% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 55,6% para o setor de serviços, 43,6% para o setor industrial e 0,8% para

10. Em 2013, toda a RA de São José dos Campos passou a ser uma região metropolitana (a do Vale do Paraíba e Litoral Norte). Toda vez que, neste trabalho, se fizer referência à RA de São José dos Campos, a análise vale também para a RMVPLN, já que a configuração territorial é idêntica, embora haja profundas diferenças intrarregionais.

a agropecuária. Ressalte-se que, até os anos 1960 esta região era conhecida por ser uma grande produtora de arroz e por possuir a maior bacia leiteira do estado.

A indústria aeronáutica é a principal atividade econômica da RA de São José dos Campos. No município-sede fabricam-se aviões comerciais, executivos e militares e vários fornecedores da Embraer estão instalados nas proximidades de seu complexo industrial, inclusive fabricantes de equipamentos bélicos.

A produção automobilística tem participação expressiva, com as duas grandes montadoras instaladas em São José dos Campos e Taubaté e muitos fabricantes de autopeças. Esse ramo da indústria e a construção civil vêm alavancando outros segmentos, como a fabricação de produtos siderúrgicos e de vidros, ambos em Pindamonhangaba. Nesse município, também se produzem laminados de alumínio para a indústria de bebidas, utilizando latas recicladas como parte da matéria-prima.

Acrescente-se que, em São José dos Campos, vêm sendo montadas máquinas e equipamentos para construção civil pela mesma empresa que está construindo sua primeira planta brasileira completa no município vizinho, Jacareí.

A Petrobras tem presença marcante na RA. Além da refinaria de São José dos Campos e do terminal petrolífero do porto de São Sebastião, a empresa explora petróleo e gás na bacia de Santos, tendo instalado uma unidade de processamento do gás natural, em Caraguatatuba, e o gasoduto Caraguatatuba-Taubaté.

A fabricação de produtos químicos evidencia-se em São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí. Nos dois primeiros municípios também há plantas de alguns dos mais importantes produtores de turbinas e geradores para hidroelétricas, bem como de fabricantes de material eletrônico e equipamentos de comunicação.

Novos lançamentos residenciais, empresariais e centros comerciais vêm proliferando em São José dos Campos, Taubaté e outras cidades da região, inclusive de alto padrão. Em Pindamonhangaba está sendo implantado um centro logístico intermodal, com lojas, centro de convenções, um *truck center*, além de área para a indústria pesada.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado diminuiu de 6,5% para 4,9%.

São José dos Campos, Taubaté e Jacareí concentraram 69,4% do PIB regional, em 2000, e 64,1%, em 2010.

O setor de serviços permaneceu a atividade econômica principal da região, com 52,1% da participação no PIB, em 2000, e 52,6%, em 2010. A indústria reduziu sua contribuição, passando de 47,5% para 46,5%, nesse período.

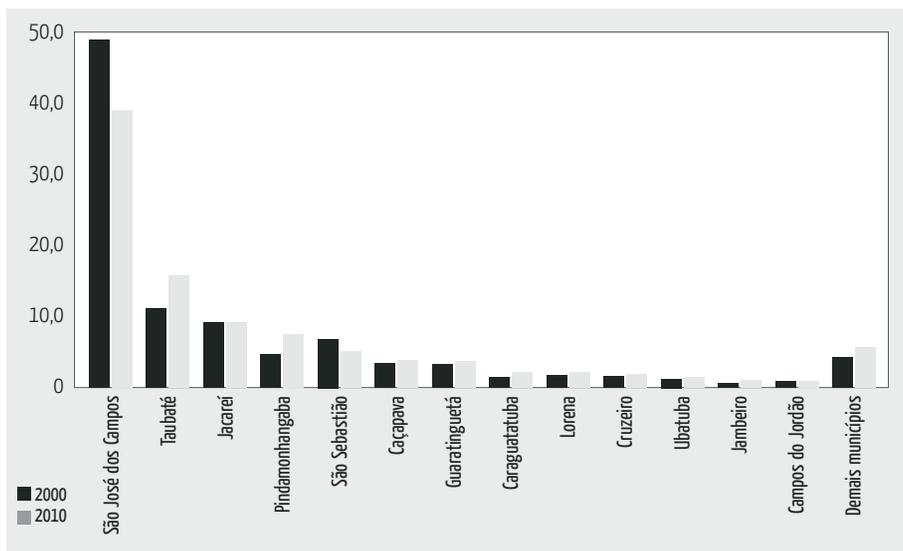
São José dos Campos concentrou 49% do PIB da RA, em 2000, e 39,1% em 2010. A indústria manteve sua predominância no município, apesar da queda da participação no valor adicionado, de 58,2% para 51,1%, entre 2000 e 2010. Já o setor de serviços ampliou sua contribuição, passando de 41,8% para 48,6%.

Taubaté aumentou a participação no PIB regional de 11,2%, em 2000, para 15,8%, em 2010. O setor de serviços concentrava 54,6% do valor adicionado do município, em 2000, e a indústria era responsável por 45,1%. Em 2010 a situação se inverteu, com a indústria respondendo por 52,6% e o setor de serviços, por 46,9%.

Pindamonhangaba ampliou a participação no PIB da região, passando de 4,7%, em 2000, para 7,6%, em 2010. A indústria permaneceu a atividade predominante do município, aumentando a participação no valor adicionado de 52,9% para 59,8%, entre 2000 e 2010, enquanto o setor de serviços diminuiu de 46,5% para 39,4%.

Gráfico 47

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de São José dos Campos 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

A RA de São José do Rio Preto possui 25.442,04 km² de área, equivalente a 10,2% da superfície estadual, e é subdividida em cinco regiões de go-

verno: São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis e Jales. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 1.468.623 habitantes, ou 3,5% da população do estado. É a RA que possui o maior número de municípios: 96.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,74% ao ano, mais baixa que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 89,5%, muito acima da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são mais baixas que a média estadual (12,2% contra 14,7%, e 43,8% contra 51,6%, respectivamente); levando-se em conta que a população de menos de 15 anos é muito baixa (o que faz elevar o índice de envelhecimento), é provável uma diminuição da população desta região, salvo o surgimento de algum fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices quase sempre melhores que os da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 9,25 por mil contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 11,3 por mil, contra 13,4 no estado. Chama atenção a porcentagem de partos cesáreos, que chega a 84,2% do total, contra uma média estadual de 59,9%.

A RA tem excelentes indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário), todos com índices acima de 97%, inclusive esgoto sanitário, que está em 97,8%, bem acima da média estadual, que é de 89,8%. Tem, no entanto, uma população analfabeta com mais de 15 anos próxima à da média estadual (6,0%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 39,4% do total, vindo a seguir o setor industrial, com 25,6%, e o comercial, com 22,8% do total. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, não é a indústria que possui o maior valor médio (que foi de R\$ 1.733,66, em 2012), provavelmente pelo fato de a indústria moveleira, que emprega bastante, oferecer salários baixos. O maior rendimento médio pertence ao setor dos serviços (R\$ 1.866,68), vindo a seguir o do setor da construção, com R\$ 1.846,29, ambos, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.449,21 e R\$ 2.028,78, respectivamente, em 2012).

A RA responde por 2,3% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 65,1% para o setor de serviços, 24,9% para o setor industrial e 10,0% para a agropecuária.

A RA de São José do Rio Preto concentra grande quantidade de usinas que fabricam açúcar, álcool e eletricidade a partir da cana, nos municípios de Arirama, Catanduva, Fernandópolis, Icém, José Bonifácio, Marapoama, Mendonça, Meridiano, Monções, Monte Aprazível, Novo Horizonte, Orindiúva, Ouroeste,

Palestina, Paraíso, Planalto, Pontes Gestal, Potirendaba, Santa Albertina, Sebastianópolis do Sul, Tanabi e Ubarana.

A heveicultura constitui outro destaque da região, que é uma das líderes nacionais na produção de borracha natural. A maior empresa do país em mudas de seringueiras possui dois viveiros em Macaúbal, além de fabricar, no município-sede, equipamentos modernos para extração de látex.

Os serviços de saúde riopretenses também têm forte relevância, especialmente devido ao Hospital de Base, o segundo maior hospital-escola do país, que atende predominantemente aos pacientes do SUS, realizando inclusive cirurgias de alta complexidade, como transplantes de órgãos. Além disso, a cidade evidencia-se pela fabricação de produtos médico-hospitalares, como equipamentos e próteses para cirurgias cardiovasculares e oncológicas.

A RA é conhecida, ainda, como polo de confecções, abrigando cerca de duas mil empresas do setor, que atraem compradores de todo o interior paulista e de outros estados brasileiros. Existem três shoppings atacadistas no município de São José do Rio Preto e está sendo construído mais um, na divisa com Cedral. Grandes redes de supermercados e lojas também estão implantando unidades na região.

Os empreendimentos imobiliários também estão se ampliando, com novos lançamentos empresariais e residenciais, sobretudo no município-sede, e shopping centers, entre eles o Iguatemi Rio Preto, com quatro torres comerciais, voltado para o público de alto poder aquisitivo.

Entre 2000 e 2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 2,2% para 2,3%.

São José do Rio Preto, Catanduva e Votuporanga concentraram 49,5% do PIB regional, em 2000, e 43,2%, em 2010.

A contribuição da agropecuária no PIB da região passou de 6%, em 2000, para 9,1%, em 2010. O setor de serviços permaneceu predominante na região, apesar da queda na participação de 70,1% para 66%, nesse período.

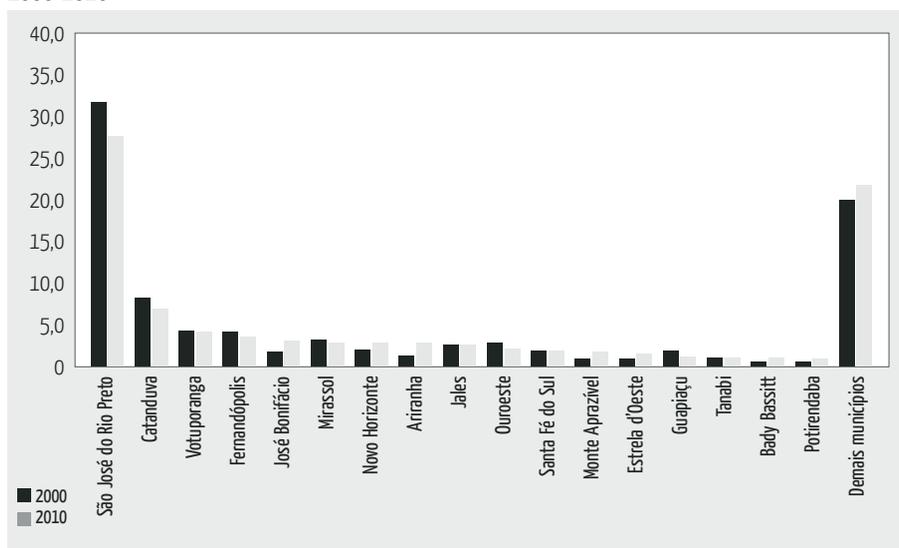
São José do Rio Preto concentrou 35,5% do PIB da RA, em 2000, e 30,9%, em 2010. A indústria ampliou sua participação no valor adicionado do município, passando de 15,5%, em 2000, para 17,4%, em 2010. O setor de serviços manteve-se como a atividade econômica predominante no município, apesar da redução de 84,3% para 82,3%, entre 2000 e 2010.

Catanduva perdeu participação no PIB regional, passando de 9,2%, em 2000, para 7,7%, em 2010. O setor de serviços permaneceu a atividade principal, ampliando a contribuição no valor adicionado de 69,6% para 72,5%, enquanto a indústria diminuiu de 28,7% para 25,2%, no mesmo período.

Entre 2000 e 2010, Ariranha ampliou a participação no PIB da região de 1,4% para 3,2%. Em 2000, a indústria concentrava 59,1% do valor adicionado municipal e o setor de serviços era responsável por 35,1%. Em 2010 a situação se inverteu, com o setor de serviços respondendo por 59,1% e a indústria, por 38,3%.

Gráfico 48

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de São José do Rio Preto 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA

A RA de Sorocaba possui 40.868,31 km² de área, equivalente a 16,4% da superfície estadual (é a RA mais extensa do estado), e é subdividida em cinco regiões de governo: Sorocaba, Avaré, Botucatu, Itapetininga e Itapeva. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 2.882.415 habitantes, ou 6,8% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,96% ao ano, ligeiramente maior que a média estadual, de 0,87% ao ano. O índice de envelhecimento da RA é de 58,1%, abaixo da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são praticamente iguais à média estadual (14,5% contra 14,7%, e 51,9% contra 51,6%, respec-

tivamente), o que sugere que o crescimento populacional dessa região deve-se, além do crescimento vegetativo, também ao fluxo migratório.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices inferiores aos da média estadual. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 12,14 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 15,0 por mil, contra 13,4 no estado. A taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária) é de 121,57, superior aos 119,6 de média no estado. Esses índices são bastante influenciados pela porção localizada ao Sudoeste do estado, em que os indicadores de condições de vida são piores. É o caso da região de governo de Itapeva, que compõe o anel de pobreza, referido no Capítulo 3 deste trabalho.

A RA tem bons indicadores de¹¹ saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário). Tem uma população analfabeta com mais de 15 anos maior que a da média estadual (5,4%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há predomínio do setor de serviços, com 38,3% do total, vindo a seguir o setor industrial, com 29,6%, e o comercial, com 20,9%. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 2.384,46, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 1.778,89), ambos, porém, abaixo da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, em 2012).

A RA responde por 4,9% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 59,2% para o setor de serviços, 34,1% para o setor industrial e 6,7% para a agropecuária.

Em termos econômicos a RA de Sorocaba é dividida em duas partes muito diversas entre si: enquanto as RGs de Sorocaba, Botucatu e parte da de Itapetininga se articulam com a economia da RMSP e têm forte componente industrial, as regiões de Itapeva, Avaré e parte da de Itapetininga baseiam-se na produção agropecuária e, principalmente na região de Itapeva, com forte componente da agricultura familiar.

A indústria da RA de Sorocaba vem apresentando forte dinamismo. Entre os principais segmentos está a produção automobilística, que engloba muitos fabricantes de autopeças, principalmente em Sorocaba e Salto, e a montadora recém-instalada no município-sede. A fabricação de carrocerias de ônibus urbanos e rodoviários, por sua vez, destaca-se em Botucatu.

O segmento aeronáutico também se evidencia em Botucatu, onde a subsidiária da Embraer fabrica aviões agrícolas, além de peças e componentes de jatos regionais, executivos e militares. O aeroporto de Sorocaba abriga centros

11. Conforme dados contidos no Perfil Municipal da Fundação Seade (www.seade.gov.br).

de manutenção oficiais de alguns dos maiores fabricantes mundiais de jatos executivos, aos quais se somará a Embraer.

No ramo de máquinas e equipamentos, sobressai-se a produção de colheitadeiras agrícolas e de equipamentos para a construção civil, em Sorocaba, a de máquinas para extração mineral, em Votorantim, e a de redutores de velocidade, esteiras e misturadores, em Itu, para mineração, siderurgia e produção sucroalcooleira.

Acrescente-se a indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. A líder global em cabos elétricos atua em Sorocaba, onde também produz cabos telefônicos, fibras óticas e fiação automotiva. Em Porto Feliz, fabricam-se religadores, capacitores, reguladores de tensão, para-raios, fusíveis e outros equipamentos.

No ramo de produtos químicos, destacam-se uma usina de biodiesel e a maior planta de sílica da América Latina, ambas localizadas em Sorocaba, além da fabricação de resinas plásticas para peças e componentes automotivos, em Porto Feliz.

No município-sede também se produzem barras de cereais, refrigerantes e chás, enquanto em Itu e Boituva são fabricadas cervejas.

A construção civil vem alavancando diversos segmentos industriais, como a produção de cimento (Votorantim e Salto de Pirapora), perfis metálicos (Alumínio), vidros (Tatuí) e madeira MDF para pisos laminados, portas e divisórias (Itapetininga e Salto). Estão sendo construídos novos shopping centers, em Sorocaba e Votorantim, e um *outlet*, em Araçariguama, além de prédios comerciais e residenciais, bem como condomínios fechados de luxo.

No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado aumentou de 4,5% para 4,8%.

Sorocaba, Itu e Botucatu concentraram 41,7% do PIB regional, em 2000, e 38,4%, em 2010.

O setor de serviços permaneceu a principal atividade da região, apesar da queda da participação no PIB regional, de 62,3%, em 2000, para 56,4%, em 2010. Já a indústria ampliou sua contribuição de 33,7% para 36,9% e a agropecuária passou de 4% para 6,7%, nesse período.

Sorocaba concentrou 29,6% do PIB regional, em 2000, e 26,7%, em 2010. O setor de serviços continuou a ser a atividade principal do município. A indústria aumentou sua participação no valor adicionado de 32,7% para 37,5%, entre 2000 e 2010.

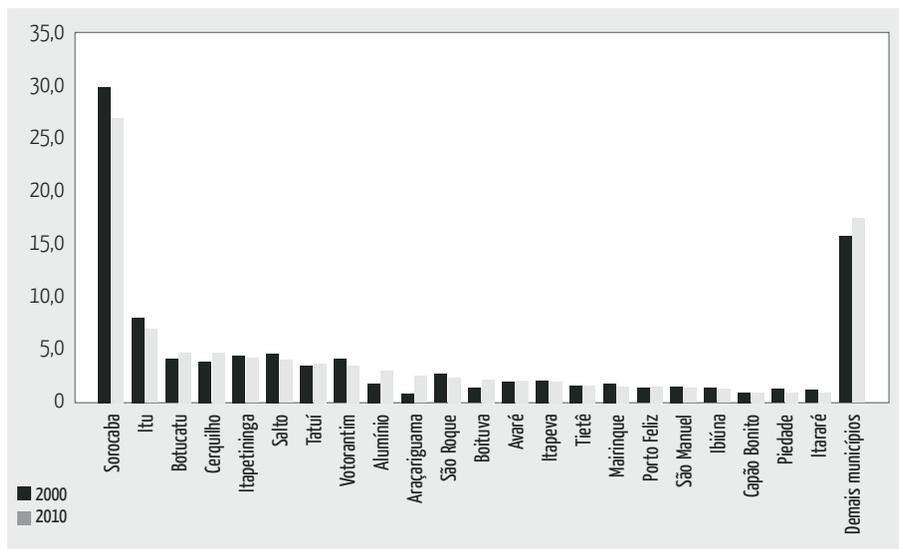
Itu perdeu participação no PIB da RA, passando de 8%, em 2000, para 6,9%, em 2010.

Cerquillo ampliou sua participação no PIB da região de 3,9%, em 2000, para 4,7%, em 2010. A indústria elevou sua contribuição no valor adicionado,

permanecendo a atividade principal do município, com 65,3%, em 2000, e 70,5%, em 2010, enquanto o setor de serviços diminuiu de 34% para 28,9%, no período.

Gráfico 49

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Administrativa de Sorocaba 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A região metropolitana de São Paulo, a mais importante do país, possui 7.946,84 km² de área, equivalente a apenas 3,2% da superfície estadual, e não possui subdivisões em regiões de governo. Sua população, em 2013, é estimada pela Fundação Seade em 20.128.227 habitantes, ou 47,6% da população do estado.

Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2013, ficou em 0,77% ao ano, ligeiramente inferior à média estadual, de 0,87% ao ano, em boa parte devido à baixa expansão da capital do estado. O índice de envelhecimento é de 55,6%, abaixo da média estadual, de 61,6%.

A taxa de natalidade e a taxa de fecundidade geral são maiores que a média estadual (15,8% contra 14,7%, e 54,3% contra 51,6%, respectivamente), o que sugere que o crescimento populacional dessa região deve-se, em boa parte, ao crescimento vegetativo, embora o fluxo migratório seja importante, mas apenas para fora da capital, que tem saldo líquido migratório negativo.

As estatísticas de saúde, por sua vez, apresentam, no geral, índices equivalentes aos da média estadual, em boa parte devido ao peso da região no total do estado. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 11,63 por mil, contra 11,48 no estado, e a taxa de mortalidade na infância é de 13,1 por mil, contra 13,4 no estado. A taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária) é de 119,53, praticamente a mesma do estado, que é de 119,6.

A RA tem bons indicadores de saneamento básico (coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário)¹². Tem uma população analfabeta com mais de 15 anos bem inferior à da média estadual (3,6%, contra 4,33%, respectivamente).

Em termos de vínculos formais de emprego, há nítido predomínio do setor de serviços, com 60,8% do total, vindo a seguir o setor comercial, com 18,1%, e o industrial, com 15,9%. Em termos de rendimento médio dos assalariados formais, contudo, a indústria possui o maior valor médio (R\$ 3.105,17, em 2012), vindo a seguir os serviços (R\$ 2.702,27), ambos acima da média estadual (de R\$ 2.754,07 e R\$ 2.449,21, respectivamente, em 2012).

A RA responde por 56,3% do PIB estadual, e o valor adicionado se divide em 76,4% para o setor de serviços, 23,5% para o setor industrial e 0,1% para a agropecuária. O PIB da RMSP equivale, em PIB *per capita* (PPP), a números da Argentina.

A economia da RMSP tem forte participação dos serviços, que se concentram especialmente na sede regional. As atividades imobiliárias lideram o setor na capital, abrangendo empreendimentos para diferentes usos e níveis de poder aquisitivo, entre eles shopping centers, condomínios residenciais e empresariais.

O município de São Paulo é também referência internacional em serviços de saúde, com modernos hospitais, clínicas e centros de diagnóstico, além de equipes especializadas nos mais recentes avanços da medicina.

As redes de telecomunicações e de intermediação financeira expandem-se, sobretudo na capital e no ABC, utilizando tecnologias cada vez mais complexas. Serviços prestados às empresas, como *call centers* e *data centers* para terceiros, e softwares especiais para gestão, destacam-se em São Paulo e Barueri. Já os de logística, como transportadoras, terminais de cargas e centros de distribuição, situam-se predominantemente junto às principais rodovias, na capital, em Guarulhos, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e São Bernardo do Campo.

O setor industrial é encabeçado pelo segmento automotivo, devido às grandes montadoras de veículos, instaladas em São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, e aos fabricantes de autopeças do ABC, Guarulhos, Mogi das

12. Conforme dados contidos no Perfil Municipal da Fundação Seade (www.seade.gov.br).

Cruzes, Osasco e de outras cidades da região. Associada a ele, a metalurgia básica destaca-se em Santo André e São Bernardo do Campo.

O refino de petróleo e a petroquímica sobressaem-se principalmente no ABC (Mauá, Santo André e São Bernardo do Campo), mas a capital e Guarulhos também têm relevância em produtos químicos. Já a indústria farmacêutica evidencia-se em Guarulhos, São Paulo, Itapevi, Barueri, Taboão da Serra, Embu das Artes e Cotia.

A maioria dos estabelecimentos varejistas da região está instalada na capital; no entanto, vem aumentando a quantidade de supermercados e lojas nos municípios do ABC, Guarulhos e outras localidades. No período 2000-2010, a participação da região no PIB do estado diminuiu de 57,3% para 56,3%.

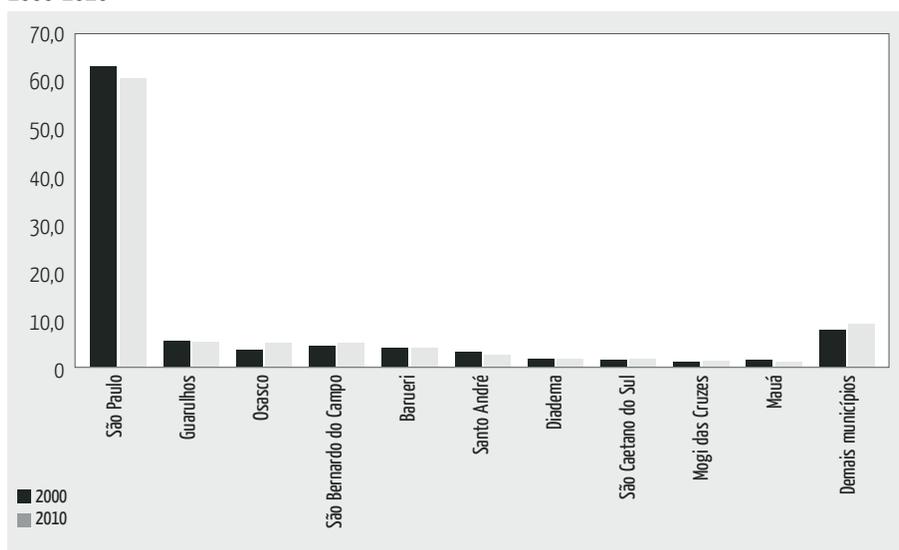
São Paulo, Guarulhos e Osasco concentraram 74,9% do PIB regional, em 2000, e 73,7%, em 2010.

O setor de serviços permaneceu a atividade principal da RMSP, ampliando a participação no valor adicionado de 70,5%, em 2000, para 75,5%, em 2010. A indústria reduziu sua contribuição no PIB regional, passando de 29,4% para 24,5%, no mesmo período.

O município de São Paulo concentrou 65,9% do PIB regional, em 2000, e 63,2% em 2010. O setor de serviços manteve sua predominância, amplian-

Gráfico 50

Distribuição do Produto Interno Bruto (em %) – Municípios da Região Metropolitana de São Paulo 2000-2010



Fonte: Fundação Seade.

do a participação no valor adicionado de 73,5%, em 2000, para 79,6%, em 2010, enquanto a indústria decresceu de 26,5% para 20,4%.

Osasco elevou sua participação no PIB da região de 3,6%, em 2000, para 5,2%, em 2010. O setor de serviços respondeu por mais de 80% do valor adicionado no período. Já a indústria reduziu sua contribuição, passando de 17,5% para 10,4%, entre 2000 e 2010.

São Bernardo do Campo aumentou a participação no PIB da RMSP de 4,5%, em 2000, para 5,1%, em 2010. O setor de serviços continuou sendo a principal atividade do município, apesar do decréscimo de sua contribuição no valor adicionado, de 55,6% para 54,5%, entre 2000 e 2010, enquanto a indústria cresceu de 44,4% para 45,5%, no mesmo período.

CONCLUSÃO

São Paulo é (ainda) uma potência econômica no Brasil, embora esteja mais difícil, nos últimos anos, manter sua alcunha de “locomotiva” do país. Se dos anos 1950 aos 1980 ditou os rumos da economia do país, hoje o estado é puxado pela economia brasileira.

A perda de participação no PIB nacional é expressiva, assim como a perda da participação na atividade industrial, em que a diminuição da parcela paulista é maior. Isso não deveria, a princípio, ser uma má notícia, já que, numa economia brasileira mais forte, o maior estado produtor se beneficia da melhoria dos demais.

O problema está na perda de vitalidade da indústria paulista, que não conseguiu se beneficiar totalmente do aumento súbito de renda das regiões mais pobres do país, que viram crescer substancialmente suas importações, em especial vindas da China.

O governo paulista não soube fazer uma adequada política tributária para favorecer a sua indústria; não há, a rigor, medidas concretas na direção de uma política industrial, ou mesmo de engajamento com a política industrial nacional. Todas as medidas que foram tomadas para desonerar a carga tributária das indústrias paulistas foram na escala federal.

Se do ponto de vista da participação na economia brasileira São Paulo tem se saído mal, na distribuição interna de suas riquezas a situação também não é boa. De fato, a principal marca da economia paulista é a sua profunda desigualdade, que se reflete nos indicadores sociais, econômicos e regionais. Se 50% do PIB se concentram em apenas cinco municípios do estado, outros 432 municípios têm que se contentar em dividir 5% do PIB paulista. Não há, no governo paulista, nenhuma política de caráter regional que vise, mesmo que timidamente, minorar essa desigualdade.

É interessante comparar a evolução da diminuição da desigualdade no Brasil e em São Paulo nos últimos 20 anos: ela aumentou, tanto no Brasil como em São Paulo, entre 1991 e 2000, mas diminuiu sensivelmente no Brasil, entre 2000 e 2010, caindo o Índice de Gini abaixo do patamar de 1991. Em São Paulo, ao contrário, embora em queda, não retorna aos patamares de 1991. Pior ainda se é analisada a participação dos 10% mais ricos na renda: depois de subir, entre 1990 e 2000, tanto para o Brasil como para São Paulo, essa proporção cai, entre 2000 e 2010, no Brasil e se mantém praticamente constante em São Paulo.

Cerca de 14,5 milhões de pessoas, ou 35% da população do estado, vivem em condições de alguma vulnerabilidade (média ou pior). O que chama a atenção é a distribuição espacial dessa população com algum tipo de vulnerabilidade, já que ela se encontra nos maiores municípios do estado, que são os que concentram a maior parcela do PIB.

A desigualdade aumenta à medida que cresce a riqueza da região: na RMS, por exemplo, encontra-se o maior contingente de população com baixa ou nenhuma vulnerabilidade do estado (1,7 milhão de pessoas), mas também o maior contingente de pessoas na situação extremamente oposta, ou seja, com alta ou muito alta vulnerabilidade (3,9 milhões de habitantes). Assim, o contingente de pessoas em situação de alta vulnerabilidade soma mais que o dobro da população que vive em áreas nobres do estado, de baixa ou nenhuma vulnerabilidade.

No que se refere à educação, verifica-se que a qualidade do ensino deixa muito a desejar, sobretudo se comparada aos demais estados brasileiros. Analisando-se as notas do Saeb, percebe-se que São Paulo encontra-se frequentemente atrás de algumas unidades da federação. Como tem o maior orçamento do país, não poderia deixar de fornecer educação de qualidade.

A saúde se defronta com uma estrutura demográfica em transformação, na qual o número de pessoas idosas tem aumentado exponencialmente, sem a devida adequação do sistema de saúde às novas necessidades de seus habitantes.

Os problemas de segurança permanecem em níveis muito altos, especialmente em zonas periféricas das grandes cidades, e é preocupante a letalidade da ação policial, que age com violência em diversas situações de enfrentamento, como durante as manifestações de junho de 2013.

Em relação às estruturas de governo, o que mais chama a atenção é a falta de transparência: é muito difícil obter informações fidedignas sobre o investimento do estado (os investimentos privados, ao contrário, têm bom nível de captação), ou sobre sua estrutura em termos de pessoal.

O que mais preocupa, no que tange à estrutura administrativa de São Paulo, é a crescente destruição de seus institutos e fundações, largados à própria sorte, com orçamentos reduzidos, ou sob ameaça de extinção. A proposta de fusão da Fundação Seade, da Fundap e do Cepam, feita de forma absolutamente arbitrária e no bojo de uma “resposta” do governo estadual à renúncia do aumento das passagens do metrô (era preciso economizar, segundo o governo), praticamente inviabiliza as atividades dessas instituições, que formaram grande parte da inteligência do estado.

Igualmente à míngua estão os institutos de pesquisa, como o IPT, o Instituto de Economia Agrícola, o Instituto Agronômico de Campinas, o Instituto Biológico, e até mesmo o Instituto Butantã (embora a sua Fundação ainda consiga amealhar recursos), entre vários outros que estão desaparelhados, desatualizados e perdendo quadros importantes. É a inteligência do governo que se vai.

SOBRE O AUTOR

MIGUEL MATTEO possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1978), mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas - SP (1990) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: indústria paulista, distribuição espacial da indústria paulista, características da indústria paulista, região metropolitana de São Paulo e pesquisa da indústria da construção.

O livro *São Paulo 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume, dividido em seis partes, os leitores terão oportunidade de conhecer um estudo minucioso sobre o estado de São Paulo. Aspectos históricos, demográficos, econômicos (investimentos e finanças estaduais), somados a uma análise do mercado de trabalho, questões sociais (educação, saúde, segurança, programas sociais) e, por fim, uma análise regional.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-254-8



9 788576 432548